

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Matheus Cervo

**A Praia do Guarujá: uma etnografia da memória coletiva e ambiental de uma
comunidade bairrial em Porto Alegre – RS**

Porto Alegre
2019

Matheus Cervo

A Praia do Guarujá: uma etnografia da memória coletiva e ambiental de uma comunidade bairrial em Porto Alegre – RS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Jean Segata

Porto Alegre

2019

*Dedicado com carinho aos meus
vizinhos do Guarujá*

Matheus Cervo

**A Praia do Guarujá: uma etnografia da memória coletiva e ambiental de uma
comunidade bairrial em Porto Alegre – RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de bacharel em
Ciências Sociais

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Jean Segata – UFRGS (orientador)

Ana Luiza Carvalho da Rocha – UFRGS/Feevale

Ana Paula Marconte Soares – Pesquisadora Associada Biev UFRGS

RESUMO

A partir do paradigma da etnografia da duração aliado aos estudos de sociedades complexas contemporâneas no BIEV / PPGAS / UFRGS, este trabalho realiza um projeto sobre memória coletiva, itinerários urbanos e formas de sociabilidade (ECKERT; ROCHA, 2013b) das plurais redes vicinais de antigos moradores do bairro Guarujá no sul da cidade de Porto Alegre – RS. A partir das linhas de pesquisa em "Antropologia Urbana", "Antropologia das Sociedades Complexas", "Antropologia da Imagem e do Imaginário" e "Memória Ambiental" – um termo cunhado pelos estudos na e da cidade bievianos –, este trabalho pretendeu compreender a identidade bairrial (GRAVANO, 2005) através de narrativas biográficas dos guardiões da memória do antigo balneário Guarujá. Através de uma observação compreensiva e fenomenológica, a etnografia sintetizou as estórias colhidas em campo a fim de criar um fio narrativo que guia o leitor para se inserir nos dilemas dos diferentes moradores que viveram os ritmos temporais de incorporação desta região suburbana à capital do Rio Grande do Sul. Além de interpretar a afetação das formas de sociabilidade e dos estilos de vida pelas transformações urbanas e as adequações destes moradores através de seus campos de possibilidades (VELHO, 1979; 1981; 2003), o trabalho almejou narrar a memória do bairro através do trajeto antropológico e da bacia semântica (DURAND, 1984) ao inseri-lo em um contexto duração socio histórico. Para aplicar o método de convergência durandiano reinterpretado pelas reflexões do BIEV, foi criado um banco de dados qualitativos a partir dos múltiplos fragmentos encontrados durante a pesquisa e da prática da etnografia sonora (VEDANA, 2010) junto dos principais interlocutores.

Palavras-chave: Porto Alegre; Guarujá; Memória; Meio Ambiente; Cidade.

ABSTRACT

From the paradigm of “Etnografia da Duração” associated to the studies of contemporary complex societies in the BIEV / PPGAS / UFRGS, this work accomplishes a project on collective memory, urban itineraries and forms of sociability (ECKERT; ROCHA, 2013b) with the old residents of the neighborhood Guarujá in the south of the city of Porto Alegre - RS. From the lines of research "Urban Anthropology", "Anthropology of Complex Societies", "Anthropology of Image and Imaginary" and "Environmental Memory" – a term coined by studies in the city from BIEV – this work was intended to understand the neighborhood identity (GRAVANO, 2005) through biographical narratives of the guardians of the memory of the old resort Guarujá. Through a comprehensive and phenomenological observation, ethnography synthesized the stories collected in the field in order to create a narrative thread that guides the reader to insert himself in the dilemmas of the different inhabitants who lived the temporal rhythms of incorporation of this suburban region to the capital of Rio Grande do Sul. In addition to interpreting the changes in the forms of sociability and lifestyles by the urban transformations and the adaptations of these inhabitants through their fields of possibilities (VELHO, 1979, 1981, 2003), the work aimed to narrate the memory of the neighborhood through of the “anthropological route” and the “semantic basi” (DURAND, 1984) when inserting it in a socio-historical duration context. To implement the durandian “convergence method” reinterpreted by reflections made in BIEV, a qualitative database was created from the multiple fragments found during the research and from the practice of sound ethnography (VEDANA, 2010) among the main interlocutors.

Keywords: Porto Alegre; Guarujá; Memory; Environment; City.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Recortando o universo de pesquisa bairrial	8
As coleções etnográficas e a ética na pesquisa	13
1. GESTOS DE FUNDAÇÃO DO BAIRRO	17
1.1. A professora Jacira e os contos sobre os chacareiros	17
1.2. Novos comerciantes locais e a Paróquia Santa Rita de Cássia	23
1.3. Sirney e Augusto: trajetória de pai e filho	29
1.4. O Matadouro Modelo.....	33
1.5. Os trilhos do trem	39
1.6. Os cortadores de pedra.....	43
2. IMIGRANTES E MORADORES DE OUTRAS REGIÕES	51
2.1 Eleopoldina e o novo fluxo de imigrantes militares	51
2.2. Os impactos do quartel nas formas de sociabilidade	54
2.3. “Nega, nós vamos pra essa Porto Alegre”	59
2.4. Entrando em campo com seu Chuchu.....	67
2.5. Carlos Elói e o êxodo rural ao Guarujá.....	70
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Caro leitor(a), antes de falar especificamente sobre minha pesquisa com suas delimitações epistemo-metodológicas, gostaria de situar o nascimento desta monografia como um longo processo de amadurecimento que só foi possível pela inserção em uma rede de pesquisadores. Este trabalho de conclusão compila os múltiplos fragmentos etnográficos que produzi durante minha trajetória enquanto antropólogo aprendiz na ocupação de bolsista de iniciação científica e de inovação tecnológica durante a graduação. Iniciada a etnografia em meados de 2017 enquanto bolsista Cnpq e, posteriormente, Fapergs no Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Biev/Ufrgs, este trabalho de conclusão de curso inclui minha própria trajetória enquanto narrador urbano: durante todos esses anos, procurei etnografar diferentes situações nas mediações do bairro Guarujá na zona sul da cidade de Porto Alegre – RS onde residi durante toda minha graduação.

Para os leitores que desconhecem o trabalho desse núcleo de pesquisa, escrevo uma contextualização. O Biev, núcleo coordenado por Ana Luiza Carvalho da Rocha – minha orientadora – e Cornelia Eckert, pertence ao Laboratório de Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Ufrgs e tem como eixo estruturante os estudos sobre itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo através de recursos audiovisuais e novas tecnologias digitais e eletrônicas. Localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Ifch, vários pesquisadores com interesses múltiplos de pesquisa sobre as cidades do Rio Grande do Sul se unem em torno da construção de ambiências hipertextuais compostas por intertextualidades criativas na produção de novas escrituras etnográficas.

Influenciados pelo destaque da produção brasileira no cenário nacional e internacional nas linhas de pesquisa denominadas “Antropologia Urbana” e “Antropologia das Sociedades Complexas”, abordamos o tema da memória urbana em referência aos trabalhos sobre o fenômeno da modernização das cidades brasileiras e a construção social da condição de pessoa/indivíduo moderna(o) (Eckert; Rocha, 2013c, p. 9). Anos de experiências etnográficas cidadinas resultaram no arcabouço teórico e metodológico da convergência entre os paradigmas da “Antropologia do Imaginário”, da “Antropologia Visual e da Imagem” e da “Sociologia das formas sensíveis” exposto no livro “Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas”. Saliento que, nesse percurso intelectual, o objetivo não é apenas documentar e acervar acontecimentos históricos “factuais” – compondo uma forma

intelectual de crítica aos métodos arquivísticos e museológicos –, mas compreender às rítmicas temporais éticas e estéticas dos complexos culturais citadinos nas suas autonomias relativas.

Além do *saber fazer* do etnógrafo na apreensão da rítmica dos tempos superpostos que conformam os jogos da memória dos habitantes de nossa cidade, unimos essas linhas de pesquisa com a gestão eletrônica dos documentos coletados tanto etnográfica quanto documentalmente para criar outras estruturas narrativas não lineares. Essa exploração de mídias diferentes em um ambiente hipermídia permite diferentes interpretações durante a experiência de disponibilização e acesso aos dados fragmentados e constelados em uma mesma plataforma de consulta. Para além de um processo de democratização do conhecimento que expande o processo de comunicação dos saberes criados por nós para além dos muros da universidade, o processo de informatização dos dados etnográficos suscita uma série de questões metodológicas, teóricas e conceituais à criação de etnografias em hipertexto.

Se trabalhamos com a subárea da Antropologia Visual mais consolidada no cenário institucional da disciplina, os vinte anos de pesquisa do Biev (1998-2018) acumularam problematizações da especificidade de produção etnográfica referida a outro campo epistemológico que não o da escrita, da fotografia, do som ou do filme. Durante minha atuação dentro do projeto de construção deste banco de conhecimento antropológico, duas frentes de pesquisa – tanto etnográfica quanto nos moldes de uma “Antropologia Hipermídia” – moldaram o cotidiano de pesquisa coletiva: os projetos “memórias do trabalho”¹ e “memória ambiental”². Considerando que a memória do trabalho possui relação imanente com a socioambiência urbana, rompemos com a típica divisão entre “natureza” e “cultura” para compreendermos as paisagens citadinas porto alegrenses como uma ecossistêmica coexistencial interespecífica (Silveira, 2016) e interdependente.

A pesquisa aqui exposta nasce no contexto explicitado onde estou inserido mais especificamente enquanto pesquisador na área temática de memória ambiental – apesar de não haver uma grande separação entre as duas frentes de pesquisa e ter colaborado com a construção de ambas plataformas. Vejamos, a seguir, a delimitação do objeto e universo de pesquisa a relação da produção etnográfica com a construção das plataformas em hipermídia.

1 Acesso no endereço eletrônico “ufrgs.br/memoriasdotrabalho”.

2 Este projeto é composto por duas plataformas on-line que podem ser acessadas nos endereços eletrônicos “ufrgs.br/memoriaambientalpoa” – onde estão acervadas as crônicas deste trabalho de conclusão – e “ufrgs.br/memoriadasaguas” – uma plataforma específica ao trabalho com águas urbanas em Porto Alegre.

Recortando o universo de pesquisa bairrial

Em um primeiro momento de pesquisa tateante, utilizei a minha morada no bairro Guarujá – Porto Alegre/RS – como estratégia para prolongar minha aproximação com o campo de pesquisa e com os interlocutores encontrados, possibilitando maior frequência de realização dos empreendimentos etnográficos.

Apesar de todas as lacunas imprevistas após o elã inicial que deu força vital à pesquisa etnográfica em um ambiente próximo das mediações da minha casa e apesar da narrativa inevitavelmente artificial que aqui produzo, ao longo do tempo percebi que meu intuito de pesquisa era a criação de uma etnografia de bairro conectada com o estudo de memória e “meio ambiente”. Estava claro que, independente da problemática de pesquisa, a etnografia que realizava estava conectada com um objeto delimitado por uma espacialidade específica das cidades modernas dos trópicos. Assim sendo, considerei primordial navegar nas leituras acadêmicas em um primeiro momento de pesquisa. Antes de formalizar conceitualmente através da escrita meu recorte analítico – sempre hipotéticos antes da concretização do encontro etnográfico –, procurei saber o que já havia sido produzido sobre o bairro Guarujá através de uma revisão bibliográfica. Minha intenção era saber se havia alguma lacuna de pesquisa na região ou se haviam estudos prévios que me ligariam a questões já anteriormente estudadas.

Para minha surpresa, não encontrei nenhuma produção acadêmica na minha grande área de pesquisa sobre essa parte específica da cidade em diversos acervos digitais³. Na falta de estudos para iniciar a responsabilidade etnográfica com alguma “bagagem” sobre o bairro, procurei por bibliografia relacionada com outras áreas próximas do Guarujá na zona sul da cidade e igualmente pouco material foi encontrado. A pesquisa mais densa e relevante mapeada⁴ se refere a estudos historiográficos construídos a partir da metodologia da história oral e da revisão documental e fotográfica conjuntamente com os moradores de Ipanema por Janete da Rocha Machado. Como afirma na sùmula do seu livro denominado “Ipanema: Memórias de um bairro da zona sul de Porto Alegre”, sua proposta de pesquisa foi realizar uma análise do processo de criação, urbanização e desenvolvimento desse bairro desde os seus primórdios

³ As plataformas de pesquisa foram: SciELO, Lume UFRGS, Google Acadêmico, Periódicos – Portal da Capes e BDTD.

⁴ Agradeço pela colaboração dos membros da equipe do Jornaleção pela ajuda no mapeamento dessa bibliografia.

“civilizacionais” no século XVIII até o final da década de 1950 com foco na configuração do bairro e suas vizinhanças (Machado J. R., 2018).

Apesar da relevância do trabalho citado para meus estudos nessa pesquisa, o livro expõe estudos em uma área outra da cidade – apesar das múltiplas conexões que o Guarujá possui com o balneário Ipanema – e apresenta características próprias do *saber-fazer* historiográfico que possui especificidades diferentes do *métier* realizado pelo antropólogo. Logo concluí que existe uma lacuna nos estudos de Antropologia Urbana em Porto Alegre para compreensão do fenômeno citadino nessa área da zona sul com todas suas complexidades e particularidades que podem emergir durante os fatos etnográficos (Peirano, 2014) vivenciados em campo. Desta forma, posso justificar a necessidade de realizar uma etnografia de longa duração de pesquisa com memória sobre um bairro “periférico” – assim o considero apesar de todas as reduções que esse termo causa – para fazer durar estórias que podem esvanecer com o passar do tempo na memória coletiva porto-alegrense.

Havia, porém, um problema que me instigava cada vez mais intensamente à medida que fazia minha etnografia através da observação flutuante (Pétonnet, 2008) e dos passos perdidos (De Certeau, 1994) enquanto um morador curioso: como fazer uma etnografia de bairro? Foi o momento que me debrucei mais atentamente às provocações da tese de doutorado de Ariel Gravano (2005) denominada “El barrio en la Teoría Social”.

Durante a leitura, percebi que o conceito de bairro sempre foi muito utilizado em pesquisas em âmbito urbano, mas, simultaneamente, poucas vezes conceituado enquanto uma categoria antropológica ou sociológica de análise nas Ciências Sociais. Sua tese compila uma série de trabalhos que utilizam o termo bairro em diferentes áreas acadêmicas (História, Arquitetura, Urbanismo, Sociologia, Ciência Política e Antropologia) para, a partir disso, tentar disponibilizar algumas ferramentas analíticas bem definidas. O contexto de necessidade de teorização acerca do termo bairro aparece na história das ideias como tema dentro do discurso científico e ideológico durante o surgimento do fenômeno urbano como problema matriz no seio da Revolução Industrial dentro da modernidade. Surge uma gama de “problemas urbanos” através da necessidade de melhorar as condições de vida principalmente dos trabalhadores que se concentravam nas grandes cidades (Gravano, 2005, p. 11-12).

Para além da extensa provocação de Gravano que influenciou fortemente meus caminhos durante a pesquisa em campo, o subcapítulo “Los barrios de la Antropología: la

dimensión cultural” (Gravano, 2005, p. 143) auxiliou-me a compreender como etnografar um bairro sem a pretensão de explicar o todo: como, então, focar em alguma questão específica que ainda tenha uma dimensão propriamente bairrial? Com sua experiência densa de leitura sobre a temática, o autor interpreta que, na Antropologia, o bairrial é comumente estudado através do conceito de segregação urbana em que as categorias etnicidade, cultura e identidade são mobilizadas para estabilização do escopo do estudo etnográfico.

Essa conclusão também se deve a uma análise histórica das Ciências Sociais quando alguns autores começam a criar obras que contrapõe as teorias amplamente difundidas de Louis Wirth na Escola de Chicago. Afinal, o bairro é uma realidade específica autocontida, a simples extensão de um fenômeno mais amplo – o urbano –, que o determina sem margem para sua independência enquanto variável (Gravano, 2005, p. 10) ou a simultaneidade de ambos os processos? As interpretações do “urbanismo como meio de vida” ou da “cidade como variável independente” (Wirth, 1987[1938]) foram questionadas ao longo do século à medida que se criavam trabalhos sobre as formas de sociabilidade nos bairros. Alguns autores são citados na esteira dessa crítica: P. Hall e os estudos das culturas suburbanas nos Estados Unidos (1984); Castells e o bairro como produtor de solidariedade (1983); Roncayolo (1990) e o “etnocentrismo e sociocentrismo de classe” nas análises sociológicas ou estatais que reduzem a sociabilidade e o simbólico do bairro ao espaço esvaziado – entre outros.

Independente dos diferentes paradigmas dos autores que convergem em algumas temáticas específicas, situo-me dentro dessa crítica ao compreender que a cidade é muito mais a consequência dos lugares onde os processos sociais ocorrem (Oliven, 1980, p. 28-29) e considero o bairro uma dimensão espacial interessante para analisar determinados fenômenos na e da cidade (Eckert; Rocha, 2013b). Situar o urbano em termos de cultura e consciência implica romper de fato com um suposto estado de naturalidade e pura espacialidade do mundo urbano – assim como as perspectivas essencialistas acerca dos processos de desenvolvimento (sic) – e desafia as formulações preconcebidas sobre os conteúdos e as identidades dos sujeitos (Gravano, 2005, p. 144).

Mesmo após fazer algumas sínteses para este trabalho com Gravano, não concluí os meus problemas de delimitação da pesquisa, já que não poderia cair na tentação de assumir a noção de bairro enquanto território e espaço esvaziado como alguns discursos públicos o

veiculam⁵. Ainda assim era necessário fazer algum tipo de recorte mais específico. Um fato que corrobora ao esclarecimento de meu argumento é a subdivisão do subcapítulo de Gravano em áreas temáticas convergentes pelos seus núcleos de sentido. O autor cria seis subtítulos nos quais são classificados os recortes e os problemas de pesquisa: a etnicidade como característica marcante de um bairro; as culturas e identidades em e de bairros; a reabilitação bairrial e os conflitos entre as esferas locais e estatais; o tratamento bairrial desde a identidade e a cultura local; e, por último, a significação do bairro para seus moradores.

Para os antropólogos urbanos aos quais me vinculo, a variável fundamental é a imaginação – também observado por Ariel Gravano como o elemento principal nos trabalhos de “simbolização e lugarização dos bairros” característicos dos trabalhos de antropólogos urbanos. Todavia, diferente dos múltiplos paradigmas evocados pelo autor argentino, situo-me em uma comunidade interpretativa específica sobre o imaginário que é a da etnografia da duração e os estudos de memória coletiva (Eckert; Rocha, 2013b) como antes afirmei. Para além dos paradigmas que concebem o dinamismo das imagens no nosso imaginário através de chaves analíticas específicas – fortemente influenciadas pelos estudos franceses de Gilbert Durand (1984) e Bachelard (1988) –, o fator tempo surge como um elemento de pesquisa imprescindível para compreensão do fenômeno urbano.

Por essas razões teórico metodológicas que recortei meu universo de pesquisa para abraçar apenas as narrativas dos antigos moradores ou, melhor, dos guardiões da memória que ainda residem na região do bairro Guarujá com suas delimitações territoriais atuais e consideradas oficiais pelo poder público. Assim sendo, busquei criar um trabalho em que a duração estivesse presente enquanto fenômeno vivo manifesto nas narrativas dos guardiões que encontrei no meu percurso etnográfico. Esses são elementos de um projeto consciente desde o início do trabalho que visava evitar criar a “memória do bairro” que, através de uma história hipostasiada, aplainasse a realidade social em uma única narrativa que privilegia os aspectos econômicos e políticos sobre os simbólicos e cotidianos.

Com todas essas problemáticas suscitadas, resumi minha pergunta inicial de pesquisa da seguinte maneira: como, então, os moradores mais antigos do balneário Guarujá rememoram

⁵ Igualmente não acredito na generalização do discurso público em relação ao conceito de bairro, pois compreendo o Estado como um conjunto de práticas e visões heterogêneas. Apenas saliento uma tendência da modernidade em espacializar os lugares através do desencaixe entre tempo e espaço através dos conhecimentos peritos (Giddens, 1991) sobre o bairro.

os ritmos temporais típicos da modernidade e a consequente afetação às formas de sociabilidade e estilos de vida existentes? Alguns objetivos específicos foram criados a partir dessa problemática geral para, posteriormente, estabelecer algumas frentes de interpretação do fenômeno bairrial no Guarujá a partir dos “dados” coletados.

Em primeiro lugar, objetivei compreender a formação do bairro na sua dimensão simbólica e cosmológica a fim de situar essa parte da cidade como uma expressão temporal específica que, pouco a pouco, integra-se de formas diferenciadas com a capital do Rio Grande do Sul. Pretendi entender etnograficamente os ritmos temporais da modernidade do bairro Guarujá nas reflexões do estruturalismo figurativo (Durand, 1984) na procura, ainda que humilde, pelo inconsciente coletivo no estudo das sociedades Ocidentais. O novo espírito antropológico (Durand, 1979b) proposto pelo autor busca pelas estruturas profundas através da metodologia e pode ser utilizado para compreensão das complexidades bairriais nas modernas sociedades contemporâneas a partir do axioma de que o “homem da tradição” sempre esteve presente em todas as manifestações do espírito humano.

Desta forma, fui provocado durante minha orientação a unir os estudos de Antropologia Urbana – inspirado principalmente pelas reflexões de Gilberto Velho (1979; 1981; 2003) sobre as sociedades complexas – aos estudos de Durand e os longos processos de formação da nossa civilização. Assim sendo, meus estudos se pautaram em dois objetivos específicos: compreender a longa formação da heterogeneidade cultural no bairro através dos itinerários urbanos (Eckert; Rocha, 2001) e a formação do trajeto antropológico (Durand, 1984, p. 30) específico dessa região; e, por fim, analisar, através de uma razão sensível (Rocha, 1995), as formas de sociabilidade (Eckert; Rocha, 2001) e suas afetações pelos ritmos de modernidade que ao longo das décadas metamorfosearam a região de diferentes maneiras.

Após a problematização nessas áreas específicas de pesquisa, ainda considerei que meu recorte estaria delimitado na área de pesquisa recentemente definida formalmente como memória ambiental no Biev Ufrgs. Esta era a minha intenção fundamental quando iniciei o percurso etnográfico no meu próprio bairro, já que uma das únicas informações que eu possuía sobre o passado da região era de que o Guarujá havia sido um famoso balneário de Porto Alegre por causa do conhecimento oral que chegava até mim como morador e da leitura do trabalho de Janete Machado sobre Ipanema. Quando iniciei o trajeto de pesquisa com alguns interlocutores, sempre me posicionava em algum momento das conversações como alguém que questionava sobre a praia e até mesmo insistia para que fosse falado sobre a relação com as águas. Todavia,

aos poucos fui percebendo que a problemática ambiental de um balneário em uma zona periférica da cidade era muito mais ampla do que o uso recreativo da praia e não poderia forçar os interlocutores a se adequarem nas categorizações artificiais que um projeto de pesquisa inicialmente possui.

Foi nesse processo inicial de pesquisa que compreendi algo fundamental já explicitado no artigo sobre o projeto “Habitantes do Arroio” (Devos; Soares; Rocha, 2010) realizado no núcleo de pesquisa Biev: trata-se de um esforço de compreender mais profundamente sobre os arranjos Cidade-Natureza através dos múltiplos e complexos processos de entrelaçamento entre humanos e não humanos. Desta forma, as concepções que temos sobre um determinado espaço do bairro sobre uma socioambiência específica é modificada através de uma certa arqueologia das camadas de tempo superpostas que conformam as paisagens citadinas.

Desta forma, minha intenção foi unir os enquadres feitos pela Antropologia do Imaginário e da etnografia bairrial aos estudos da memória ambiental⁶ em que as dimensões do trabalho se relacionam fortemente no redescobrimento do processo civilizatório (Elias, 1985; 1994) que gere os bairros das cidades dos trópicos. Assim, crio uma narrativa em torno do conseqüente desencantamento e racionalização da Natureza através dos gestos de fundação que dão origem ao bairro Guarujá através de várias narrativas dos meus interlocutores que complexificam o entendimento sobre a relação entre essa comunidade vicinal e os “recursos naturais” que ali coexistiam.

As coleções etnográficas e a ética na pesquisa

Considero meu principal meio de obtenção de informações a etnografia considerando o empreendimento em Antropologia Social como uma forma de agir no mundo que ultrapassa suas definições como método de pesquisa (Peirano, 2014). Participei do cotidiano dos meus interlocutores enquanto olhava, escrevia, ouvia (Cardoso de Oliveira, 1996) e gravava em um processo de fabricação da bricolagem etnográfica em conjunto com meus interlocutores.

⁶ Ainda que não seja exatamente a proposta aqui suscitada (em que me inspiro fortemente pela minha orientadora), aproximamo-nos dos estudos da História Ambiental e da Ecologia Política (Alimonda, 2004) na tentativa de descoberta das rítmicas temporais que subjazem os espaços urbanos e sua relação com suas ambiências originais.

Realizei também um exercício constante de vigilância epistemológica (Bachelard, 1996a) no processo de observar e estranhar o familiar (Velho, 1981) devido à proposta de pesquisa em âmbito urbano com alteridades próximas: meus vizinhos do bairro Guarujá e nossas relações vicinais.

Todavia, considero que a etnografia da duração (Eckert; Rocha, 2013c) opera com outras formas de pesquisa para além do *estar com as* alteridades em campo devido o tipo de densidade específica adquirida, proporcionando um tipo de pesquisa não tão próximo da perspectiva malinowskiana (1922). O trabalho com memória em sociedades urbano-contemporâneas em uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica pretende alcançar a densidade das camadas de tempo superpostas e ordenadas na narrativa biográfica do interlocutor. Ao contrário do tratamento dos “dados” de pesquisa a partir da sua objetivação para posterior construção de uma “memória oficial”, trata-se de um tipo de pesquisa interpretativa em que o resultado almejado depende do grau de imersão nos jogos da memória dos interlocutores para alcançar a rítmica da ordenação dos seus tempos em uma narrativa.

Ainda considerei que a Antropologia Visual e da Imagem – para além da pesquisa com imaginário – modifica alguns estatutos da pesquisa devido à construção de um acervo durante o trabalho de campo. O arcabouço metodológico da pesquisa com duração prevê a utilização do método de convergência de Bergson e revisto por Durand (1984) a quem faço adesão: a partir da construção de coleções multimídia (Eckert; Rocha, 2015a) que convergem para um mesmo núcleo de significado, adentrei nos arquivos estruturados após a coleta do material de pesquisa para intuir significados em relação a minha problemática inicial. Alguns pormenores metodológicos são almejados devido à especificidade deste tipo de trabalho com duração.

Para além do observar participando e registrando situações de encontro entre pesquisador e participante, meu método principal de pesquisa foram as entrevistas não-diretivas (Thiollent, 1985) através de tópicos de conversação sugeridos pelo pesquisador para conhecer a forma como os antigos residentes rememoram a vida vivida no bairro. O roteiro de pesquisa foi construído a fim de sugerir tópicos relacionados com a área de pesquisa em memória ambiental e as palavras-chave “ocupação territorial”, “formas de sociabilidade”, “laços de vizinhança” e “estilo de vida” ou *ethos* (Geertz, 1978) com o intuito de permitir a participação do interlocutor na construção da pesquisa. Como era esperado da etnografia, o roteiro aberto não previu o que os interlocutores consideravam importante sobre sua narrativa biográfica e foi modificado para perguntas mais específicas nos encontros subsequentes ao primeiro contato.

Para além do material coletado com os interlocutores, o método de convergência permite a construção de um acervo com arquivos diversos para além do etnográfico. Logo, minha metodologia de pesquisa também incorporou as seguintes atividades paralelas ao trabalho de campo: acervo do material visual encontrado na internet relacionado com o bairro ou com as regiões fronteiriças que ajudaram na compreensão da ocupação urbana na região; realização de ensaios fotográficos que, a partir de roteiros de captação, registraram as paisagens urbanas contemporâneas do bairro como ele se apresenta durante a etnografia.

Para além do registro fotográfico, a entrevista não-diretiva constituiu material visual que expressa não somente uma informação para ser traduzida para outra mídia – comumente para a escrita –, como também uma subjetividade carregada de entonações, expressões, sotaques, entre outras expressões que ocorrem durante o registro da narrativa oral. Logo, foram construídas crônicas etnográficas a partir de uma Antropologia Sonora (Vedana, 2010) para disseminação do trabalho antropológico em outra modalidade com potencialidades de afetação do possível “leitor”.

Além disso, em alguns momentos de conversação em grupo que foram proporcionados por um interlocutor-chave especial – Seu Chuchu –, registrei os encontros com equipamento audiovisual enquanto conversávamos informalmente. Anterior a esses encontros, foram planejados os roteiros de entrevista junto desse personagem do bairro que participou ativamente na construção de uma Antropologia Visual audiovisual. Assim sendo, a construção das crônicas em múltiplos suportes abraçados pela plataforma hipermídia que construí durante minha atuação enquanto bolsista no Biev constituiu uma parte fundamental do processo de interpretação etnográfica.

Esta monografia será expressa principalmente através da mídia escrita por onde veiculo ao máximo as falas dos meus interlocutores tramadas junto das minhas interpretações enquanto pesquisador. Minha intenção foi fazer uma escrita que expressasse as imagens evocadas durante as narrativas – situação que – mesmo que traduzida à escrita – só foi possível alcançar através do que foi proporcionado pela Antropologia Sonora. Com o intuito de dar continuidade ao trabalho devido a quantidade de informações coletadas ser superior à monografia de trabalho de conclusão, compilei algumas coleções de narrativas imagéticas e sonoras em um DVD que está anexado ao trabalho de conclusão. Todavia, saliento que a totalidade dos dados coletados estarão disponíveis no banco *biev-data* do Banco de Imagens e Efeitos Visuais.

Essa interação em campo não foi realizada sem preocupações éticas de pesquisa. Durante o trabalho de campo exploratório e da formulação da problemática de pesquisa, percebi, ao ouvir e relatar sobre as histórias dos meus interlocutores, que trabalhar com o conceito de bairro associado ao de narrativa autobiográfica demandava um cuidado ético-legal específico. Como acredito que as formas de viver o social são conflitivas (Simmel, 1979) em sua essência, muitas narrativas foram acolhidas enquanto pesquisador, mas não desenvolvidas enquanto “dados” de pesquisa. Alguns interlocutores confiaram na minha presença enquanto pesquisador que trabalha com crônicas sonoras e se sentiram à vontade para contar sobre conflitos vividos ou ouvidos no bairro enquanto o gravador registrava nossas conversas por horas. Houve um cuidado em transcrever todas as conversas realizadas como um procedimento metodológico, mas, compreendendo os limites éticos do uso das histórias narradas, elas foram excluídas para assegurar a integridade física e moral dos companheiros de pesquisa.

Além disso, foi assinado um documento em que foram cedidas as narrativas ao Biev para pesquisas atuais e futuras. Concebendo que esse tipo de procedimento acaba por defender mais o pesquisador do que o interlocutor na prática de pesquisa e que pode gerar constrangimentos em campo pela não alfabetização ou por deficiência de alguns moradores, evitei dar continuidade a essa maneira específica de salvaguardar a eticidade na etnografia e apenas disponibilizei o que considero ter sido cedido à etnografia.

1. GESTOS DE FUNDAÇÃO DO BAIRRO

1.1. A professora Jacira e os contos sobre os chacareiros

Durante meu percurso etnográfico, eu ouvia e lia sobre Jacira sem conhecê-la pessoalmente. Enquanto registrava fotograficamente o acervo existente do jornal de bairro que se chama *Jornalecão* com a equipe que me recebeu durante meus passos perdidos, observava as matérias da década de 1990 e via uma coluna que sempre me chamava atenção. Em meio de muitas pequenas propagandas dos novos profissionais liberais da região e do tom de neutralidade do jornalismo metropolitano, a palavra morta (Rancière, 1995) de Jacira chegava até mim como um sopro. Tratava-se de uma coluna religiosa em que a palavra de Deus era transmitida aos leitores da época pela moradora do Guarujá e praticante da Igreja Santa Rita. Soava como um convite aos seus vizinhos que ainda não frequentavam a igreja do bairro e que poderiam, talvez por um despertar, interessarem-se pela participação ativa nas práticas católicas que contextualizam muitos dos laços afetivos de vizinhança no Guarujá e redondezas.

Conversando com a equipe do *Jornalecão* enquanto tentava chegar até os moradores mais antigos do bairro que ainda residiam na região, recebi o telefone de uma moradora “muito importante para o Guarujá”. Era Jacira e seu nome saltou aos meus olhos quando recebi seu número em um pedaço de papel. Não só por ser uma antiga moradora da região que conheci pelos escritos jornalescos, mas também pelo fenômeno de algumas pessoas terem me guiado na etnografia ao salientar que eu deveria buscar saber da importância da Igreja Santa Rita na “história do Guarujá”. Após alguns dias realizando atividades na sede do jornal de bairro, liguei para seu número e tentei marcar uma conversa com Jacira por telefone. Aberta à pesquisa que estava interessado em fazer, marcamos um encontro na sua casa na av. Serraria próximo do bairro Espírito Santo.

Jacira me surpreendeu com suas estórias desde a primeira vez que sentamos para conversar com o gravador ligado na sala de sua casa de madeira. Com 74 anos de vida no bairro Guarujá – quase todos os anos morados nesta região de Porto Alegre –, muito carinhosamente mergulhou nas suas lembranças enquanto eu escutava e aprendia sobre a memória coletiva (Halbwachs, 2006) do bairro em múltiplos tempos cotidianos e detalhados. Para além do narrar a “si-mesma” (Ricoeur, 1991) enquanto moradora em uma dimensão vivida para que eu pudesse interpretar sua narrativa biográfica, considero Jacira como uma colaboradora do meu projeto

etnográfico como uma pesquisadora autônoma: interessada pelo tema da memória do bairro durante sua atuação como professora das escolas da região, ela escreveu sobre as memórias dos seus vizinhos coletando histórias, causos e lendas das proximidades.

Apesar de ter criado um livro sobre todos os relatos coletados por ela, o material que fora doado à escola Longendonck – escola do Guarujá onde trabalhou – perdeu-se. Assim, nossa relação começou a ser tecida nas interações de pesquisas com longos processos de escuta atenta acompanhados do gravador no resgate de uma memória que deveria ter durado em outros suportes físicos. Depois de conversamos um pouco sobre as perdas que tanto marcavam sua trajetória, Jacira me conta sobre os artefatos perdidos que havia guardado:

Jacira: Então, uma coisa interessante são esses objetos que eu dei pra escola... um era um tijolo feito por escravos. Eu não medi, não me lembro da medida, mais ou menos essa medida e essa grossura. Um peso! Ele foi encontrado mais ou menos nas mediações dos fundos da minha casa, né? Entre a Murá e a estrada de Serraria. Foi por aí que ele foi encontrado. Quem é que encontrou? Seu Marciano Caldas. Seu Marciano Caldas era meu vizinho, morava a duas quadras abaixo aqui e ele que fez os calçamentos, ele que abriu as ruas praticamente do bairro Guarujá. Então ele encontrou essa pedra... não na rua, assim, mas dentro de uma propriedade, né? E depois me deu, ele tinha ela guardada e deu pra mim. A outra coisa que ele encontrou é mais linda ainda. Era uma pedra que os índios usavam para acender fogo. Ela tinha um formato arredondado e ela era mais fundinha no meio e já PRETA do fogo! Ela era escura no meio. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Através das narrativas que contam sobre o ser uma educadora civil e religiosa, percebi aos poucos como o trabalho com educação é uma dimensão forte da personalidade de Jacira e como nossa relação foi sendo desenvolvida em torno do seu antigo projeto sobre memória do bairro. Não é fortuito o fato de Jacira ter abordado o tema dos materiais perdidos logo em um primeiro momento de conversa, já que o projeto desaparecido que realizou com antigos moradores era uma parte de quem esse personagem foi nessa região. A tragédia da cultura (Simmel, 2011) se manifesta através da perda desses objetos que encarnavam a aura do espírito de Jacira com o legado que poderia ter deixado para o bairro que abrigou sua vida inteira⁷.

Apesar dos poucos *tesouros* materiais que duraram no tempo através do processo de envelhecimento dessa guardiã da memória do antigo balneário, Jacira sempre pareceu uma mulher muito feliz enquanto contava suas histórias. A dimensão lúdica da educação transparecia durante suas narrativas que eram acompanhadas de um tom de teatralidade na entonação de sua voz e da sua gesticulação animada ao lembrar-se de outros tempos vividos no

⁷ Evito julgar a verossimilhança ou a cientificidade da classificação dos objetos arqueológicos encontrados pela moradora e exponho sua fala a fim de mostrar como foi tecida nossa relação etnográfica.

Guarujá. Em alguns momentos de pesquisa que conversamos mais livremente sobre sua vida sem focar tanto nas memórias do bairro, percebi que eu não era o único a notar esse traço singular em sua personalidade ou, nos termos de Paul Ricoeur, sua identidade *ipseidade*⁸:

Jacira: Sabe que eu sempre gostei de teatro? Se tem uma coisa que eu gostaria de ter feito era teatro, e, hoje em dia, até essa senhora que faz faxina pra mim aqui, eu fui mostrar como é que a gata fazia, sabe? E eu mostro tudo com um tom... e ela “Ai, a dona Jacira tá sempre fazendo teatro!” – e é realmente alguma coisa que eu gosto e que eu faço, né? Eu vou mostrar uma gata, todo mundo vê que é uma gata que tá caminhando. Sempre gostei. Uma frustração talvez até porque eu não consegui fazer, acho que eu ia me dar bem. (Jacira Santanna Gaya – Setembro 2018)

Antes de adentrar na trajetória social de Jacira e contar sobre o bairro a partir de suas experiências pessoais íntimas, exponho um contexto mais geral do balneário Guarujá na década de 1940 e 1950 através da dimensão lúdica dos outros tantos personagens que fazem parte da memória da moradora. Como uma região predominantemente chacreira, conta-me sobre as três grandes chácaras que existiam na região e sobre as propriedades de Schilling⁹ e Mário Assunção que moravam próximos da casa de seus pais:

Jacira: Três chacreiros. Aqui, esta zona que foi calçada pelo seu Marciano, era chácara do Schilling. E a... depois, aqui, nessa área aqui, era do Mario Assunção, é a menor dessas três áreas. E pra lá era do Janga Mendes. (...) Mário Assunção tinha uma chácara que a entrada é a Victor Issler. Sabe qual é a Victor Issler? É a da padaria Lelé da Cuca. Essa arborizada é a Murá – a continuação é a Victor Issler. Ali praticamente era a entrada do Mário Assunção, ele tinha uma casa na beira do sopé do morro. Eu muito, muito passei... o que a gente mais gostava era subir o morro, subir o morro, as vezes calada, levava um lanche, fazia um piquenique. As vezes vinham amigos do centro de Porto Alegre pra subir o morro. Antes a paisagem era mais bonita porque agora tá muito sem nada de vegetação, pouca vegetação. Então... o Mário Assunção tinha essa chácara e depois, ali, os filhos deles não criaram raízes aqui – foram pra Assunção, casualmente, não tem nada a ver, mas foram pro bairro Assunção. Eu conheço uma neta do Mário Assunção, mora aqui, e ela, e aí ali venderam, lotearam em seguida. O primeiro loteamento que aconteceu foi o do Mário Assunção desta parte de lá, né? Porque aqui do Schilling loteou primeiro... onde tu mora era loteamento do Schilling. O limite era justamente lá naquela rua que praticamente ali termina o Guarujá.

Matheus: A Araranguá?

Jacira: Araranguá! Termina o Guarujá ali e depois é Serraria, depois é Serraria, né? E aqui o Schilling, a entrada da casa dele era justamente esses arborizados da Murá, isso desde aquela época, são árvores antigas. A casa donde termina as árvores era a casa dele, agora é um novo loteamento - aliás, um condomínio. Tem condomínio aqui atrás da minha casa, na Murá, que é de apartamentos, tem condomínio do outro lado da Murá, também de apartamentos, e tem esse condomínio lá separado que é diferente

⁸ Inspiro-me no primeiro volume da obra de Paul Ricoeur “Tempo e Narrativa” (1994) onde postula que a identidade *ipse* é uma expressão do sujeito que age no mundo e se transforma na reflexão por intermédio do narrar a si mesmo em sua faculdade singular de projetar imagens. É por intermédio da identidade narrativa que ele pode ter acesso ao sujeito que age, já que na narração percebe suas qualidades éticas de ser reflexivo mediante a experiência no tempo.

⁹ Com o processo de restituição do material de Jacira e outras entrevistas gravadas, acordamos de escrever Schilling desta forma mesmo para o presente trabalho, podendo não ser a forma correta de escrever o nome dessa família.

que são casas... é, eu acho que é mais... caro, melhor, melhorzinho. Era justamente na casa do Schiling. Então na casa do Schiling morou... ele era, vinha só pra veraneio, fim de semana e tinha um caseiro morando, né? Um dos caseiros era um casal de meus padrinhos, foram meus padrinhos. E aí, o que que aconteceu? Schiling loteou a chácara toda dele, deixou só a casa ali que ele continuou vindo, né? E aí começamos... quem veio morar nesses terrenos? Veranistas. Maioria eram veranistas – gente que morava em Porto Alegre, tinha casa de veraneio no Guarujá. Então Guarujá se tornou uma, uma, uma... uma área de veranistas. (...)

Jacira: Janga Mendes pegava um pouco pra cá dessa área... pegava Serraria, pegava o Di Primio Beck, pegava a zona que tu mora e pra cá do outro lado da estrada da Serraria – onde agora é o antigo Beco do Guará e que agora é chamado de Trevo de Ouro. Janga Mendes... ele teve, que eu saiba, quatro filhos: Osório Mendes Ouriques, Orlando Mendes Ouriques, Agenor Mendes Ouriques e uma filha – Maria, se não me engano – que foi casada com João Silveira. Então... ele que aparecia mais no bairro, né? E aí! O Orlando Mendes Ouriques e o Agenor... o Agenor se dedicou muito para criação de gado, gado leiteiro, o Orlando chacareiro – ele plantava e vendia verduras. Acho que ele levava pro centro de Porto Alegre porque eu não via nada de comércio aqui pela zona. O Osório... eu não sei exatamente o que que ele fazia... Osório era mais esticadinho assim, né? Não entrava muito no batente (fez um gesto de quem arruma o terno e a gravata). E a Maria com o João Silveira... não sei pra que ele se dedicava. Eu só sei que o João Silveira com as filhas, depois ele faleceu, com as filhas e mais o Osório... se dedicaram mais a pedra, granito. Eles não exploravam, mas alugavam pra explorar. Ali, então, em frente ao SESI, havia muitas pedreiras de granito e isso aí foi um comércio intenso, intenso, intenso até poucos anos atrás, meu marido trabalhou pra esse comércio também, não cortando, mas carregando, vendendo as pedras, comerciando as pedras, né?

Situando essa moradora no contexto de ocupação do Guarujá, realizou sua pesquisa sobre a memória do bairro em um contexto inicial de fragmentação das enormes chácaras da região da zona sul que foram ocupadas no século XVIII através das sesmarias que dividiam a província de São Pedro – como era chamado o Rio Grande do Sul. Após as primeiras divisões entre sesmeiros em Viamão, o gesto inicial de fundação do *Porto dos Casais* e o consequente crescimento populacional do que viria a ser Porto Alegre acarretou na divisão de terras entre três grandes sesmarias: a Jerônimo de Ornelas, a Sebastião Francisco Chaves e a Dionísio Rodrigues Mendes.

A sesmaria doada a Dionísio Rodrigues Mendes limitava uma área que atualmente estão dispostos os bairros Vila Assunção, Tristeza, Pedra Redonda, Ipanema, Cavahada, e partes de outros bairros como o Vila Nova. O núcleo da chácara tinha sede no Morro São Gonçalo em Belém Velho e sua fazenda estendia-se do arroio da Cavahada até o arroio da Gabiroba ou do Salso nas proximidades da Ponta Grossa. Após a morte do sesmeiro em 1791 e de sua esposa, Beatriz Barbosa Rangel, em 1794, as terras foram herdadas por André Bernardes Rangel, filho de Dionísio, e por José da Silva Guimarães, cuja esposa era sua neta (Machado, 2018, p. 41).

Seu filho André fixou residência em Ipanema após medir a fazenda em 1799 e conseguir o título de sesmaria em 1801. Após sua morte e a morte de sua esposa na década de 20 do século XVIII, seus filhos dividiram as terras na região de balneário (Pellin, 1996, p. 90 apud Machado, 2018, p. 37). Apesar da dificuldade do fazer historiográfico sobre os processos de divisão de terras nessa região da zona sul datados deste século, já há uma ampla bibliografia que pode ser acessada para aprofundamento do tema já citado no trabalho de Janete da Rocha Machado sobre a história do bairro Ipanema (Flores, 1979; Dornelles, 2004; Spalding, 1967; Fortini, 1962).

Como percebo no trabalho de Machado (2018), a passagem do século XVIII ao século XIX é fortemente marcada pelos estancieiros de grandes terras e suas propriedades privadas que diminuía de tamanho ao longo das gerações com a divisão entre herdeiros e os loteamentos para proprietários que não eram da família de sangue. Das terras banhadas pelo Guaíba e pertencentes à grande sesmaria de Dionísio, um determinado trajeto antropológico (Durand, 1984) – agrupado apesar das reduções fenomenológicas – ocorre ao lado da praia de Ipanema, da Pedra Redonda, da Vila Assunção. Essa divisão de águas não só ocorre pela fixação de morada de André Bernardes Rangel, como também da grande influência do estancieiro Juca Batista nascido em 1870 que possuía 80 hectares de terra que se estendiam de Belém Velho até a praia de Ipanema (Machado, 2018, p. 43). Já os bairros Guarujá, Espírito Santo e Serraria são formados por um outro escoamento de águas que se diferencia, inicialmente na narrativa aqui construída especificamente sobre o balneário Guarujá, com as chácaras de Janga Mendes, Schilling e Mário Assunção.

Esse amplo contexto de longas durações criado pelo saber historiográfico me interessa aqui pontualmente como forma de salientar essa ampla bacia semântica (Durand, 1996) em que a ocupação colonial de parte da zona sul de Porto Alegre se insere: meu objetivo é explicitar quais “grandes rios”, utilizando as metáforas potamológicas do autor citado, deságuam em complexas redes que dão forma aos gestos iniciais de ocupação e sociação nessas regiões. Apesar da contextualização, minha intenção não é seguir uma trajetória intelectual para contar uma história única sobre o bairro Guarujá: pretendi levantar algumas pistas de longos processos que permitem compreender de forma reduzida a diferença da formação entre bairros e suas comunidades de vizinhos sem tratá-los como grupos unificados. Inspirado em Bachelard (1988), compreendo que a consolidação temporal de uma comunidade de destino não pode ser interpretada simplesmente por relações de causa e efeito sem que pensemos intimamente a duração entre os instantes descontínuos e todos imprevistos ocorridos na lacuna entre estes.

Volto aos “causos” contados por Jacira para mostrar como, apesar da divisão dos territórios em termos econômicos e políticos, toda paisagem é composta sempre por uma topologia fantástica (Durand, 1980, p. 413) em que fenômenos noturnos compõem o espaço de sociabilidade do bairro Guarujá nas mediações da chácara de Schilling onde moravam os padrinhos de Jacira:

Jacira: E aí, meus padrinhos (caseiros do Schilling) contavam uma história que havia uma assombração naquela casa que... quando as pessoas estavam dormindo, se acordava com uma barulheira que parecia que uma cristaleira tinha caído, barulhos de vidros quebrado, louça quebrada, e aí se levantavam, iam lá ver... nada. Barulho de cadeira de balanço – *dengue dengue* – tudo isso aí explicável porque esses barulhos se confundem – a pessoa com medo e crente na assombração – ela ouve barulho lá das árvores e acha que é uma cadeira de balanço, uma cristaleira caindo... e existem outros, outros fenômenos metafísicos que explicam essas assombrações, né? Mas aí... houve também uma outra história que contaram que, quando estavam reformando não sei o que, acharam uma panela com dinheiro e com ossos de índios. Essa história... aí meus padrinhos saíram dali e foram abrir um armazém na vila nova (risos). Então eles diziam que eles picaram de medo dali e abriram o armazém na vila nova. Nunca se viu isso, nem os ossos nem nada. Mas... eu acredito que eles tenham achado panela com ossos. E houve outra história também de assombração que já era na Jacipuia. Aquela que sai do lado do supermercado, a Jacipuia, tem a primeira quadra que dá com a Jacicoema e a segunda quadra dá com a Jacundá... Jacipuia, né? Nessa quadra entre Jacicoema, ali tinha uma chácara, tinha uma figueira e tinha as argolas onde amarravam os cavalos. Isso aí eu ainda vi as argolas, mas eu acho que não existe mais – as argolas para amarrar os cavalos quando chegarem, né? Então ali também disseram que acharam uma panela com ossos também. E era assombrada – é lógico, né? (risos) Era assombrada, só que eles relacionavam o tipo de assombração que eles viam antes com a panela hoje.

As assombrações sentidas e vividas pelos padrinhos de Jacira demonstram como os ambientes urbanos também são compostos por elementos do imaginário em que elementos de paisagens típicas do regime noturno da imagem contam, através de uma ética e estética específica, uma relação de uma comunidade de destino e sua intimidade com a matéria do tempo nas cidades. Compreendo essa geografia lendária (Rocha, 1994) do Guarujá como um meio sintetizador das relações de intimidade de um agrupamento com uma socioambiência específica explicitadas pela inteligência narrativa (Ricoeur, 1991) dos interlocutores e interpretadas por mim enquanto etnógrafo urbano.

A provocação realizada aqui por mim por meio de Jacira objetiva demonstrar como o trabalho com a matéria do tempo na etnografia da duração não pode esvaziar as múltiplas estórias vividas de um fundo imaginário sempre plural, criativo e dinâmico. Se as lendas e assombrações são fenômenos da ordem mística da interação de uma comunidade de bairro com elementos metafísicos em que fica clara a dimensão poética do viver urbano, sigo agora para outras narrativas da ordem do cotidiano, do autobiográfico e da trajetória social considerando

que o símbolo reside em toda e qualquer “história”. Assim sendo, adentro, neste momento do capítulo, a trajetória de Jacira e, posteriormente, de outros interlocutores que me auxiliam na compreensão dos gestos de fundação do bairro e suas complexidades miúdas para não hipostasiar uma história única sobre o antigo balneário.

1.2. Novos comerciantes locais e a Paróquia Santa Rita de Cássia

Jacira: Eu gosto muito, me sinto muito bem na Igreja, me sinto realizada. Sei que Deus me ama por uma razão especial, que ele tem um plano pra mim, então... eu procuro descobrir sempre, descobrir qual o papel que ele tem pra mim e realizá-lo. É lógico que isso só pode ser dentro da família que ele escolheu, dentro do bairro, dentro da comunidade que eu vivo, né? Então me sinto realizada. (Jacira Santanna Gaya – Setembro de 2018)

Nascida em 1944, Jacira Santanna Gaya, atualmente professora aposentada que trabalha com alfabetização de jovens e adultos em sua casa, foi a moradora mais antiga da região referente ao tempo de ocupação que consegui conversar. Sua família nuclear de origem italiana e portuguesa – aproximações mais ou menos precisas de sua árvore genealógica – morava nas proximidades do bairro Partenon até deslocarem-se ao Guarujá em 1938. Sua família já vivia um *ethos* (Geertz, 1978) comerciante antes da migração intermunicipal, pois possuíam uma casa de comércio na região que foi transferida à nova morada na esquina da rua Murá. Assim sendo, o projeto familiar dos pais de Jacira esteve sempre motivado pelo campo de possibilidades (Velho, 1981) de venda aberto na região suburbana do balneário Guarujá devido o lento processo de expansão urbana que se iniciava:

Jacira: A minha irmã é mais antiga do que eu. Ela tem três anos mais velha do que eu, ela mora na esquina que é a casa onde morou meus pais. Quando meus pais vieram, eles foram pra ali. Meu pai tinha um armazém de “secos e molhados”. “Secos e molhados” quer dizer: ele era quase que... ele tinha de tudo! Desde querosene a granel, cama, tecido em metro, arroz, feijão pesada na balança... remédios! A minha mãe conhecia muito homeopatia, as pessoas vinham e aí meu pai não gostava disso, então ela recebia lá em baixo na porta da casa. Preparava a homeopatia e dizia como elas deveriam tomar pra cada doença (risos). Então... não havia luz elétrica, então não tinha... era um frigorífico com gelo pra guardar o que precisasse, né? Depois ele comprou, por conta da luz elétrica, veio aqueles refrigeradores comerciais de quatro portas e... e depois então ele terminou o armazém e veio o refrigerador de quatro portas. Então meu pai tinha carro, um dos poucos que tinha carro. Aquele Modelo A de manivela, sabe? Aí as pessoas chegavam ali e pediam umas coisas que precisavam - se precisavam de uma cama, de um colchão, pediam pra ele comprar. Aí ele ia no centro, comprava, fornecia pra eles. Sim, porque ele tinha um armazém e vinha... do Guarujá quase ninguém! Mas Aberta dos Morros, Ponta Grossa, Serraria. Tudo vinham comprar no Armazém. Faziam rancho semanais, assim, né? E levavam. Aí meu pai entregava os ranchos - ou com o Modelo A ou com a carroça. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

A ecossistêmica socioambiental rural do bairro Guarujá quando a família de Jacira se muda também é um agente sob os fluxos (Hannerz, 1997) e itinerários urbanos (Eckert; Rocha, 2001) dessa família através dos quais o projeto familiar começava a funcionar como um processo de ascensão social. A troca de morada para um bairro ainda em processo de urbanização somado ao sucesso do armazém da família possibilitou a compra de vários terrenos nas proximidades que, hoje, são divididos entre Jacira e seus dois irmãos. Além dos saberes relacionados ao mundo do trabalho herdados pela família da moradora, a obtenção de um carro à manivela Modelo A permitiu que diferentes fluxos de mercadorias e pessoas ocorresse a partir de um gesto inicial de modernidade que permitia o crescimento de moradores nas proximidades desligados do trabalho rural.

Quando Jacira afirma que pouco vendia para os moradores do Guarujá, percebo a diferença de *ethos* entre alguns moradores dos bairros próximos e os que residiam nas chácaras que eram a forma de ocupação bairrial predominante. Apesar da diferença de estilo de vida refletido no projeto do núcleo familiar dos Santanna, percebo que a ordem tradicional familiar (Velho, 2006) torna-se manifesta à medida que Jacira diferencia os papéis sociais atribuídos ao gênero feminino – conectado com o lúdico, com o âmbito interno da casa, com a homeopatia – e ao masculino – ligado ao *ethos* empreendedor local. Trata-se de uma constatação que vai além da expansão urbana com tons de modernidade.

Sua mãe produzia homeopatia, um gesto em relação a matéria (Leroi-gourhan, 1964) alquímico que, no trajeto antropológico de Porto Alegre em termos estruturais, é concebido como uma naturalidade da *anima* (Durand, 1984) por suas qualidades místicas e noturnas. Como ser encarado como marginal em relação à racionalidade das luzes e do comércio, vendia seus produtos criados dentro de casa apesar da reprovação do pai de família: vendia “lá em baixo na porta da casa” – como diz Jacira. O *animus* supostamente natural encarnado pelo homem abraça o regime diurno da imagem e sua posição heroica expressa na venda e na imposição de ordem no seio da família nuclear. Através desse percurso de análise que afasta um mero infra-estruturalismo econômico nas decisões de projeto dos narradores urbanos, também percebi durante nossa conversa como pequenos imponderáveis da vida vivida podem influenciar uma mudança de estilo de vida:

Jacira: Eles tinham casa de comércio também lá, tinha armazém e... parece que era muito úmido, muito... muito pouco arejado. Aí o médico, pediatra do meu irmão, recomendou que eles fossem pra um lugar mais arejado pra ele, tinha muita doença respiratória. Aí ele comprou esse armazém aqui na esquina da Murá, né? (...) E aí ela o levava pra frente da casa pra ele respirar a fumaça do trem! Olha só... diziam que

fazia bem. Provavelmente era de carvão... não sei, né? (...) Então... o pessoal do centro dizia que lá era Porto Alegre e aqui não era Porto Alegre. Eu passei isso com as minhas primas (risos), que nós não éramos de Porto Alegre, éramos do interior. Graças a Deus (riso breve), acho que aqui nós curtimos muito mais do que lá. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Durante a conversa com Jacira, percebi que a motivação do projeto familiar almejava um estilo de vida suburbano, mas as aspirações eram mais amplas do que a busca por um *ethos* diferenciado e não alcançado no bairro Partenon: as doenças respiratórias do irmão e as representações sociais de saúde da época sobre a fumaça do trem que existia nas mediações do antigo balneário. Esses imponderáveis foram impulsionadores da intensificação dos laços familiares através de um projeto nuclear e, conseqüentemente, do relaxamento dos laços de parentesco através da mudança de morada. Para além de uma memória coletiva porto-alegrense que marginaliza alguns bairros como não pertencentes à cidade – como percebo o Guarujá no momento desta escrita através da minha experiência enquanto morador –, considero um indicador importante de afastamento as primas de Jacira estranharem o local de residência dessa família.

Sem que houvesse de fato um rompimento, a família em âmbito urbano progressivamente vivenciou os laços mais como uma teia do que um grupo, formando uma rede de relações (Bott, 1957) íntima e cotidiana apenas entre os membros do núcleo. Esse trajeto urbano de uma região mais próxima do centro e de seus familiares para uma região suburbana permitiu não só a transformação dos laços de parentesco, mas também a mudança de comunidade de pertença em relação ao espaço habitado e o sentimento de territorialidade. Percebo, assim, que os relatos de infância de Jacira são muito reveladores sobre as redes que começavam a ser criadas em torno de uma identidade bairrial (Gravano, 2005):

Jacira: A dona Julietta sempre chamava eu e a minha irmã pra ajudar em alguma coisa, eu desde criança. O padre Antônio me chamava, eu era tipo de uma coordenadora das crianças, então usava uma fita amarela e ia lá e convidava a filha do Osório, Giselda, pra participar também, convidava outras meninas, né? Aí a gente contava ali na Igreja, e tal, muito estimulada pela dona Julieta e pelo padre, a participar. Jacira: Eu era tipo uns 12 anos, mais ou menos, já era estimulada pra isso. A minha irmã fazia discurso pra receber o bispo, pra isso, pra aquilo, ela escrevia os discursos e lia desde adolescente: a pedra fundamental e não sei o que, sabe? Tudo ela fazia discurso. E eu trabalhava muito com criança, sempre tive dom porque era uma coisa natural minha, né? Eu tinha meus primos, eu cuidava muito de criança, andava sempre com um monte de criança a reboque. Os vizinhos! Eu ficava na casa dos vizinhos, sentava no chão ali e ficava brincando, brincando e as mães adoravam porque elas iam fazer as coisas e eu entretendo as crianças. Então, elas me convidavam pra eu fazer peças de teatro infantil e apresentava nos chás. Então sempre me chamando, sempre me chamando e eu sempre gostando, sempre correspondendo, né? Então... a mana também, mas ela era mais dos discursos, essas coisas. Como eu me envolvia com teatro, depois de jovem eu me envolvi também com teatro com jovens, mas daí não era da Igreja (riso breve). (Jacira Santanna Gaya – Setembro de 2017)

Aos poucos a família foi inserindo-se nas formas de sociação (Simmel, 1981) da comunidade de vizinhos que se identificavam em torno de experiências compartilhadas como o catolicismo. Ao mesmo tempo que Jacira se narra como um outro na experiência de infância devido sua pertença a comunidade de moradores do Guarujá, também percebe sua *mesmidade*¹⁰ pelo seu “dom natural” ao trabalho com crianças e educação que se manifestava desde sua infância. O acúmulo de experiências (Schutz, 1979) com diferentes mulheres do bairro para além de sua mãe é fundamental para compreender a construção do símbolo na criança (Piaget, 1970) feminina, o que percebo como uma via interpretativa para acessar a edificação do imaginário individual a partir de uma experiência de bairro coletiva.

Apesar de evitar armadilhas epistemológicas – como as análises rigidamente dicotômicas do *continuum folk urbano* de Redfield (1947) – para entender a identidade dos suburbanos portoalegrenses dessa localidade, percebo que as vivências de Jacira nas décadas de 1940 e 1950 representam projetos de vida dimensionados a uma experiência mais holística do que individual (Dumont, 1970) desde sua adolescência. Isso se manifesta em toda sua trajetória social corporificada pela territorialidade contínua e pelos fortes laços de vizinhança no Guarujá nessas décadas. Essa coesão social apesar das diferenças pode ser bem observada na estória sobre os gestos de fundação da Igreja mesmo quando não existia sua arquitetura atual:

Jacira: A minha mãe foi uma pessoa sempre muito devota, católica, foi criada dentro da Igreja Católica, rezava bastante individualmente, assim, e ia às missas todos os domingos e nos levava, o pai não ia conosco. Então ia eu e minha irmã, meu irmão também não ia. Então, antes eu fiz a primeira eucaristia numa capela. Não tinha Igreja, não tinha nada, então vinha um carro, já te expliquei isso?

Matheus: Não...

Jacira: Vinha um carro que é tipo de uma caminhonete, abre as portas grandes atrás e tinha um altar. Aí o padre rezava a missa ali na rua, eu fiz minha primeira eucaristia numa calçada na frente ali agora, atualmente é perto do Supermercado. Hoje em dia as calçadas são todas estreitas, mas eram enormes as calçadas da estrada da Serraria a ponto de caber uma caminhonete, cabia um banco, assim, ali que foi minha primeira eucaristia. Fora isso, as vezes faziam missa no quartel, também houve épocas que a gente fazia missa lá no quartel. Então ia a pé, daqui até lá pra assistir a missa, né? E depois, então, quando começou a ser construído, o padre se dedicou mais pra construção da casa paroquial do que da Igreja, primeiro a casa paroquial e depois a Igreja porque aí ele ficava instalado, né? Tá certo ele. E aí depois foi indo, foi indo, indo, indo, e foi construindo. Primeiro só um galpãozinho onde se punha ali o altar, só abria e o pessoal ficava na rua. (Jacira Santanna Gaya – setembro de 2017)

¹⁰ Para Paul Ricoeur, a identidade idem ou mesmidade é um conceito que se refere a identidade do si mesmo como um outro. Em outras palavras, é o sujeito narrando-se como pertencente à uma comunidade em que suas características pessoais são semelhantes aos do grupo.

Compreendo que mesmo sem a construção material como atualmente temos a Paróquia Santuário Santa Rita de Cássia na av. Guaíba próximo da av. Serraria, o fundo imaginário de muitos porto-alegrenses nessa época era constituído pelo trajeto antropológico oriundo dos imigrantes europeus e das imagens do mito da árvore de Jessé que traziam consigo. Observo bem a afirmação que faço nas formas de ocupação datados de longa duração em outras localizações da zona sul: após herdadas partes das terras de Belém Velho (atual núcleo do bairro) ao primogênito Manoel Rodrigues Rangel, sua esposa Francisca Maria de Jesus distinguiu-se pelo culto a Nossa Senhora de Belém. Após a morte de Francisca em 1824, suas terras foram adquiridas por um grupo de devotos que passam a doá-las a santa com a posterior construção de uma capela inaugurada em 1830¹¹.

Aproximando um pouco mais da localização do Guarujá, outra antiga Igreja – que há muitas décadas só existe através das ruínas completamente tomadas por vegetais e animais que hoje ali moram – situava-se na subida do bairro Espírito Santo. Tanto Jacira quanto o pároco da Igreja Santa Rita¹² contam sobre a existência de uma chácara nas mediações do bairro vizinho nascida devido uma estória fantástica: não se sabe se é uma lenda ou se é verídico. Diz a estória que o filho do dono foi mordido por uma cobra e, com o risco de vida da criança, prometeu à Deus que se seu filho fosse salvo seria construída uma capela ao Espírito Santo. Verdade factual ou não – o que não me compete julgar –, percebo como os mitos do catolicismo sempre estiveram presentes como uma das estruturas das formas de acomodação e assimilação desses moradores em formas de sociação com o espaço e entre si.

Compreendendo esses arquétipos, fica fácil de compreender como hábitos-ritmos (Bachelard, 1932) católicos eram formados na sociabilidade de rua mesmo com o esforço de locomoção de uma capela móvel com o serviço de um pároco de outra região da cidade. Imagens do passado que quase conseguimos ver pelo nível de detalhamento são evocadas sobre a eucaristia feita nas largas calçadas da estrada da Serraria, e as percebo como uma localização social da memória (Halbwachs, 2006) sobre as formas de sociabilidade em âmbito público. Compreendo que apesar de algumas diferenças de trajetória e *ethos*, há uma coesão social no bairro sobre visões de mundo que não são restritas à espiritualidade. Isso é exemplificado com

¹¹ Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura. Memória dos Bairros: Belém Velho. UE: Porto Alegre, 1994, p. 14.

¹² Conversei com muitos personagens da paisagem do Guarujá por ser morador e fiz registro desses encontros cotidianos através de breves diários de campo. Um desses personagens foi o recente pároco José Antônio Sauthier.

outros tempos evocados na descontinuidade da memória de Jacira sobre as práticas religiosas no bairro: o quartel ofertava o espaço necessário para que fossem realizadas as missas semanais. Desta forma, apesar dos conflitos sobre o quartel que vão ser expostos mais adiante, há um pluralismo de símbolos coerentes (Durand, 1996, p. 140) que perpassam a comunidade bairrial nessa época e que são típicas das formas citadinas europeias. Identifico essa coerência na diversidade da estória de criação da Igreja Santa Rita:

Jacira: Os veranistas se juntaram em um grupo, eram católicos, queriam ir à missa, não tinha isso aqui, não tinha Igreja... Então formaram uma comissão. Minha mãe também participou, mas como oradora, né? Tinha minha mãe, tinha Herculano Azambuja que era militar e tinha mais um ou outro que eu não lembro assim, assim morador que fazia parte dessa comissão. O resto eram veranistas, veranistas. Dona Julieta Abutti era veranista, era uma das cabeças, toda família Abutti tinha uma casa de veraneio lá na Guenoas. O professor Bottari, a família da Julieta Abutti que eram três, quatro mulheres e ela era a mais velha, então era bem líder. Ela que era a líder mesmo, funcionou. Vários veranistas! Mas esses se destacavam, professor Bottari fez até um hino pra Santa Rita, dona Cecília, esposa dele, gostava muito de ornamentar, de enfeitar a Igreja e tal. (...) E aí essa pra mim é uma das causas do fracasso comercial do Guarujá porque os veranistas não faziam nada. A única coisa de boa, boa que eles fizeram foi o santuário porque foram os veranistas que começaram. (Jacira Santanna Gaya – setembro de 2017)

Com os esquemas analíticos do estruturalismo figurativo com suas invariantes operatórias e a permanência do arcaico, os substantivos simbólicos centrais – neste caso, os do catolicismo – podem ser pensados pelo seu deslocamento nos espaços-tempo em um corpo coletivo determinado (Eckert; Rocha, 2013b, p. 54). Principalmente em âmbito urbano, a diversidade de trajetórias com o início das ocupações dos chamados “veranistas” mostra bem as relações de ambiguidade entre relações de negociação, de conflito e de amizade entre vizinhos na urbe em crescimento. É o que senti durante as narrativas de Jacira quando me contava sobre a união em uma comissão para atingir um projeto quisto por parte considerável da vizinhança e, simultaneamente, criticava os ocupantes por não se preocuparem de fato com outras melhorias no espaço público.

Entre as relações vicinais, entravam em conflito *ethos* diferentes que projetavam à região um destino específico no momento que possuíam um projeto específico para si: a sazonalidade ou os repousos semanais tornaram-se um problema aos habitantes realmente enraizados no Guarujá. Saliento, porém, que identifico que esse julgamento de valor depende muito da relação que há com a família que veraneia – sendo dona Edith e seu Juvenal um exemplo típico de moradores veranistas que eram muito bem quistos por vários habitantes da região. Esses julgamentos dependiam das interações face-a-face (Goffman, 1975) em lugares

praticados no bairro como a paróquia materializada onde ocorriam outras formas de sociabilidade que excediam as práticas religiosas:

Jacira: Tinha um galpão ali do lado onde é a Igreja hoje, tinha um galpão de madeira que a gente chamava de tobogã porque o assoalho dele fazia assim e lá tinha um palco. Então se fazia apresentação de teatro, se faziam chás com mesas, assim, e cinema! Também apresentavam filmes todos os domingos de tarde que era pra angariar fundos pra Igreja, nós tínhamos um cinema no Guarujá. Então eu fiquei sempre envolvida, sempre envolvida, né? Sempre sendo chamada, assim, dona Julieta chamava pro coral, pra cantar. Minha mãe gostava muito de cantar e aí eu ia junto, cantava muito também. (Jacira Santanna Gaya – setembro de 2017)

Vera: Ah, era a coisa mais linda a Igreja. Eram festas lindas, meu deus! Naquela época... ele era um pavilhão só – lindo, com jardim e tudo. Aí fazia aquelas festas, tinha os... festeiros. Sempre era o padre Antonio organizando que lamentavelmente saiu com 93, 94 anos. E a primeira festa que fizeram pra arrecadar dinheiro, coisa e tudo. Muita coisa, né? Envolvida, a comunidade pra Igreja, pra nós todos. Eu me lembro que essa festa foi dia 25 de janeiro - porque tinha muitas festas, né? Não era só dia 21 de maio (se referindo à festa de Santa Rita). Enorme, sabe com o que? Parque de diversão, tal de roda gigante, os cavalinhos. (Vera Lúcia Carvalho, 23/09/2017)

1.3. Sirney e Augusto: trajetória de pai e filho

Conheci Sirney dos Anjos de Souza na casa de seu filho Carlos na rua Hélio Félix Frey durante um expediente de trabalho em família: apesar da idade, ainda utiliza seus conhecimentos na área da contabilidade em um escritório privado na sala principal que é a entrada da casa. Era um dia de semana e o amigo de vizinhança de longa data de Jacira aceitou me receber dentro da morada de seu filho para uma conversa não estruturada sobre sua vida e as “histórias do Guarujá”. Mesmo com a quantidade de trabalho para ser feito na vida de “aposentado”, ofereceu algumas horas do seu dia em uma bancada logo após a porta de entrada da casa para conversarmos com o gravador ligado. Após este primeiro encontro, nos encontramos mais algumas vezes após minhas transcrições que me deixaram inquieto e com mais vontade de entender os detalhes da estórias desse senhor.

Com 81 anos, Sirney é um senhor branco e casado; tem dois filhos homens e mora na rua Moacyr Godoy Ilha uma quadra de distância da casa de seu filho na rua Hélio Félix Frey – ambas as casas próximas da av. Serraria onde mora Jacira. Seus pais já moravam em Porto Alegre quando nasceu: sua mãe nasceu em Canguçu, município próximo de Pelotas no Rio Grande do Sul, e migrou para Porto Alegre; seu pai morou boa parte de sua vida na zona sul e foi um dos moradores mais antigos do bairro que, através da memória de Sirney, entrei em

contato. Antes de fazerem a transferência de sua morada à Zona Sul para uma casa alugada no bairro Campo Novo, moraram na rua Miguel Teixeira no bairro Cidade Baixa. Conta-me sobre sua mudança ao Guarujá e sobre sua morada atual:

Sirney: Eu vim em 1945. Tinha sete anos de idade. O bairro, aqui, tinha poucas casas, né? (...) Viemos morar aqui, perto do posto de gasolina Ipiranga ali. Tem uma árvore enorme ali. Bem naquela árvore ali, tinha uma casa velha ali, nós morava ali... de aluguel. Aí começaram a lotear aqui, fazer terrenos e a gente, o pai comprou terreno, número 1185 onde tem uma parada de ônibus. Aí comprou e construiu uma casa ali, mas viemos primeiro pra morar aqui perto do posto, casa de aluguel, pagava aluguel. (...) O trem passava nos fundos da nossa casa. Só levando gado, não era trem de passageiro. A casa, inclusive, era cozinha de terra, não tinha nem assoalho e nem forro. Enxergava as telhas na cozinha. Nos outros cômodos da casa, tinha forro e assoalho... Era uma casa bem velha.

Matheus: Tu sempre morou aqui então? No Guarujá.

Sirney: Sempre, sempre. Eu vim pra cá com cinco anos e eu nunca mais saí. To até hoje aqui. Aí a gente, meus pais morreram, a gente vendeu ali, eu tenho uma irmã, a gente repartiu e eu comprei um terreno aqui. Como eu morava ali, eu vi quando eles começaram as vendas aqui. Eu vi quando eles abriram as ruas, compraram asfalto, iluminação pública... e um belo dia, botaram faixa, começaram a soltar foguetes e tal e começou as vendas. Atravessei a rua com a minha mulher e viemos ver os terrenos, né? Eu tinha feito uma poupança, consegui comprar com dinheiro próprio, né? É 29 mil paguei o terreno (riso breve). (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Antes da mudança da família nuclear ao Guarujá, moravam próximo da Cristiano Kraemer no bairro Campo Novo “próximo de duas pedras no topo do relevo do bairro” como relembra Sirney. Como um tempo vivido durante sua infância e pensado durante a narrativa já no seu período de velhice (Bachelard, 1988), o morador relembra seus sentimentos de alegria após a mudança de bairro para uma casa de aluguel na av. Serraria bem próximo do armazém de seu Júlio Santanna: “Eu gostei, era melhor da onde eu morava, onde eu morava era longe de tudo, não tinha Armazém perto. (...) Então era só atravessar a rua e já estava no Armazém”. Sirney morou em algumas casas no Guarujá antes de fixar morada com sua família nuclear após a aquisição de um terreno no bairro.

Mesmo morando há 74 anos no Guarujá, sua casa atual só terminou de ser construída em 2003 após a compra de um grande loteamento feito pela empresa Imograpa em uma área verde onde antigamente existia a chácara do Mário Assunção. Depois da morte do chacareiro seguida pela não adesão ao *ethos* rural pelos herdeiros das terras, a grande área de campo era utilizada pelas jocosidades de vizinhos em um campo de futebol chamado Várzea com registro na Federação Gaúcha de Futebol: “Disputava campeonato com Belém Novo, com os ferroviários, com o pessoal do Cais do Porto (...) jogou um Tristezece da Tristeza, meu pai jogou com ele também aqui”. Após anos de tradição dos jogos que envolviam um tipo de sociabilidade masculina no bairro, “parou o futebol” e a área ficou com pouquíssima ação

antrópica por mais de uma década. Diferente de outros lugares do Guarujá, Sirney afirma que essa área, mesmo estando abandonada por muito tempo, nunca foi “invadida” por moradores irregulares: “estranhei não terem invadido porque ficou talvez 10, 12 anos sem nada, sem nenhuma atividade”.

Quando Sirney se mudou pela primeira vez “da casa velha”, o pai de seu amigo abriu outro armazém na região e fez um anexo à casa que alugou ao sapateiro Pedro: “Naquele tempo, se usava muito consertar o sapato e não comprar sapato novo, era muito caro”. A imagem do sapateiro como personagem do bairro durou na memória do morador não só pelo ótimo trabalho que realizava – o que é comentado por Sirney na sua narrativa –, mas especialmente pelo conserto das chuteiras feitas de prego dos jogadores de futebol da região: “hoje parece que é tudo aparafusado”. Esse quadro social da memória (Halbwachs, 2006) demonstra como, apesar das deficiências econômicas locais, os moradores se organizavam em uma rede afetiva que envolve laços jocosos com relações de trabalho em um âmbito local de interação face-a-face. Enquanto conversávamos sobre as três fases de loteamento da Imograpa nessa grande região¹³, relembra do bar de seu Hermes Moreira quando ainda “era pequeno” e da sua tia que fabricava bolos de casamento, criando uma imagem do bairro com uma diversidade de comerciantes locais em ascensão. Um desses trabalhadores era o pai de Sirney, Augusto:

Sirney: É, aqui onde nós estamos era uma chácara do Mário Assunção que era casado com a filha do Araújo Viana. (...) O Mário amigo não era, era conhecido. Conhecido. A gente já morava no terreno dele aqui, essa casa alugada, porque tudo que era da estrada pra cá era dele, até lá o morro. Criação de gado, ali adiante, passando o supermercado, também criavam gado. Inclusive, meu pai era sobrinho do dono ali e tinha um gado leiteiro e esse leite era vendido no centro. Eles iam de carroça entregar esse leite, daqui ao centro de carroça (riso breve). (...) Perto do Santa Rita era do tio do meu pai – o João Mendes Ouriques. Meu pai, eles vendiam leite. Ele acertou na loteria, o tio dele ganhou na loteria na sorte grande que eles diziam naquele tempo. Ganhou muito dinheiro. Só pra ti ter uma ideia, ele comprou aquela chácara que ia do morro ao Guaíba. Tudo isso, tudo isso era dele. Essa parte do Guaíba era particular, era deles. E ele era tio do meu pai, meu pai perdeu a mãe muito cedo, com cinco anos de idade, não conheceu o pai dele, parece que tinha dois, três meses quando ele morreu o pai. Então ele veio morar com o tio, com esse tio aí. Se criou aí com os primos e aí trabalhava junto com os primos, vendendo leite, o trabalho deles era vender leite. Criavam gado leiteiro, né? E aí vendiam o leite de carroça e as carroças iam entregar leite até no centro. Marcílio Dias, lá na Mauá, na avenida Júlio de Castilhos, Menino Deus, Glória, Teresópolis, tudo isso aí eles vendiam leite. Saíam daqui as quatro da manhã, parece, com a carroça (risos), ba. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

¹³ Atualmente a empresa está realizando a terceira e última fase que irá desmatar uma região onde fica o arroio Guarujá e conectar ao recente loteamento de grandes casas chamado “Caminhos do Sol” em frente ao Supermercado Santa Rita.

Foi durante estas estórias que comecei a conectar o que ouvi sobre os personagens da vizinhança dos contos de Jacira às localizações sociais da memória (Halbwachs, 2006) deste morador: a família de Sirney relacionava-se com as chácaras de João Mendes Ouriques pelos laços de parentesco e de Mário Assunção pelos laços de vizinhança e de aluguel da sua casa. Se, por um lado, existia uma relação de proximidade com os Ouriques pelos laços de parentesco, o aluguel da propriedade de um vizinho não proporcionou íntimos laços de vizinhança com essa família: “O Mário amigo não era, era conhecido”.

Após a surpresa que tive ao saber do tamanho dos itinerários urbanos do ofício rural de seu pai Augusto realizados de charrete, questionei se ele sabia de quem e em que época esse grande terreno havia sido comprado: “Não... não me lembro. O pai falava mas eu não, não lembro. O pai dizia de quem era... meu pai nasceu em 1916, ele sabia muita coisa aí.”. Apesar das longínquas memórias fraternas que duraram como poeiras para o morador, Sirney afirmou que suspeitava que seu tio havia comprado a propriedade em 1908, alguns anos anteriores ao momento em que sua avó falecera precocemente aos cinco anos de idade de Augusto.

Essa mudança drástica na composição da família nuclear do pai de Sirney metamorfoseou as formas dos laços de parentesco com a migração interbairros do menino fragilizado em busca de fortalecimento através da proximidade espacial dos parentes-vizinhos. Assim sendo, compreendo que a identidade bairrial (Gravano, 2005) anterior à metade do século era fortemente marcada – apesar de não restrita – às grandes famílias que moravam em um território extenso com formas de sociação próximas de uma colônia do Rio Grande do Sul. Percebo que, de forma diferente do caso de Jacira, a topologia fantástica (Durand, 1980) do bairro desvendada nas narrativas dessa família é corporificada por um longo processo de constituição da identidade familiar conectada à territorialidade do espaço e seus símbolos de pertencimento coletivo.

Através de uma ritmanálise (Bachelard, 1988) das estórias de Sirney que escutei e gravei nas visitas que fiz a sua casa, percebo como a estética que se manifesta na *arte de narrar* do morador relaciona sua narrativa autobiográfica ao Guarujá pelos ofícios realizados nas proximidades do bairro e pelas relações com sua família extensa. Não é trivial o fato de Jacira me contar mais histórias sobre sua mãe e Sirney me contar mais história sobre seu pai: a construção de si através da identidade narrativa do morador está intimamente ligada a que lembra-se e como lembra-se em um ato correlacional entre *noese* e *noema* (Ricoeur, 1991). Por ser homem, seu processo de socialização no bairro esteve conectado com as ambiências e

tarefas consideradas como pertencentes a ordem masculina. Isto posto, considero que uma dessas marcas identitárias do universo predominantemente masculino expostas por Sirney está atrelada às memórias do ofício (Bosi, 1994) das vivências de Augusto durante o período de sua infância até a vida adulta com o trabalho do transporte de leite e hortifrutigranjeiros em diferentes itinerários urbanos por Porto Alegre junto de sua família.

Com esse relato, entendo que a forma de sociação chacareira possuía uma autonomia relativa em relação à urbe em seu processo de expansão e desenvolvimento e, pelas conexões feitas através das charretes de leite e do trabalho tropeiro, já havia um gesto inicial de construção da atual av. Serraria. Como necessidade humana de deslocamento através da criação de caminhos (Simmel, 1996) que conectam espaços, a “ponte” criada pela estrada da Serraria compõe um dos importantes gestos de fundação do trajeto antropológico (Durand, 1984a, p. 30) do bairro Guarujá. Todavia, esse caminho praticado pelos chacareiros da região com suas formas de sociabilidade próprias foi drasticamente modificado pelo poder Estatal objetivando destinar uma localização para uma finalidade macroeconômica. Trata-se da criação do matadouro Modelo.

1.4. O Matadouro Modelo

Antes de entrar na trajetória social de Sirney detalhadamente desde sua infância, preciso voltar em camadas mais antigas do tempo sobre as narrativas de trabalho de Augusto. Além de clarear ainda mais as relações entre o bairro Guarujá e metrópole na primeira metade do século XX, acredito que as narrativas contadas por seu filho – e eventualmente por Jacira – revelam ainda mais sobre a identidade bairrial através de uma dialética entre ritmos temporais desenvolvimentistas e as acomodações e assimilações (Durand, 1984) da rede de vizinhos local. Uma dessas camadas é expressa pela antiga construção do Matadouro Modelo e sua linha férrea. Para além dos relatos dos moradores sobre seus pais, essa existência é comprovada por camadas de tempo mais antigas que escavei na historiografia sobre os intendentess de Porto Alegre e o planejamento de Alberto Bins que almejava a centralização dos abates na cadeia de produção de carne porto-alegrense na década de 1930.

Segundo Margareth Marchiori Bakos (1996), trata-se de um momento de influência recíproca entre administração estatal, com o presidente do Estado Getúlio Vargas, e municipal,

com seus intendentes como Alberto Bins, que pode ser subentendida na questão do matadouro da capital gaúcha. À medida que Alberto Bins avançava nas propostas de centralização, os marchantes de São Leopoldo pressionavam Getúlio para reconsideração da medida. Com uma comissão organizada às pressas por determinação do governo do Estado, considerou-se que a descentralização dos abates seria uma medida mais efetiva no barateamento dos custos de carne (Bakos, 1996, p. 64). Esses processos de intervenção estatal sob a forma da economia local podem ser observados no relato de Sirney sobre um dos trabalhos realizados por seu pai Augusto e que representam parte da economia do bairro nessa época:

Sirney: É, o quartel veio e o matadouro já tinha saído pro interior, foi pra cidade do interior. O nome era Matadouro Modelo.

Matheus: Modelo...

Sirney: Não sei se ainda existe, foi pro interior. O pai trabalhou nele, o pai trabalhou nesse matadouro. Disse que era uma beleza, uma limpeza espetacular. A carne era lavada com mangueira dessas de alta pressão, escovada antes de ser cortada, o boi vinha pendurado, eles tiravam o couro e um ia lavando com alta pressão e escovava toda a carne, era tudo limpinho. Eles pareciam uns enfermeiros de hospital, os funcionários tudo de branco e trocavam de roupa toda hora, roupa estava muito suja de sangue, já botavam uma outra limpinha. Tinha quem lavasse lá e já secasse e tudo, diz que era uma limpeza espetacular. Dava gosto de comer a carne que era produzida ali, muito limpo, muito legal. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Nas duas vezes que conversamos especificamente sobre o matadouro Modelo, a primeira imagem que veio a Sirney fora acerca da limpeza impecável que era realizada no local com processos seriados acompanhados da utilização de tecnologia – o que é visto de forma muito positiva pelo morador que até mesmo duvida que seja realizado esse procedimento atualmente. Mergulhando ainda mais na historiografia, descubro que em 10 de janeiro de 1929 havia sido assinado um convênio entre a intendência da capital e o governo do Estado para processos de estatização e burocratização de “serviços de higiene, policiamento e instrução pública” (Bakos, 1996, p. 106). Ao mesmo tempo que os “serviços de higiene” em Porto Alegre foram assimilados pela administração do Estado, planejou-se uma fiscalização mais severa da carne produzida na cidade e, para atingir a essa finalidade, objetivou-se a construção de um “matadouro modelo”. Ocorreu, nesse processo higienista operado pela máquina estatal, a proibição de chiqueiros e galinheiros aos produtores de carne e o afastamento do Prado, das cocheiras e dos cavalos para fora do que era considerado espaço urbano (Bakos, 1996, p. 108) – apesar das complexidades entre o que é rural e urbano nessa região. Essas medidas provavelmente afetaram as formas de sociação e sociabilidade das chácaras do Guarujá que precisaram entrar nos processos de uniformização do Estado para venda do gado.

Apesar de Alberto Bins não ter conseguido facilmente praticar um processo centralizador tão drástico quanto almejava, o curso da licitação que permitia a construção do prédio do Matadouro Modelo em 1934 na ponta da Serraria (Huyer, 2010, p. 121) já exibia que era almejada uma forte industrialização da produção. O valor estimado do investimento era de 4.000 contos de réis e participavam da licitação as principais construtoras da época – Dahne, Conceição e Cia., Azevedo Mouro e Gertum e Hessler e Woebeke (Huyer, 2010, p. 123).

Em âmbito público estatal nos debates entre políticos e técnicos, houveram severas críticas provenientes de Clóvis Pestana – engenheiro civil, advogado, figura pública que tornaria-se prefeito de Porto Alegre – às decisões de construção do empreendimento explicitadas no trabalho historiográfico de André Huyer. Os contradiscursos de Clóvis argumentavam em discordância à localização escolhida para instalação de uma indústria devido sua inadequação por estar fora das grandes vias de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo ou fluvial. Todavia, para além das visões simbólicas utilitaristas sobre a cidade, há também uma visão de mundo acerca do “destino” da orla do Guaíba como zonas preferenciais para habitação de classes mais altas:

As residências das classes ricas e médias, pelo contrário, se afastam sempre desses lugares de tráfego intenso, de barulho permanente, de condições higiênicas, precárias e sem atrativo estético. As melhores condições de desenvolvimento para essas residências encontram-se em lugares altos, bem ventilados, de perspectivas amplas, de topografia movimentada ou nas praias em que a vida ao ar livre é de magnífica influência na conservação da saúde do corpo e do espírito. (PESTANA, 1934, p. 326-328 apud HUYER, 2010, p. 122)

Ao invés de um matadouro que iria contra “a tendência natural de crescimento da capital” e que “impediria a aplicação do conceito de planejamento urbanístico de zoneamento”, Clóvis sugeria, no mesmo escrito citado, que a ponta da Serraria deveria ser reservada para um parque, um jardim botânico, um Country ou Jockey Club. Percebo que, em meio das disputas discursivas em torno da ocupação do “espaço”, existe uma noção predominante, apesar das diferenças, de possibilidade de gerenciamento independente da ecossistêmica socioambiental que já existia na região. Além disso, o trajeto antropológico expresso pela ocupação e encenação ostentatória das elites urbanas nas praias de Ipanema (Corbin, 1989) influenciavam técnicos empenhados em planejar a cidade como Clóvis na visão de mundo sobre o “destino” dos balneários da zona sul.

Apesar das críticas não tão progressistas (sic) contra o local especializado no abate de gado, o empreendimento foi realizado. Mesmo com a importância dos tempos do Estado para compreensão das múltiplas escalas de um fenômeno local na cidade, essa não é a história que ouço em campo sobre os longínquos tempos vividos pelos que trabalhavam ou viviam o cotidiano influenciado pelas estratégias macroeconômicas. No bairro, as estórias são plurais e vivas como as sinto ao reler a transcrição do conto de Jacira sobre os abatedores profissionais:

Jacira: O matadouro tem histórias engraçadas, engraçadas entre aspas, né, porque também a gente fica com pena. Eles tinham um local onde abatiam o boi e pro boi entrar nesse local, ele tinha que passar por uma área, um galpão, tipo um galpão, assim, que era acimentado. E como ali no matadouro carneavam isso e aquilo, tinha muito molhado, muito molhado. Aí o boi entrava lá e estavam todos os bois lá num cercado – boi brabo! Não era manso! E aí eles colocavam o boi pra cá e aí quando o boi ia entrar pra lá, ele entrava num *brete* e alguém encarregado dava uma cacetada na cabeça dele. Ele quase morria com aquilo ali e depois ele era sangrado.

Renê (marido de Jacira): Tonteava.

Jacira: É, tonteava. E aí as vezes eles se combinavam: aquele que ia dar uma marretada, dava de leve. E quando abria, o boi saía vivão da silva perseguindo todo mundo! Era aquele HORROR ali, né!? E todo mundo escorregando naquilo lá, eles faziam a farra! A farra do boi. Até que o boi achava uma saída e se juntava junto com os outros bois. Aí o boi passava de novo pela mesma situação.

Matheus: Isso tu só ouviu ou chegou a ver?

Jacira: Isso eu ouvi, nunca vi. Eu não, não é ainda do meu tempo o matadouro, eu ouvia dos moradores. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Considero a *farra do boi* como exemplo caricato que demonstra como as formas associativas entre humanos e não-humanos (Latour, 1994) extrapolam em muito a vontade da economia controlada pelas empresas e pelo Estado de uma racionalização total e completa do sensível humano perante animais como uma alteridade radical (Silveira, 2016). Mesmo com o esforço das políticas públicas sanitárias e das práticas de abate “modelo”, as camadas de tempo de um agrupamento específico acumulam progressiva e criativamente um repertório simbólico a partir do qual opera-se determinados *agir com* em relação aos animais. Em relação aos gaúchos, a imagem do tropeiro expressa uma relação ambígua com o gado devido sua forte simbólica em uma relação que é simultaneamente de companheirismo humananimal (Haraway, 2010) e de violência.

Sabendo que um dos interlocutores de Jacira foi o pai de Sirney, em um dos dias que o visitei questionei sobre as estórias do matadouro Modelo e mais uma vez as imagens de pureza ressurgiram. Eu estava querendo saber mais: queria saber quem trabalhava lá e como se relacionavam no cotidiano. Tentando aos poucos tatear a profundidade de suas memórias em relação a seu pai, tentei uma tática de aproximação: perguntei se ele sabia alguma coisa sobre

a farra do boi contando um pouco das outras narrativas que ouvi de Jacira. “Farra do boi?” – perguntou um tanto surpreso negando veemente saber de alguma coisa sobre esse tipo de interação: “O que tinha era outra coisa” – e me perguntou se eu sabia algo sobre a estória do *cachorro louco* com um certo sorriso nos olhos. Surpreso, mas instigado, respondi que não sabia nada sobre o *cachorro louco* para permitir que ele falasse bastante sobre essas estórias que eu não havia previsto no meu roteiro de entrevista.

Várias estórias surgiram sobre a agência do vírus da raiva que infectava principalmente os numerosos cachorros que existiam na região naquela época. Sem controle de fácil acesso através de vacina aos animais e ampla difusão da castração canina para controle populacional na urbe como há hoje, os meses de inverno produziam uma ambiência nas margens do Guaíba altamente úmida e propensa para contração de hidrofobia nos mamíferos humanos e não-humanos. Toda essa agência poderosa da natureza em relação com o meio antrópico criava sazonalmente paisagens coexistenciais interespecíficas (Silveira, 2016) complexas em que diferentes agentes disputavam o espaço para manutenção da saúde e sanidade local.

Afirmo sanidade porque o canino infectado não era na região bairrial um mero animal que contraiu o vírus da raiva: transformava-se no *cachorro louco*. Essa imagem de monstrosidade e perigo fica clara na estória que Sirney conta sobre uma situação que ocorreu na sua antiga casa na companhia de sua irmã, Neiva e sua mãe, Laura. Afirmou que deixavam todas as portas e portões abertos naquela época porque não havia nenhum problema de segurança no bairro e que, em um dia comum em que estavam dormindo enquanto Augusto trabalhava na rua, sua mãe acordou e viu os olhos do *cachorro louco* bem na sua frente. Com um grito estrondoso, conseguiu assustar o animal que salivava dentro de seu cômodo, salvando, nas palavras de Sirney, a família da hidrofobia. Mesmo tendo escapado de uma situação aterrorizante típica dos monstruosos meses de inverno, Sirney lembra até hoje de dois colegas de escola que foram atacados pelo *cachorro louco* e tiveram que tomar 12 vacinas em volta de seu umbigo: até mesmo o processo de cura apresentava uma estética atemorizante.

Essa socioambiência proporcionava o contexto de relações proxêmicas (Hall, 1977) conflituosas entre as famílias da região e os animais infectados que se multiplicavam. Sirney me contou que, frente a ameaça externa (Simmel, 1983) que alcançava todos, a comunidade de vizinhos se unia em uma rede de comunicação *boca-a-boca* no exato momento em que a imagem do *cachorro-louco* aparecia deambulando pelas ruas com sua virose. Logo que a monstrosidade parecia ter tomado conta do corpo de algum canino, algum vizinho já ficava

atento para contatar alguém que poderia sacrificar o animal nos ambientes públicos: contou-me que seu pai era um dos que facilmente matava o cachorro nas ruas para que o problema não se alastrasse. A solução do problema era o sacrifício realizado pelos próprios moradores, uma relação de intimidade com os problemas que afligem humanos e não humanos que chocaria muitos dos moradores urbanos do Guarujá atualmente.

Além dos caninos, os morcegos e bois também compõe essa rede dinâmica do fluxo do vírus que desencadeia outras formas de relação interespecies. Essa complexificação sistêmica envolve redes dinâmicas de fluxos de matéria e energia de caráter eco/cosmológico (Silveira, 2016, p. 270) envolvendo tanto o problema do sanitarismo como problema econômico estatal quanto a ameaça ao simbólico da comunidade chacareira expressa na relação com o gado. Se os *cachorros loucos* podiam ser facilmente sacrificados a luz do dia, os morcegos dificultavam ainda mais o problema por sua agência noturna que transcende a matéria terrestre como forma de locomoção. Percebo como toda essa problemática permeava também a ambiência criada não só pelos chacareiros, mas também pelo aumento de fluxo de gado e o crescente número de sacrifícios necessários. No momento em que ouvi todas essas histórias, fiquei afetado por um longo conto que ouvi de Jacira e que havia sido contado pelo pai de Sirney a essa professora:

Jacira: Falando em credices, existe uma lenda do Guarujá. Quando eu fui entrevistar um dos antigos moradores que era tão antigo ou mais do que meu pai, porque ele era sobrinho do Janga Mendes, então o Janga Mendes é um dos primeiros aqui. E aí ele vinha da casa dele até a casa do Janga Mendes – não havia luz! Ele vinha pela estrada da Serraria, se usava tamanco. Então: *clac, clac, clac, clac* – não via movimento de ninguém, não tinha cavalo e não tinha também automóvel – *clac, clac, clac, clac* – com muito medo, na escuridão. Só tinha aquela luzinha lá na ponta que era a casa do meu tio, no caso o senhor que me contava. Ele era um contador de história, mas já é falecido, conheço um filho dele – é contador, Sirney é o filho dele. Então, ele era um contador de história fantástico! Aí eu levei as minhas crianças lá pra ele contar essas histórias que ele conhecia e ele contou a história do bicho preto – que ele acreditava! Ele era espírita, então ele acreditava realmente que ele tinha visto o bicho preto. Uma dessas noites que ele ia, eu indo pra casa do tio dele: *clac, clac, clac*. Ele deparou com o bicho preto. O bicho preto, eu ouvi essa história de mais de outras pessoas diferentes, todas escreviam o bicho da mesma maneira: de um tamanho de um terneiro, sentava como um cachorro todo preto; ele nunca agrediu ninguém, mas ele costumava perseguir os passantes ou de carroça ou de a pé. Carroça também faz *clac, clac, clac, clac*. Então esse barulhinho é porque ele fazia *clac, clac, clac, clac* com os dentes. Aí teve um dia que ele PUXOU O FACÃO pro bicho preto e aí ele FOI DE ADAGA no bicho preto e bicho preto aqui e aparecia lá e ia lá e PÁ de adaga no bicho preto e aí ele foi mudando de lugar várias vezes tentando lutar com o bicho preto e o bicho preto não fazia nada, mas sempre escapava – aí resultado que ele desistiu e ó – tirou os tamancos (risos), saiu correndo em direção à luz que era a casa do tio dele, né? Ele disse que esse encontro foi mais ou menos nas mediações da Igreja, porque ele não ia reto, não sei porque ele não ia reto, talvez porque... na entrada da casa era nessas areias, era mais fácil ir por dentro. Aí ele iria pela Jacundá pra casa onde tu mora, lá pra cima era casa do Janga Mendes. Então eu acho que ele fazia outro caminho, porque ele disse que foi mais ou menos nas mediações onde hoje é a Igreja. E aí, o que que aconteceu? Uma vez um senhor – eu gostava muito de ficar escutando as histórias – e

teve um outro contando a história do bicho preto. E aí quando eu fui fazer a escola normal, eu fui pra Guaíba. E lá as colegas disseram que também havia ali a lenda do bicho preto, do outro lado do rio. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Essas “imagens noturnas” narradas por Augusto demonstram como os ambientes urbanos também são compostos por uma poética do espaço (Bachelard, 1996) em que elementos de paisagens fantásticas contam, através de uma ética e estética específica, uma relação de uma comunidade e sua intimidade com a matéria do tempo nas cidades. Essas histórias dos “antigos” sintetizam, através de uma inteligência narrativa (Ricoeur, 1991), um longo processo de experiência coletiva nessa ambiência e os mistérios encarados pela proximidade das águas, dos morros, das matas densas (existentes em grande quantidade naquele tempo vivido) e, talvez, das tramas entre matadouro, animais, humanos e vírus. Longe de considerar os mitos e lendas através de uma noção pobre de imaginário que somente os colocam em um segundo plano em relação a fenômenos “mais significativos”, essas narrativas transmitem uma longa duração de “artes de dizer” sobre experiências importantes para compreensão do fenômeno humano.

Compreendo essa geografia lendária (Rocha, 1995) do Guarujá como um meio sintetizador das relações de intimidade de um agrupamento com uma socioambiência específica. Como próprio das imagens noturnas e suas ambiguidades características, não tenho como “iluminar” relações de causa e efeito afirmando veemente que a imagem do *bicho preto* e do *cachorro louco* ou de outros mamíferos infectados convergem pela ameaça objetiva do vírus da raiva. Apesar dessa constatação, deixo como provocação ao leitor justamente essa mística nunca completamente desvendada sobre esses causos da região. Sigo agora para outras relações de admiração e temor que envolviam as instalações do matadouro.

1.5. Os trilhos do trem

Jacira: Aí, que mais que eu quero te contar. Vou voltar para a Estrada da Serraria. Estrada da Serraria – única rua. Por que que ela foi aberta? Tinha um matadouro lá na Serraria onde é atualmente um dos regimentos. Aquele regimento lá da Serraria, porque tem dois regimentos, né? Tem um que é na estrada que já vai pra Ponta Grossa e tem outro lá na Orleans – é lá que era o matadouro. Então, como que traziam os bois do matadouro? Em tropas, tocados por cavalo. Quando surgia o barulho do tropel dos bois a minha mãe “FECHA O PORTÃO, FECHA O PORTÃO, TODO MUNDO PRA DENTRO” porque era muito comum um boi se desgarrar e poderia entrar nas residências, nos terrenos, né?

Matheus: Nossa, e isso acontecia?

Jacira: Acontecia. Tinha essa preocupação conosco. A gente ficava espiando os tropeiros tocando a boiada. E outra maneira, mais antiga um pouco... eu acho que os

tropeiros permaneceram mais tempo porque esse eu me lembro. A outra era o tremzinho! Tinha um trem que trazia os bois para o matadouro. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Volto à narrativa de Jacira quando se lembra das vivências durante sua infância na década de 1940 e o medo das famílias acerca da imagem do tropeiro com seu poderio de comando sob à fúria e velocidade da “boiada” na estrada de chão batido da av. Serraria. Para além desse processo de enfrentamento cotidiano familiar à ameaça de violência dos bois desgarrados da tropa tocada até o matadouro modelo, percebo na narrativa que as instalações do prédio do matadouro foram concomitantes às grandes obras públicas das ferrovias na zona sul. Os processos de intervenção estatal que tornariam o caminho da Serraria composto por uma paisagem em que a matéria terrestre se funde aos fortes trilhos para transporte de grandes máquinas de ferro à vapor datam de 1935. Mesmo após a instalação da via férrea, a história de Jacira se repete: Sirney me conta que seu pai Augusto troteava rapidamente à cavalo para lacear os bois desgarrados que se perdiam das gigantescas caixas de metal transportadas em alta velocidade.

Após serem feitos estudos de campo para planejamento e orçamento do prolongamento do ramal da Vila Nova na Ponta da Serraria onde estariam o matadouro para abate e o ancoradouro para transporte fluvial das produções locais, a construção iniciou em 1935 pelo 2º batalhão da Brigada Militar com assistência e direção técnica da VFRGS (Huyer, 2010, p. 123). Após mudanças de equipe técnica e enfrentamentos de paralisação das obras por determinação do Estado, no início de 1939 os trilhos já estavam funcionando com tráfego provisório de trens de carga e foi entregue para tráfego definitivo em 12 de junho do mesmo ano (Huyer, 2010, p. 123-124). O acesso à memória do trem é longínquo e data da vida adulta dos pais dos meus interlocutores que somente experienciaram o tempo vivido bairrial nos trilhos durante sua infância na década de 1940. As imagens do tempo desenvolvimentista florescidas pelos relatos de infância de Sirney e de Jacira remetem ao medo experienciado à monstruosidade das modificações nas paisagens locais:

Sirney: Esse trem eu vi, eu vi porque mãe tinha minha irmã pequeninha, né? E tinha que cuidar de nós dois então ela, com medo que eu fosse lá nos trilhos do trem que passava bem no fundo da nossa casa ali, ela dizia que o trem jogava água quente nas crianças. Aquele excesso de vapor, o trem libera aquele *SCHHH*, aquele monte de vapor, né? Que ela dizia que aquilo era água quente pra jogar nas crianças. Então eu, com medo, pra não ser queimado, quando o trem apitava lá adiante já no buraco esse que passava, que começava a apitar avisando que ia atravessar aqui, né? Pro lado de cá. Então quando ele apitava, eu já me escondia de baixo da cama e embaixo da cama eu ficava lá até o trem passar nos fundos da nossa casa. *Tchem-tchem-tchem*, quando

ele, passava eu saía (risada breve). Minha mãe dizia que ele queimava as crianças... então isso eu não esqueci nunca. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Jacira: E aí então, durante muitos anos, depois que terminou os trens, a gente via, eu brincava no outro lado da rua, tinha poucas casas aqui, tinha uma ou duas casas só, e tinha aonde passava o trilho era uns barrancos, assim, eles fizeram... levantaram um aterro porque o terreno era baixo mas eles levantaram pra fazer mais parquinho pro trem não subir e descer, sabe? Eles facilitavam a colocação dos trilhos. Então a gente brincava nos barrancos dos trilhos do trem. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Por mais que haja um processo civilizador (Elias, 2011) expresso na expansão econômica tipicamente moderna, o trem e a proximidade das casas dos dois moradores da ferrovia não impossibilitavam que esse fosse um lugar praticado (De Certeau, 1994) pelas famílias. O conto de Sirney me afetou especialmente pela imagem criada por sua mãe e petrificada na sua memória: o trem como alguém cuja maléfica intencionalidade visava queimar com água quente as crianças que ousassem se aproximar. Essa fantástica criativa do imaginário das crianças instigada pela mãe – que provavelmente criou essa estória como uma forma de proteger seus filhos – provocou uma reação que Sirney não esquece até hoje em relação a paisagem sonora da modernidade no Guarujá: ao ouvir os barulhos dos trilhos trilhados, *tchem-tchem-tchem*, escondia-se debaixo da cama contra a ameaçadora entidade.

Mesmo após os ritmos temporais que transformaram a paisagem caracterizada pelo ferro fundido para uma paisagem com feições de uma cidade-ruína (Rocha, 2008), os amigos da infância de Jacira praticavam, apesar da inocência dos pequenos, o contra uso dos espaços públicos (Leite, 2002) destinados a outros fins. Com instantes descontínuos entre os tempos do trem e das ruínas, sigo minha narrativa com os contos de Sirney onde mescla de forma interessante imagens atemorizantes do passado do trem com outros processos contemporâneos que envolvem aspectos subterrâneos:

Sirney: Sabe aqueles prédios comerciais que tem subindo a estrada da Serraria em direção ao Guarujá? Ali, o trem passava em baixo daquilo ali, cara! Ali é uma rocha e o trem, normalmente trem não tem força pra subir, ainda mais trem carregado com muito peso, né? Então o que que eles fazem? Eles cortavam as montanhas, em vez dele subir assim, cortava as montanhas até lá embaixo pra ele ir no nível aqui. Jamais ele fazia isso (mostrando, com a mão, o movimento de subida da lombá). Ali foi um desses casos, aquilo ali era cortado, tinha uma ponte que ligava lá no supermercado Postal, aquele tal de Postal ali. Sabe que fim da linha dos ônibus, pra ir pra lá a gente passava numa ponte. Eu tinha medo de passar lá quando era pequeno porque eu olhava aquilo e era muito profundo. Era bem alto, o trem passava lá embaixo, lá embaixo da gente assim. E se a ponte fosse toda fechadinha tudo bem, com asfalto, alguma coisa, mas era pedaços de madeira assim, ó, com frestas, entre um e outro tinha mais ou menos isso. Então a gente passava e via aquela profundidade lá, eu era pequeno, não gostava de passar ali. E, tu também não sabe, havia outro semelhante a esse lá na Tristeza, lá na lombá da Tristeza. Na subida, de quem vai daqui pra cá, passa a Coronel Marcos, faz aquela curva, quando vai subir... bem em cima tu olha, tem uma

pontezinha. Um dia que tu puder ir a pé, tu chega na pontezinha e olha, tu vai ver que ainda existe onde o trem passava. Que lá o trem também passava, ele vinha lá de baixo pra fazer toda aquela subida da Wenceslau Escobar, né? Então ele vinha sempre pelo plano porque eles cortaram tudo aquilo assim. Ainda existe ali, ali não aterraram, aqui aterraram. Aterrado até não tá muito legal aqueles prédios ali que eles botaram muito lixo, aproveitaram e encheram de lixo. Isso, com o tempo, pode, né, ceder, o terreno pode ceder. Eu acompanhei isso, eu vi os caminhões, descarregavam lixo. E aí depois que ficou plano, ficaram vários planos aquilo ali atirado e agora construíram. Até essa construção demorou um pouco, ficou meio abandonada e agora concluíram. Até tá bonito. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Observo que o tamanho do empreendimento do matadouro Modelo afetava drasticamente as vidas dos moradores da região quando Sirney narrou acerca da insalubridade da ponte feita com “pedaços de madeira”: tratava-se de uma improvisação dos moradores para criar um caminho até a parada de ônibus em cima do grande buraco feito nos morros do bairro Espírito Santo para passagem dos trilhos. Quando afirmou sobre meu desconhecimento sobre a existência de outro trem com o mesmo processo de perfuração das rochas dos morros na outra região costeira, fiquei afetado porque minha mente e corpo jovens não imaginavam o tamanho do empreendimento em toda zona sul de Porto Alegre. Apesar da ferrovia do riacho – linha férrea que conectava o centro da metrópole até o bairro Tristeza – possuir suas especificidades dessa bacia semântica, existiram aí certos padrões que conectam (Bateson, 1987) o tipo de crescimento suburbano nessas duas regiões ao sul da cidade. A intimidade com os espaços bairriais permitem Sirney me contar o acompanhamento da criação dos novos tempos comerciais no Guarujá e no Espírito Santo através do grande aterramento criado com os escombros do tempo do progresso.

Observo que essas grandes obras feitas na Serraria na década de 1930 possuem uma camada de tempo ainda mais profunda se considerarmos que sua origem está no prolongamento da Estrada Férrea do Riacho – um projeto idealizado e executado no final do século XIX devido medidas sanitárias de Porto Alegre no tempo dos cubos. Esses prolongamentos, formas pelas quais as linhas férreas foram se estendendo ao longo das décadas e penetrando no solo dessas regiões, exigiam uma quantidade de modificação e dominação dos “recursos naturais” de forma drástica. Apenas o prolongamento da Tristeza à Pedra Redonda necessitou de uma obra com abertura de um “cânion” artificial através da escavação de 6.400 m² de rocha granítica. A conclusão da extensão ocorreu em 1912 (Huyer, 2010, p. 67-68) e o prolongamento até a Vila Nova foi inaugurado em 1926 (Huyer, 2010, p. 92) – duas grandes obras que permitiriam a construção da via férrea até o Matadouro Modelo em 1939. O antigo itinerário do trem e toda

sua maquinação pode ser imaginado através das falas de Sirney e do trabalho historiográfico de Huyer:

Sirney: Então, ali, o trem passava bem de baixo desse prédio. Passava embaixo e saía aqui ó, na praça Piacá da Murá, tá? Aí o trem saía ali na frente da Murá, nessa padaria (Lelé da Cuca) que eu falei, ele atravessava e vinha por aqui ó, passava pro lado de cá. E ali no supermercado (Santa Rita) passava pro lado de lá de novo pra ir até o quartel.

Matheus: Daí ia até a avenida Guaíba?

Sirnei: Não, ele parava no quartel.

Matheus: Ah, ia meio que na diagonal assim?

Sirnei: Isso, fazia aqui e ia lá pro quartel. Lá largava o gado e voltava pra buscar mais. Aqui, por aqui. Ali na frente da padaria na Murá ali, bem em frente a Murá, passava pra praça Piacá, passava em baixo disso que eu te falei e pagava lá Juca Batista e Vila Nova e ia embora pro Centro. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

A linha tinha 5.983 km da Vila Nova até o Matadouro. (...) Partindo da estação da Vila Nova, estrada João Salomoni, a ferrovia acompanhava a rua Aurora e depois Jerônimo Minuzo, cruzando então a estrada Monte Cristo. Seguia paralelamente a estrada Eduardo Prado, até cruzar a Av. Juca Batista no entroncamento dela com a estrada da Serraria, pela qual prosseguia. Descolava dela após o entroncamento com a rua Jacipuia, seguindo por onde hoje está a rua Ponciano Pacheco da Silveira, até cruzar com a Av. Orleães, onde estava o Matadouro. (Huyer, 2010, p. 124).

Após a sua inauguração justificada por fins econômicos, a Estação Vila Nova passou a ser o ponto de coleta e transporte das pedreiras localizadas no bairro Serraria e Guarujá bem como outros tipos de mercadorias que poderiam ser comercializadas nos centros metropolitanos (Mallman, 1996, p. 33). O projeto Memória dos Bairros sobre a Vila Nova explicitou que desde a década de 1920 já existia um forte comércio de exploração de pedras realizado pelos moradores na Serraria. Como uma longa tradição de trabalho masculino na localização suburbana da metrópole em crescimento, adentramos em uma das partes mais importantes da vida de Augusto e Sirney: o trabalho como graniteiro.

1.6. Os cortadores de pedra

Sirney: O meu pai aprendeu com os outros que já tinham pedreira, ele tava começando de empregado, né? Eu tinha 1 ano eu acho, 2 anos se não me engano. Deve ter sido em 1939 quando o pai aprendeu a cortar pedra porque já tinha casado, já tinha eu, eu já tinha nascido, não tinha casa pra morar, tinha que pagar aluguel, aquela coisa toda e... o serviço que aparecia no momento eram as pedreiras, né? Então as pedreiras tiveram um auge, era muita gente cortando pedra aqui nessa região, muita gente. É, antes das pedreiras ele trabalhava com o tio dele e vendia lente em carroça, saía de carroça daqui pra vender leite no centro. Aí também foi extinguindo e aí o pai dele também, o tio dele que tinha essas vacas leiteiras faleceu, os herdeiros não prosseguiram, os herdeiros ficaram mais com a parte mais de hortifrutigranjeiro produzindo, né? Aqui nas terras mesmo plantando milho, aipim, batatas e tal e pararam com a parte do gado leiteiro. Os pais foram pras pedreiras, os filhos do tio

dele, os primos ficaram plantando, começaram a viver da agricultura, eles tinham muitas terras, né? Que era do Guaíba até esse morro aqui, a faixa ali onde é o SESI hoje ali, tudo era deles, então dava pra plantar bastante coisa. (Sirney dos Anjos de Souza – Setembro de 2018)

Como parte de uma mudança geracional conectada a um tipo de relação específica atravessada pelo não pertencimento da pureza de sangue do núcleo familiar que o acolheu – e a consequente não divisão dos bens –, percebo a mudança de trajetória e o potencial de metamorfose (Velho, 2003) de Augusto após o casamento com Laura: parou de trabalhar com o tio na venda de leite e começou a se inserir no universo dos “graniteiros” ou “cortadores de pedra”. As conexões feitas na memória de Sirney para começarmos a falar sobre isso foram inusitadas para mim:

Matheus: E como que foi a tua infância, assim, em relação a praia do Guaíba? Vocês passavam muito tempo lá? Tinha gente do colégio que ia pra lá?

Sirney: Não, não, só nos domingos que eu trabalhava com meu pai e... então só domingos. Estudava também, ia pro colégio. Só nos domingos a gente ia pra praia.

Matheus: Tu trabalhava com teu pai aqui em alguma chácara?

Sirney: Não, o pai cortava pedra em uma pedreira em frente aí o... passando o Danilo ali, SESI antigamente, acho que não é mais. Passando o supermercado tinha o tal de SESI. Em frente, todo esse morro era cheio de pedra. Agora não tem mais porque a gente tirou tudo. Então a gente cortava as pedras e meu pai, eu tinha 9 anos e já fui aprender a cortar pedra também e trabalhava o dia inteiro, estudava de manhã e trabalhava de tarde com ele na pedreira então... lazer era só domingo mesmo. (...) A pedreira era do outro lado da rua. A casa dele era à direita aqui da rua da Serraria e as pedreiras era aqui no Beco do Guará, Beco do Guará e as pedreira, cheio de pedra, pedras enormes. (Sirney dos Anjos de Souza – Setembro de 2018)

Suas lembranças estão intimamente relacionadas com o ato de rememoração de uma criança do gênero masculino que, nas primeiras décadas do século XX, trabalhava desde a infância com o pai em uma socioambiência rural com um ofício demandado pelas reformas urbanas centrais. Minha ignorância na pergunta realizada sobre as jocosidades ligadas às águas do Guaíba fez emergir narrativas de ofício manual e periculoso em que o *saber-fazer* masculino era transmitido ao menino de 9 anos que já se dividia em múltiplas tarefas nessa idade: “lazer era só no domingo mesmo”. Assim sendo, a construção do símbolo (Piaget, 1970) durante a infância masculina esteve atrelada a uma sociabilidade bairrial ligado à rua e ao trabalho manual ensinado por vários homens que se nutriam financeiramente dessa profissão local tradicional. Sirney me conta com detalhes os aprendizados do trabalho:

Sirney: A gente dava tiro nela. A gente faz, vai abrindo buraco com uma broca, né, tipo uma chave de fenda, uma ponta de aço comprida assim. E o cara com uma marreta bate. E o outro vira, vai virando ela vai moendo, vai moendo conforme ela vai batendo e vai furando, furando. Aí faz, conforme a pedra que tem que cortar... 80 cm, até 1 metro de profundidade. Aí depois que tá feito o orifício bem redondo, vai uma com umas coisas tipo uma chave de fenda, mas com umas coisas assim... umas asas, pra fora, pra rasgar o buraco. Vai batendo assim e vai rasgando ele, faz dois frisos de cada

lado. Se faz dos dois lados dela pra, pra dar um equilíbri. Se fizer de um lado só, podia entortar pois aí vai tudo, né. Pra que que se usa isso aí? Essa valeta que é feita dentro do buraco que antes estava bem lisinho, né? Aquilo vai sendo cavado, assim, pra botar o estopim. Bota o estopim ali, se amarra ele lá na ponte e dá um corte, assim, ó. O corte é pra faísca fazer *SCHIUM*, tá? E pegar fogo na ponta. Então bota o estopim lá no fundão, deixa um pedaço pra fora pra botar fogo e sair correndo, pra dar tempo de tu correr porque queima rápido. E aí tu vai socando tijolo, areia, bota pólvora! E aí, conforme a explosão que tu quer, tu bota uma quantidade de pólvora. E vai socando pra criar pressão, né? Porque o que explode é o gás quando a pólvora se encandece, que o estopim pega fogo nela, cria um gás. E esse gás, como tá comprimido, foi socando até chegar lá em cima do buraco, socando, socando, socando, socando... aí ela explode, né? E aquelas ranhuras ajuda ela a abrir. Ela vai abrir onde tá, quando se bota aquilo pro estopim, se bota na direção que tu quer abrir. Se tu quer abrir, por exemplo, um pedaço pra cada lado aqui, ó, tu faz nessa direção. Se é assim, aí abre pra cá e pra lá. Quando explode ela abre, vai abrir ali. E muito perigoso. (...) O pai aprendeu a fazer. A mistura é enxofre, em partes iguais, salitre e carvão moído. Carvão das minas de carvão, não é o carvão vegetal pra churrasco. Carvão vegetal pra churrasco é feito de madeira, madeira queimada, né? Enquanto tem o carvão do fundo da terra que tem nas minas lá de Criciúma, Minas dos Ratos. É aquele carvão, carvão mineral que ele tem o calor maior, que se usa em siderurgia. Não se pode, jamais você vai conseguir fazer o aço ficar vermelho de calor com carvão de churrasco. Tem que ser esse aí, o mineral. Então era carvão mineral moído, enxofre e salitre: essa mistura dá pólvora. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

A riqueza do relato sobre os pormenores do processo de explosão do granito me permitiu perceber a importância da “aventura” dessa comunidade de graniteiros em relação à técnica de exploração das pedras graníticas características dos morros de Porto Alegre. Inspirado nos estudos da arqueologia pós-processualista de Leroi-Gourhan (1964), interpreto esse fenômeno do bairro através dos ensinamentos de Ana Luiza Carvalho da Rocha na área de memória ambiental em que disserta sobre a cautela hermenêutica necessária acerca das técnicas, das tecnologias e dos sistemas produtivos econômicos como fenômenos que não podem ser hipostasiados dos meios simbólicos de comunicação do sujeito humano com o mundo. Para além de meros reflexos de suas motivações econômicas e políticas, a ecossistêmica socioambiental do Guarujá nesse âmbito reflete um processo complexo e incessante de uma gênese recíproca entre as pulsões subjetivas e assimiladoras dos sujeitos e as intimações objetivas do meio cósmico e social (Durand, 1984 apud Eckert; Rocga; 2013b, p. 83).

Percebo como esse processo de extração esteve ligado a outras localidades que conectam os espaços através dos fluxos de matéria *da periferia ao centro*. Fiquei desperto a essas escalas de análise quando Sirney, ao mesmo tempo que contava outras tantas técnicas de lapidação das pedras, contava também sobre o transporte que era realizado pelos moradores locais – entre eles, Augusto – às grandes edificações de base granítica. Seu pai viveu o tempo de criação das enormes colunas da catedral da Duque de Caxias que foram levadas pelo Guaíba com navios que chegavam com essa finalidade ao ancoradouro da Serraria. As pavimentações de grandes avenidas como a Ipiranga e das ruas de bairros nobres como o Jardim Lindóia foram

criadas com o esforço de trabalhadores do Guarujá. Apesar do melhor material ser exportado às regiões centrais, os paralelepípedos irregulares – trabalho considerado de menor qualidade para pavimentação de ruas – era utilizado nos loteamentos e criação ruas como do Guarujá e Ponta Grossa (os antigos meio-fio de granito podem ser observados em várias ruas do bairro como a minha própria).

Como trama que é marcada pelo mito do progresso e de seus mitemas prometeicos originários no interior da temporalidade da história da cultura do Ocidente tecnocrata estendida às cidades dos trópicos, os moradores da região que não conseguiam outro tipo de ofício nas proximidades entravam no mundo dos cortadores de pedra. Essa rede de vizinhos que transmitem o ofício entre si pode ser bem observada no relato de Sirney sobre quem eram os graniteiros que ofereciam esse trabalho:

Matheus: E tu lembra quem eram os graniteiros que trabalhavam aqui?

Sirney: Sim, era tudo do bairro, tudo do bairro Serraria, pessoas que já estavam há mais tempo no ramo, já tinham mais experiência, então ensinavam, precisavam, naquela época se consumia muita pedra, né? (...) Naquela época se consumia muito, então as pedreiras tinham que produzir muito e as vezes faltava empregados e aí foi quando meu pai entrou, né? Precisava de empregado e ele entrou, precisava de mais gente produzindo. Era tudo aqui da redondeza, bairro Espírito Santo, Guarujá, Serraria... da Tristeza não tinha ninguém, Ipanema também não, era tudo daqui. Precisavam começar a trabalhar, né? Era época da guerra e houve problemas, o Brasil mandava combustível, ajuda, né? Na guerra, e houve falta de emprego, o combustível faltou, os carros começaram a usar o tal do gasogênio, era uns tubos de gás que adaptavam os motores pra trafegar porque a gasolina ia toda pro exército, né? Então ficava faltando aqui pros particulares. E aí até houve problemas na pedreira também porque eles começaram a produzir pedras, a amontoar pedras e os caminhões não iam carregar porque faltava combustível, né? Época da guerra, 38, 1945, por aí era época da guerra, mas os graniteiros era tudo daqui da zona, tudo aqui do lugar e até por uma questão por causa da guerra, por falta de emprego, muitos foram trabalhar nisso obrigado pela sobrevivência, né? (Sirney dos Anjos de Souza – Setembro de 2018)

Para além da importância de observar a já existente ocupação no bairro Serraria como uma tradicional localização de exploração de pedra, percebo que a rede de moradores se estende entre os bairros Guarujá e Espírito Santo e não Tristeza e Ipanema. Isso demonstra ainda mais a divisão de águas dessas bacias semânticas que identifico pelas identidades bairriais nessa região de balneários da zona sul de Porto Alegre. No relato de Sirney, considero claro que fenômenos de outras escalas lembrados – como o fim do trabalho rural de menor escala com a nova geração dos herdeiros de terras e a época da segunda guerra mundial – contribuíram à sujeição do trabalho com granito. Essa situação de sobrevivência pode ser bem imaginada quando Sirney conta sobre as situações de periculosidade enfrentadas por esses homens:

Sirney: Era uma profissão perigosa, se machucava muito. Principalmente os olhos, tinha gente que ficava cega porque no bater com a ferramenta, que é aço, na pedra, saía pedaços de pedra e pegava nos olhos, ninguém usava proteção, hoje se usa luva, óculos, naquele tempo ninguém tinha proteção (riso breve). As leis não eram tão... mais exigentes, né? Muito perigoso. (...) Muitas vezes o cara acende, sai correndo e tropeça, cai. Pode cair porque normalmente as pedreiras são no meio do mato. Meu padrinho, por exemplo, morreu disso porque ele saiu correndo, tropeçou num cipó que tinha no chão e na explosão a pedra veio por cima dele, né? A filha dele tinha três anos de idade só, uma única filha. Meu padrinho, eu tinha 5, 6 na época, mas contaram essa história pra mim. Então é uma coisa muito perigosa e... a gente fazia pólvora em casa. O pai aprendeu a fazer. A mistura é enxofre, em partes iguais, salitre e carvão moído. Carvão das minas de carvão, não é o carvão vegetal pra churrasco. Carvão vegetal pra churrasco é feito de madeira, madeira queimada, né? Enquanto tem o carvão do fundo da terra que tem nas minas lá de criciuma, minas dos ratos. É aquele carvão, carvão mineral que ele tem o calor maior, que se usa em siderurgia. Não se pode, jamais você vai conseguir fazer o aço ficar vermelho de calor com carvão de churrasco. Tem que ser esse aí, o mineral. Então era carvão mineral moído, enxofre e salitre: essa mistura dá pólvora. (Sirney dos Anjos de Souza – Setembro de 2018)

Os relatos de infância de Sirney junto ao seu pai se estendem para ao âmbito doméstico quando relembra da estória de fabricação caseira de pólvora com seu pai nos fundos da casa com o objetivo de economizar no processo de extração. Lembra do medo que havia nos testes para verificar se a pólvora caseira funcionava quando, após a queima inicial, o estopim não queimava o suficiente para ser consumido pelas labaredas até o final onde estava a pólvora. Uma imagem duradoura no imaginário de Sirney remete aos momentos de tensão dos que precisavam se sacrificar e chegar perto do dispositivo criado para saber se a pólvora estava úmida: era necessário “abrir aquilo tudo e tirar tudo pra fora” com o perigo de explosão a qualquer momento. Com os problemas de periculosidade sem garantias formais de segurança no trabalho, alguns moradores, como a família de Sirney, conseguiam se emancipar do trabalho direto entrando em outra ponta da cadeia de produção:

Sirney: Aí em 52, um dos carregadores de pedra que vinha carregar, que tinha uma madeireira no Barão do Amazonas, pedia pedras, madeira e tal pra construção, vinha comprar as pedras dele da pedreira que ele trabalhava. Aí já era dono de pedreira, ele começou como empregado e depois ele já tinha uma pedreira dele. E aí ele vendia as pedras e esse cidadão que vinha com caminhão perguntou se ele não queria entrar numa sociedade com eles: eles, além da madeireira, tinham uma confeitaria perto da Olavo Bilac perto da Santana. Então eles eram donos da madeireira e da confeitaria: era ele, esse senhor, o filho e o genro, eram três. E aí ele ofereceu porque se meu pai não queria ser sócio e comprar pedras lá em Canta Galo, em Viamão que tinha uma pedra mais lisa, não é que nem vendia aqui que era mais áspera, era quase um mármore natural, não era polido artificialmente, a pedra já era mais lisa naturalmente. Era uma pedra especial que tinha azulada, tinha cor de rosa, então as pessoas faziam muros colocando uma pedra azul, uma pedra rosa, fazia uma decoração, ficava bonito. Esse senhor viu essas pedras, viu uma chácara de 20 hectares com bastante pedras e ofereceu pra ele ser sócio deles. E aí eles comprariam um caminhão 0 km e compraram um caminhão Fargo que a Kraiser vendia importado que o Brasil não fabricava nem automóveis nem caminhões, então vinha dos EUA em 1952. (Sirney dos Anjos de Souza – Setembro de 2018)

Após construir uma rede de trabalho tanto local quanto situada em outras pontas da cadeia produtiva do granito em Porto Alegre, o pai de Sirney obteve um processo de ascensão social através da exploração de pedras em outras localidades com um sócio. O trabalho no Guarujá possibilitou o contato com o transportador de pedras por via rodoviária que começou sua trajetória no mundo dos cortadores de pedra como Augusto e ascendeu socialmente em uma região mais “nobre” da cidade. Esse processo de concentração de renda nas mãos de alguns graniteiros devido um trabalho muito solicitado no meio do século XX na nossa cidade possibilitou que utilizassem a sabedoria do *saber-fazer* somada a do gerenciamento do negócio para expansão dos limites locais da exploração de pedras. Após negociações realizadas com o sócio, Sirney e Augusto passaram a trabalhar apenas com a parte de transporte de pedras pela possibilidade de obter um caminhão Fargo da Kraiser pelas novas redes de negociação criadas.

Nem todos os graniteiros do Guarujá trilharam o mesmo trajeto de ascensão social material e simbólica. De forma reduzida por causa dos interlocutores que participaram da minha rede etnográfica, interpreto alguns caminhos que ocorreram no bairro na vida dos trabalhadores locais. Muitos desses graniteiros que já possuíam uma rede de trabalho com Sirney continuaram trabalhando com esse morador na região do Cantagalo: com a possibilidade de transportar os graniteiros do bairro até Viamão, levavam os trabalhadores até a região e só voltavam a vida bairrial no final da semana para visitar suas famílias.

Mesmo que Sirney tenha afirmado que a exploração de granito havia acabado devido ao término dos recursos naturais graníticos no bairro – e da “superioridade” econômica das propriedades das pedras extraídas de Viamão –, alguns moradores como Renê Peres Gaya, marido de Jacira, continuaram trabalhando na região com esse ramo de produção por mais algumas décadas. Com um trajeto semelhante ao de Sirney ou Augusto, Renê morava dos lados do bairro Aberta dos Morros e “passeava desde guri, de carroça, entregando leite pela casa de Jacira” e trabalhou como Cabo no exército antes de se dedicar a sua empresa de transporte de pedras e terraplanagem: chamava-se Pedreiras de Granito Gaya. Quando conversei brevemente com Renê na sala de Jacira enquanto conversávamos sobre suas lembranças, seu marido relembrou, mesmo que de forma imprecisa, que a exploração só realmente parou no Guarujá na década de 1990 com decreto do poder público. O processo de divisão social do trabalho de Augusto e Sirney no Cantagalo era semelhante ao de Renê no balneário:

Jacira: Então os filhos do Ouriques alugavam a terra pra exploração. Então eles recebiam dinheiro de aluguel pras pessoas irem lá cortar pedra, né? Geralmente era um que alugava e contratava graniteiros, tipo o Renê, né? Renê alugava uma pedreira,

e aí ele contratava os graniteiros. Ele alugava a terra, pagava os graniteiros e vendia a pedra, o lucro dele era na venda das pedras. Inclusive, houve uma época, assim, eu professora, recebia pouco, o René vivendo disso. Quando chegava mês de, tipo esses meses que choveu muito agora, sempre aconteceram coisas assim, né? Eles dizem “ah, nunca aconteceu” ou “há muitos anos não acontecia”, não, sempre aconteceu! No inverno chove muito! E eu sei na pele, por quê? Quando chovia, o René era obrigado a pagar o graniteiro no fim da semana, cortador, eles não chamavam graniteiro, chamavam cortador. Aí ele não recebia as pedras, pagava adiantado, pedras que não foram cortadas. Pedreira cheia d’água, buraco cheio d’água. Não tem como explodir, não tem como cortar, eles chegavam bebendo lá nas casinhas deles, nos bares, né? E o René era obrigado: se ele não pagasse, ele vendia pra outro. Então o René era obrigado a pagar aquelas pedras. Tirava da gente porque ele não tinha vendido nada. Muitas vezes era eu que emprestava o dinheiro, e tal, mas meu salário era muito baixo, eu tinha vinte horas naquela época, vinte horas era muito pouco dinheiro. (...) Outro dia ele tava me falando de uma época que ele ganhou muito dinheiro, que ele levantou aquele muro grande que tem ali e fez as garagens lá no fundo quando nós morávamos ali na outra casa. Sempre, sempre. É, ele tinha firmas e mais firmas. Depois ele comprou retroescavadeira, trabalhava com retroescavadeira pra firma e parou um pouco com as pedras, trabalhava mais com caminhão e retroescavadeira por causa do meio ambiente que proibiu. Explodiram muito, ali era um morro que não tem mais, tá liso, tá plano, não tem mais morro. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

A exploração de pedras no Guarujá ocorreu em diversas localidades e pude mapear por meio da oralidade pelo menos quatro grandes pedreiras que existiram ao longo do século XX: uma próxima do Beco do Guará – a mais comentada pelos moradores que conheci, outra na “região das casas dos professores” próximo do condomínio aberto Di Primio Beck, mais uma na Ponta da Serraria e, por fim, outra no bairro Espírito Santo explorada pela família Maestri. Essa cadeia de trabalho oferecia insalubridade para todos – apesar da diferença de níveis de segurança no trabalho – dependendo da época do ano e das conhecidas e longas chuvas de Porto Alegre durante o período do inverno. Enquanto uma cadeia de produção, os maiores beneficiados eram os proprietários da terra que apenas rentabilizavam pelo arrendamento a outros moradores que organizavam a produção e o transporte do material extraído.

Com essa contextualização de relações de trabalho, observo que as interferências estatais com a ambientalização dos conflitos sociais (Lopes et al., 2006) nas décadas recentes, as relações entre os cortadores, os transportadores e os proprietários mudou consideravelmente. Alguns moradores como Sirney e Renê tiveram que se adaptar a outros tipos de trabalho, porém os casos mais complexos estavam ligados aos cortadores de pedra que dependiam do dueto trabalho-moradia (Soares, 2014, p. 43). Se antes os envolvidos diretamente com os problemas de pagamento dos cortadores eram os que alugavam as terras, agora eram os proprietários das terras que precisavam negociar a territorialidade da região com os graniteiros. Foi o quadro da memória de Jacira que me permitiu perceber que esse contexto foi o que deu origem, pelo

menos em parte e como um grande fluxo, dos moradores que fizeram parte do núcleo inicial do Beco do Guará:

Jacira: E aí... aquelas pessoas que moravam ali se tornaram posseiros, mesmo depois que terminou o granito. E aí eles fizeram um acordo. Os donos da terra que, a essas alturas já eram os herdeiros do João Silveira... o João era genro do Janga Mendes. Janga Mendes faleceu, a viúva dele casou não sei quantas vezes, era uma danada de uma viúva (riso breve). Eu não sei o nome dela, mas ela era Dona Nenê... a *véia* Nenê. É a casa do SESI, era a casa dele. Dele ali era casa do Janga Mendes. E o João Silveira morava em frente a uma casinha mais simplesinha de alvenaria que ainda tem... tá lá a casinha dele. Perto daquele estacionamento, ao lado do estacionamento do supermercado a casinha do João Silveira. Então... eles se dedicaram mais pra loteamento. Depois que terminou o granito, vamos lotear, vamos vender, vamos, né? E eles propuseram pra esses moradores aqui, eu acho que eles teriam que pagar alguma coisa pra eles saírem dali eles já deviam ter muito tempo de solo pra ceder a propriedade. Mais pra cima. (...) Pra cá é o Beco do Osório. Então, é Osório Mendes Ouriques, não entrou nessa turma. Era outro herdeiro, tá? Ali era divisa do que pertencia para Maria que é casada com João Silveira que os filhos que ficaram gerenciando isso aí. Aí a Rua 1 com a Rua 2 com a Rua 3 – e acabava com a função de loteamento pra tirar os posseiros daqui (em volta da pedreira).

Apesar de não ser formalmente uma fábrica em quatro paredes, as habitações dos trabalhadores (Lopes; Silva, 1979) relacionados com a exploração de granito são consideradas neste caso como uma das condições de sobrevivência no bairro. Percebo que o processo de territorialização ligado ao trabalho manual ofereceu condições de reivindicação das terras utilizadas durante todo período de produção nas graniteiras locais. Simultaneamente ao processo de ocupação dos que ali ofereciam seu ofício, outros trabalhadores e trabalhadoras instalaram sua vida na região com uma rede de conhecidos e de solidariedade. Para além do processo conflitivo de negociação entre lutar por se manter na sua casa ou receber um terreno em outro loteamento do herdeiro dessas grandes terras, essa diferenciação através do processo de ocupação fez com que houvesse um gesto fundador de uma região moral (Park, 1967) diferente de outros lugares vividos e territorializados no Guarujá.

Acredito veemente que esse esquema analítico reduz fenomenologicamente as formas de ocupação, os estilos de vida, as visões de mundo da comunidade do Beco do Guará e não pretendo aqui “representar” todas as pessoas que ali vivem. Saliento, inclusive, que essas ocupações na segunda metade do século XX aumentaram exponencialmente a heterogeneidade cultural e social do bairro e percebo em campo com outros moradores que as relações que caracterizam alguns vizinhos pelo estigma, pelo desvio, pelo preconceito de classe e raça são mais complexas do que eu poderia expor aqui com a rede de moradores que tramam a minha etnografia. Pretendi apenas lançar algumas pistas através dos itinerários urbanos, das trajetórias

de trabalho e dos gestos iniciais das identidades bairriais que compõem o Guarujá simbolicamente.

Com essas conclusões, termino este capítulo para lançar um terceiro agrupamento de reflexões que avançam na compreensão dos diferentes processos de urbanização no balneário e suas formas de subjetivação variadas. Sigo para os migrantes relacionados, principalmente, com o quartel da Serraria e com a vila Pica-Pau ou Jardim das Oliveiras.

2. IMIGRANTES E MORADORES DE OUTRAS REGIÕES

2.1 Eleopoldina e o novo fluxo de imigrantes militares

Era final de ano e o outubro já mostrava o calor que estaria nos assolando mesmo ao lado da “praia” do Guarujá. Após alguns contatos com os moradores engajados na SAG – Associação de Amigos do Guarujá –, foi um dos primeiros dias que saí com seu Ivam após conversarmos por *whatsapp* em uma das guaritas de madeira e concreto da praça Zeno Simon que compõe a orla na av. Guaíba. Foi um dos primeiros momentos de saída de campo em que adentrei nos jogos da memória desse parceiro de lutas por melhorias materiais no bairro Guarujá enquanto conversávamos durante uma etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2013b) em que as paisagens do passado narradas por Ivam afetavam o presente vivido por nós naquele momento.

Para minha surpresa, aquela saída de campo se tornara uma situação muito diferente da que eu havia planejado em um primeiro momento de entrevista: após aproximadamente uma hora de conversa na praça em que me surpreendia sem interromper as narrativas do colaborador da SAG, seu Ivam me falou sobre outros moradores e me questionou se eu gostaria de falar com uma senhora chamada *Polda* que morava há bastante tempo no bairro Guarujá na mesma avenida onde estávamos. Anotei alguns contatos oferecidos por seu Ivam no meu diário de notas antes de seguirmos outro trajeto etnográfico e aceitei o convite para visitar a moradora mesmo sem tê-la conhecido previamente em outro ambiente de sociabilidade bairrial.

Lembro que Seu Ivam havia me alertado que ela seria uma das moradoras que “se deixar, ficará falando a tarde inteira” (o que internamente me deixou bem contente). Levou-me na frente de sua casa e bateu algumas palmas. Demorou um certo tempo até que uma senhora baixinha vestida de branco e com andador viesse até o portão saber quem era que estava visitando sua casa naquela manhã de sol escaldante: após me olhar atentamente da cabeça até os pés sem reconhecer alguma imagem familiar, virou a cabeça, viu seu Ivam e o reconheceu

rapidamente com um “bom dia”. Com a mediação do morador que explicou que eu “estava fazendo uma pesquisa sobre a história do Guarujá”, consegui ser aceito facilmente no seu ambiente doméstico entrando no portão onde nos despedimos de Ivam.

O terreno de sua casa era fundo e comportava duas casas separadas de material de tamanho mediano com uma simplicidade aconchegante. Fomos até os fundos da casa no ritmo do andar de Poldá para sentar em cadeiras de madeira enquanto despistávamos os cachorros que não estavam contentes com aquela visita estranha. Sentamos lentamente e foi quando vi de perto, de frente e detalhadamente o rosto e os gestos da moradora do Guarujá: era uma senhora chamada Eleopoldina – Poldá era seu apelido – de 93 anos, a interlocutora mais idosa que tive contato nessa pesquisa. Foi nesse momento de campo que tive maior intimidade com o processo de envelhecimento em estágio mais avançado, com os dramas do esquecimento durante as narrativas e com o ritmo lento pela esforçada fala da moradora. Depois desse primeiro encontro, visitei Eleopoldina algumas vezes nesse período de dois anos de pesquisa onde também conversei com seus dois filhos Neida e Laerte.

Eleopoldina é uma senhora muito amável. Enquanto explicava como funcionava minha pesquisa para que pudesse compreender “o que eu queria saber”, ela já avisava que “havia muita coisa que não lembrava mais”. Em um determinado momento da conversa, estimulei ela a falar mais e mais sobre suas lembranças ao dizer que ela lembrava de muitas histórias que eu desconhecia e fui respondido pela seguinte frase: “Muita coisa! Olha, eu tenho idade, mas eu tenho muita (coisa) na cabeça. Às vezes eu perco o sono pensando no passado. Eu penso muito no passado, penso nos meus filhos”. Logo a insegurança sobre o não lembrar se transformava em um respiro ofertado pelo renascimento de imagens que há tanto tempo não eram contadas a alguém “estrangeiro” na sua vida como eu naquele contexto. Algumas vezes seus olhos encheram d’água ao lembrar do seu filho e de seu marido – ambos já falecidos –, o que me fez perceber como o recordar durante a velhice pode ser um processo intenso de reviver uma situação do passado que durou no tempo com tonalidades de saudade pelos companheiros de vida vivida já não mais presentes. Ao final de nossa conversa gravada, contou-me como que iniciou sua trajetória até o bairro Guarujá através do casamento com Rodolfo Abel:

Eleopoldina: Ah, eu casei bem novinha. Casei bem nova porque ele ia ser transferido pra cá e aí eu tive que pedir licença até pro juizado de menor. Eu tinha 16 ou 15 anos, meu pai não queria “Não! Ele que vai embora, tu fica em casa estudando, fazendo alguma coisa na vida” que eu nem estudei. A colônia naquela época, o estudo... é a melhor coisa que tem na vida, né? E eu perdi tudo isso, e a vida era assim, meu filho. E eu disse: “Não, eu quero me casar” – falei até com o comandante porque tinha que falar com o comandante, eu disse que queria me casar, aí claro! Ele queria casar e eu

também queria casar, casemos, né? Mas eu me casei muito criança, né? (...) Guria nova, né? De início eu dizia: “Eu não vou querer esse alemão. Eu não quero esse alemão, que coisa mais feia”. Alemão mesmo! Ele chegou da colônia, ele era um homem cansado, sabe? Ele tinha 26 anos! Não sei como colocou a farda, depois chamaram ele. Deram aquela ordem, ele era primeiro cabo, veio aquela ordem de dar baixa e depois chamaram de novo. Mas olha... eu disse pra minha mãe "ah, eu vou namorar esse cara quem sabe ele tem... ele vai ajudar nós". Isso aí, tu vê, por que que as moças não pensam! Meu cunhado disse assim "Pô dona, o Abel gosta tanto de ti, o tal do Abel, porque que tu não namora ele?" - eu era uma criança - criança não, uma mulher de 16 anos - "Ele gosta tanto de ti, porque tu não quer ele?" Ele disse... “porque vocês são de família pobre”, ele não era... ele era sargento, mas era vizinho. Uma vida boa, do exército, né? Eu ia nos bares que a tia me levava, né? Um dia ele ia passando e ele me cumprimentou. Eu pensei... a gente não era tão pobre, a gente tinha comida, né? Pensei: “eu vou namorar com ele”. Foi só dizer e fui namorar mesmo com ele. Tá vendo? Por isso que eu digo: pensa! "O casamento é destino" – aqui que é destino! Eu tenho que pensar "eu vou fazer assim porque assim é melhor pra minha vida, é melhor pra vida da minha mãe". Eu pensei na vida da minha mãe. Eu não tinha amor por ele – mas depois eu peguei o amor. Eu disse, veio, pediu pra chegar. Eu falei pra minha mãe e o Firmino, meu cunhado, ficou muito faceiro. Ele tinha, ele era sargento, né? E a nossa situação... Quatro irmãs trabalhavam na firma pra sustentar e pagar aluguel ainda naquela época – não era mais do que 100 mil réis ou 50 mil réis. E porque que as moça... eu sempre conto pra elas, digo: assim que a gente deve dizer. Não é na boniteza, a gente tem que pensar no futuro, no que vai acontecer. Eu acho assim, não sei, deve ser assim. Então eu aconselhava, mas eles não souberam. (Eleopoldina – 27 de outubro de 2017)

A memória meditante (Ricoeur, 2007) de Eleopoldina e a interpretação de seu passado através de uma visão presenteísta do personagem envelhecido nos oferece um quadro social da memória (Halbwachs, 2006) sobre o processo de ascensão social de algumas adolescentes das camadas baixas no interior do Rio Grande do Sul nessa época. A mobilidade social da jovem interiorana esteve não só associada ao casamento com um colono alemão chamado Abel, mas também conectada ao processo de aceitação da união conjugal como destino e não como união através do amor (este não deixado de lado na narrativa, já que Poldina percebe que ele floresceu com o transcorrer dos anos de casada como “dona de casa”).

Para além do trajeto antropológico do imaginário europeu patriarcal que se desloca às cidades dos “trópicos” e consigo traz a subordinação estrutural das mulheres, Eleopoldina narra várias características do que seria um projeto nos termos de Schutz (1979) devido sua “conduta organizada para atingir finalidades específicas” a partir de táticas que a poderiam ajudar sua família no contexto de pobreza: “Eu pensei na vida da minha mãe”. Percebo sua determinação ao narrar com tom de indignação quando afirma que tenta passar esse ensinamento às moças mais jovens que não a ouvem e continuam buscando relacionamentos pautados no amor romântico. Com essa contextualização anterior à Porto Alegre, volto ao início de sua narrativa quando, ao ligar o gravador, perguntei sobre sua trajetória social com um simples “de onde tu era?”:

Eleopoldina: Eu vou começar quando eu vim de Santo Ângelo, pode ser?

Matheus: Claro! Tu não era de Porto Alegre?

Eleopoldina: Eu não era de Porto Alegre, meu marido também não era, minha família todinha. Só não ganhei nenê aqui, tive três filhos, um adotivo, o Laerte, que eu criei, né?

Matheus: Aí você veio para Porto Alegre...

Eleopoldina: Nós viemos em 51 pra cá. Por que que nós viemos? Pela promoção do meu marido. Se ele não viesse, ele dava baixa. Ele veio transferido do exército. Ele era, ele era... se eu contar desde o começo, eu começo desde o começo. Ele era primeiro cabo, na época primeiro cabo em 1900 e pouco. 1960? Ele era do exército, foi primeiro cabo, depois foi promovido a segundo sargento. Primeiro não, primeiro foi segundo cabo e depois primeiro cabo – naquela época era assim, era primeiro cabo e segundo cabo. Depois foi segundo sargento. Aí houve tipo uma revolução, ficaram tudo em dia ali que iam mandar uns embora, dar baixa, assim, mas foram ver os papeis do meu velho e como ele era muito bem quisto, prestava muito bem o seu serviço no quartel, e ele como já era segundo sargento, ele ficou no quartel. Foi, naquela época era segundo sargento, primeiro sargento, subtenente, segundo tenente e depois foi promovido a capitão. Ele foi trabalhar lá na rua da praia. Ele serviu ainda na rua da praia e depois que ele veio pra cá pra esse quartel como capitão. Eu vim direto pra cá, ele ficou uns 3 anos no quartel da rua da praia e depois veio pra esse quartel daqui. Ele já trabalhava aqui, depois veio pra cá porque ele comandava aqui. (Eleopoldina – 27 de outubro de 2017)

A trajetória social de Polda representa um deslocamento de morada ao balneário Guarujá ainda não abordado neste trabalho: a migração da zona rural na segunda metade do século XX ao bairro devido a promoção de seu marido à segundo sargento no batalhão que havia substituído as instalações do matadouro Modelo na ponta da Serraria. Através de uma metáfora potamológica durandiana, interpreto esse grande processo de imigração como um “escoamento” de mais um rio nessa bacia semântica (Durand, 1996) bairrial que inseriu um *ethos* militar forte e impositivo que impacta a região nas suas formas de socição e sociabilidade. Para além das narrativas de Eleopoldina, relembro dos contos de Jacira coletados em uma entrevista com Cobianque, um dos militares da primeira leva e um dos personagens conhecido no Guarujá nessa época.

2.2. Os impactos do quartel nas formas de sociabilidade

Jacira: Aí, outra coisa que aconteceu, é que quando o quartel veio do Rio de Janeiro, veio do Rio de Janeiro pra se alojar ali, vieram de navio, tudo. Eu conheci alguns que vieram com a primeira leva, né? Cobianque, já é falecido, eu fui professora de um dos filhos dele, hoje ele é médico, Jair Cobianque, é cardiologista, muito bom médico, tem histórias assim da vida dele – ele é descendente do Cobianque que veio na primeira leva. Então, que que eles encontraram ali? Muitos restos de animais. Muito osso, muita guampa. O que que eles não vendiam? Guampa! Eles vendiam a carne e muitos ossos iam junto com a carne. E existia um ancoradouro lá na ponta do morro da Serraria. Então, muita carne ia por ali de navio pra Porto Alegre, pro centro de Porto Alegre já que aqui também é Porto Alegre. (...) Então... o que que eles faziam? Esse regimento veio sem família, eles vieram só eles, né? Uma viagem longa, não dava pra tá indo e voltando pra visitar, ficaram muito tempo confinados no quartel. Aí

eles faziam muitos trabalhos com as guampas do boi, faziam anéis, faziam bijuterias, assim, talvez até pra mandar ou pra levar pros familiares, né? Isso aí foi Cobianque que me contou. É um dos que eu entrevistei também, né? (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Após sentir o estranhamento ao ouvir diferentes narrativas sobre um ambiente tornado familiar (Velho, 1979) pela minha convivência cotidiana no bairro, cogitei como e por que havia ocorrido a implantação do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado no Guarujá após a falência do projeto desenvolvimentista do Matadouro Modelo no final da década de 1940. Sirney, com suas vivências bairriais após a 2ª Guerra Mundial, interpreta a implementação do quartel como uma estratégia do Estado: “É, eu acho que foi mais ponto estratégico, né? Essa zona aqui não tinha um exército pra proteger a cidade. Não tinha nenhum quartel e o matadouro, quem sabe, tinha se mudado já, né?” (Sirney dos Anjos de Souza, 23/06/2017).

Como parte do processo civilizador (Elias, 2011) brasileiro desenvolvido por um projeto estatal através do controle do território nacional, é provável, como interpreta Sirney, que a 2ª Guerra Mundial tenha sido um dos impulsionadores para um grande investimento de migração de “capital humano” militar do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Porém, para além de uma macro escala de análise dos fenômenos metropolitanos e dos impactos da relação indivíduo e sociedade – nos termos do formismo simmeliano (Simmel, 1984) – sequenciados da ação estatal que implanta o quartel nessa região, a fala de Jacira provoca ao iniciar sua narrativa acerca da “história do quartel” com um pequeno conto sobre como esses cariocas foram se adequando ao ambiente porto alegre. Assim, sinto-me provocado a perceber que as camadas de tempo materialmente expressas nas ruínas deixadas pelos tempos de produção no matadouro foram ressignificados por práticas afetivas materializadas pela confecção de bijuterias que levaram com o vento as saudades sentidas pelos familiares que estavam distantes da região.

Para além da racionalidade do mito do progresso acompanhada da formação de um exército em território nacional – com fortalecimento em Porto Alegre após a implantação da 3ª Região Militar na rua dos Andradas após publicação de Boletim Interino da 7ª RM em 1919¹⁴ –, o sensível sempre aparece como uma dimensão do vivido independente do lugar. As relações afetivas entre militares, a vizinhança e os escombros do tempo demonstram como o “homem da tradição” sempre esteve presente entre nós apesar de todas as catástrofes metafísicas explicitadas no trabalho de Durand (1979a). Apesar do conto sobre fabricação de bijuteria humanizar o que parece ser um projeto puramente racionalista, o sensível também pode se

¹⁴ História da 3ª Região Militar. Comando Militar do Sul: 3ª Região Militar. Disponível em: <<http://www.3rm.eb.mil.br/index.php/historia>>. Acesso em: 08 mar, 2018.

manifestar na ordem do conflito. Não foram poucos os relatos que demonstraram o forte impacto dos diferentes *ethos* e visões de mundo dos cariocas e a vizinhança do Guarujá:

Jacira: E aí... o meu pai, tinha o armazém, e meio que se incomodou uma vez com... porque acho que, acho que coronel? Era o chefão, não sei qual era o cargo dele... Eles vinham de jipe, encostava lá na beira da calçada e pedia alguma coisa pro meu pai, queria que ele fosse servir ele lá (*alguns resmungos teatrais breves*). Meu pai era pobre, mas HAHA! Não mesmo! “Não, vai mandar lá no teu quartel, aqui não, vem pra querer comprar aqui. Não, não tem” – ele preferia não vender do que fazer isso aí porque ele se sentia como se fosse governador do bairro, né? De todo o bairro. E meu pai não cedeu: podia não ser muito culto, mas era bem esclarecido. Não deixou de fazer isso aí. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Sirney: Eu, inclusive, servi aí em 1957, eu ia a pé que eu morava aqui, ia de bicicleta pro quartel e voltava. E eu conhecia todo mundo aí, pra mim, pra mim foi bem legal. Que aqui na zona morava coronéis, tenentes, sargentos, né? Que estava no quartel eram tudo amigos meus, amigo do meu pai. (...) Isso eu sei bem porque eu era tão pequeno que eu tinha que subir numa cadeira na janela da casa velha ali pra ver os tanques passar, os jipes que eu nunca tinha visto. Estavam chegando no quartel, aquele movimento danado que a rua aí passava acho que quatro, cinco veículos por dia. Caminhões pra buscar pedra, buscar leite, buscar alguma coisa, alguma fruta, se plantava muito também, né? Tinha hortifrutigranjeiro, né? Então esse era o movimento. E aí aquele dia foi bem movimentado, né? Não parava mais de passar caminhão, jipe, tanque, tanque, então eu não conhecia, né? Os tanques tão até hoje aí. Pra mim foi uma atração, eu não conseguia ver na janela, subi numa cadeira e fiquei ali olhando eles passarem. Aí mais tarde, né, nem imaginava que mais tarde eu ia tá ali também, que um daqueles tanques ia ser comandado por mim, né? Tanque número 17 era o que eu comandava no período que eu fiquei aí. Cheguei até sargento, depois eu saí. Aí fui pro banco, saí do quartel e fui trabalhar no banco. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Com essas narrativas, fico afetado pelo formismo simmeliano em que é postulado que “a ação recíproca faz o espaço” através do jogar o social que muitas vezes é fortemente marcado pela dimensão do conflito (Simmel, 1984). Através desses instantes descontínuos que duraram na memória de diferentes moradores do bairro, percebo as redes de vizinhança e a partilha de experiências em comum apesar das suas diferenças de percepção – fenômeno multisituado que enriquece a perspectiva sobre uma imposição vinda de um mesmo tipo de *ethos*. Jacira relembra da experiência de seu pai e do conflito marcado pela diferença de papéis sociais desempenhados por homens em âmbito público em uma localidade suburbana na Porto Alegre dos anos de 1950. Assim, as posições heroicas e dominantes de ambos os homens – tanto o pai de família dono de armazém quanto do novo coronel – produzem desavença devido a fricção entre regras de conduta assimétricas (Goffman, 2011, p. 56) típicas de algumas partes dos universos masculinos heterossexuais. Percebo, desta maneira, que não há simples imposição através de uma estratégia estatal de poder sobre uma localidade, já que ambos os personagens masculinos jogavam no cotidiano através de táticas (De Certeau, 1994) para serem estabelecidos e não *outsiders* nesta nova configuração social.

A instalação no quartel instaura um processo ambíguo entre situações conflitivas e relações admirativas. Apesar do conflito também ser observado nas relações entre homens do início da década de 1950 – o que é importante salientar para evitar reduzir às relações viris à uma dimensão de cumplicidade –, a grande maioria dos homens que conversei na minha rede de interlocutores possuíam uma imagem dos militares positiva que refletia características do “bom cidadão” no bairro no momento da sua narrativa. Apesar de terem participado de múltiplos círculos (Simmel, 1973) durante sua vida mesmo em uma localidade em que a heterogeneidade cultural (Velho, 1981) não era tão grande, a maioria desses homens que conversei passaram algum momento de suas vidas em contato com o quartel da Serraria seja no ano de serviço obrigatório ou em uma carreira mais extensa. Essas proximidades vividas – seja pelo contato com uma quantidade elevada de vizinhos e/ou parentes miliares, seja devido à proximidade pessoal e interiorizada através do trabalho – apresentam quadros interpretativos sobre o passado acerca de como esse processo de integração coerente em uma mesma região moral (Park, 1967) ocorreu.

Enquanto conversava com Sirney sobre as memórias dos ofícios (Bosi, 1994) diferentes que teve na sua vida, iniciou suas estórias sobre o tempo no quartel com imagens de sua infância e sua admiração pelos jipes e tanques que afetaram drasticamente os hábitos-ritmos (Bachelard, 1932) de uma comunidade suburbana com predominância de ofícios rurais. Antes mesmo de contar sobre as saídas à campo que eram realizadas para treinamento em regiões de “bairros vazios” – nos termos de Sirney – como o Vila Nova, a duração na memória do morador primeiramente voa às origens do processo de internalização na imaginação de um conhecimento ético e estético (Benjamin, 1984) acerca da relação de humanos entre si e com o mundo: “(...) nem imaginava que mais tarde eu ia tá ali também, que um daqueles tanques ia ser comandado por mim, né? Tanque número 17”. Para além da subjetivação de algumas crianças masculinas pela paisagem modificada – ainda mais considerando que suas trajetórias de trabalho iniciavam durante a infância –, o quartel também abriu um campo de possibilidades (Velho, 1981) aos homens jovens que queriam a emancipação de suas famílias e adquiriam o *ethos* militar pela adequação ao ofício. Todavia essa é uma versão masculina dos fatos e a dimensão feminina instaura um processo ainda mais complexo¹⁵:

¹⁵ Seleciono os relatos de Jacira, Sirney e Seu Chuchu sobre a dimensão conflitiva da vida social envolvendo os novos militares e os moradores da vizinhança do Guarujá. Adiciono essa nota de rodapé a fim de explicitar

Jacira: Outra coisa que havia também na zona, um boato de que as mães de família foram se queixar pra ele que os soldados estavam namorando com as meninas, algumas até grávidas, etc. Ele disse: “prendam as suas cabras porque os meus bodes andam soltos!” Arrogante, né? Arrogante. Ele não precisava ter dito isso aí e isso aí se tornou comum no bairro, então é sinal de que ele repetiu mais de uma vez ou mais de uma pessoa ouviu ele dizendo, né? Então... houve muitos casamentos, eles foram fazendo e aí surgiu a Vila dos Sargentos! Atrás do quartel, eles foram fazendo casinhas, né? Azambuja foi um que também morou na Vila dos Sargentos e outros mais, não sei te dizer agora... não sei se o Cobiamque e depois veio mais pro Guarujá porque ele morava na Jacipua. Cobiamque, os fundos da casa dele, dava pros fundos do colégio. Langendonck, né? Então... a vila dos sargentos. (Jacira Santanna Gaya – Junho de 2017)

Sirney: Ah, isso quando veio o Matadouro eu não sei. Faz muito tempo, é. Quando eu me mudei pra cá ele já existia, já existia há bastante tempo. Só sei quando parou, parou em 45. Aí veio o quartel do Rio de Janeiro... até foi muito trabalhoso pras mulheres daqui porque do Rio veio os cariocas pra cá. Não tinha nenhum gaúcho, era tudo carioca. Aí tu imagina o cara vir da capital do Brasil – na época, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil – vir pra esse fim de mundo aqui, né? Imagina o Guarujá aqui em 1945 o que se era, né? E os caras... do Rio de Janeiro, né? O carioca é meio... da capital, né? Mexiam com todo mundo. Então as mulheres não podiam, quando o soldado saiu, se entrava alguma mulher no ônibus eles mexiam. Então era bem complicado. Foi a sorte que chegou a época de eles saírem do quartel, foram dando baixa, voltando pro Rio e os daqui foram entrando, mas foi bem complicado para as famílias esses cariocas aí. Incomodaram no início, foi bem complicado. (Sirney dos Anjos de Souza – Agosto de 2017)

Seu Chuchu: E o quartel na época ajudava muito, né? Porque eles faziam manobra, nessa pedreira aqui eles faziam manobra com tanque de guerra, era uma loucura. E nós começávamos a carregar, transportar passageiro, Matheus, das quatro da manhã no dia de manobra, no dia de eles irem pra casa, nós começávamos a transportar passageiro das quatro da manhã e passava o dia inteiro. Tinha que botar ônibus especiais pra carregar os milicos tudo porque eles ficavam em manobra, ficavam em plantidão. Então quando eles saíam, eles saíam bem louco pela liberdade, né? Então tinha que manter aquela gurizada dentro de um padrão, de um ônibus só eles, não podia botar meninas ou passageiro porque se não a mulher entrava e eles "Aaaaah!", meu deus! Eles ficavam louco, era uma farra, dentro de uma boa, né? Mas não podia, então tinha que botar ônibus direto, direto sempre de tanto soldado que tinha. Era uma maravilha cara, não tinha! E depois foi nos anos 80 que terminou, né? Não me lembro que ano que terminou a democracia, 88, né? Que entrou a democracia, eu falei, eu falei! É minha opinião: "Nós entramos numa ditadura civil". (Seu Chuchu – Junho de 2018)

É no momento em que as mulheres entram em jogo que as relações se complexificam em uma trama violenta de dominação: não é trivial, o que já foi salientado por Jacira, a frase “Prendam as suas cabras porque os meus bodes andam soltos!” ter durado no tempo como uma memória compartilhada e coletiva (Halbwachs, 2006) entre os moradores do bairro por tanto tempo. Essa dimensão da “farra” como extravasamento de uma energia que explode após uma rotina militar extremamente rígida acompanhada do encarceramento dos militares nas paredes

brevemente que o último morador citado foi um personagem amplamente conhecido por ser morador do bairro e motorista de ônibus pela Trevo na região (suas narrativas serão melhor desenvolvidas em outro momento).

do quartel é encontrada nos três fragmentos de memória dos moradores que aqui evoquei. A narrativa de seu Chuchu demonstra bem como alguns espaços públicos, como o transporte coletivo, se transformaram em um campo de batalha entre gêneros em que até mesmo é necessária a criação de uma linha especial de transporte aos militares.

Quando Sirney afirma que “foi bem complicado para as famílias”, entendo que o novo problema nos espaços públicos bairriais é um confronto que conecta relações da ordem tradicional familiar (Velho, 2006) e a simbólica do casamento cristão. Por isso que a narrativa de Jacira me permite afirmar que a gravidez inesperada às famílias do bairro provocava um enfrentamento da ordem moral estabelecida pelas gerações de pais e avós, o que só poderia ser sanado através da concretização dos laços conjugais para manutenção do que havia sido rompido. Este jogo do social envolvia a manutenção do sistema simbólico que envolve as relações de gênero, já que ocorria um processo de evitação de contágio de uma nova forma de relação que não refletia a imagem de pureza (Douglas, 1992) da mulher casada. Para além do conflito com mulheres das famílias do bairro, este embate entre gêneros é o que torna ainda mais interessante perceber o quartel através da densidade da narrativa de Eleopoldina e a riqueza do olhar feminino como elemento integrador sobre os processos de instalação do quartel e do bairro sob uma perspectiva de dentro da família. Com isso, volto a essa narradora urbana quando fala sobre suas experiências em Porto Alegre após a migração.

2.3. “Nega, nós vamos pra essa Porto Alegre”

Eleopoldina: Aí nós viemos e ele disse assim: "Nega! Vou ser promovido, nós vamos pra essa Porto Alegre – cidade graaande Porto Alegre pra nós... eu tinha medo de Porto Alegre.

Matheus: Mal sabiam que iam vir pro Guarujá! (risos)

Eleopoldina: Mas é! Vim pro Guarujá, mato! Puro mato, né? E aí Santo Ângelo era mais grandinha do que aqui. Mas saí pra caminhar um pouco no centro, né? Eu baixava a cabeça assim, sabe, né? Gente de fora. Assim, baixava a cabeça porque meu velho mandava. (...) Nós morávamos pertinho, uma quadra da praia. Guenoas é uma quadra da praia, tem a lombinha ali. Aí de tarde, a praia a gente não dizia, "vamo olha a água!" – a água, a gente dizia. Mas eu acho que eu dizia assim porque eu era de fora. Eu não tinha muita amizade aqui, no começo não tinha muita amizade. Mas depois eu peguei, tinha minha vizinha ali... me chamavam de... a pessoa de fora chamam de outro nome, sabe? Gozado. Os meus filhos ela chamava – eles tinham o cabelo duro, né? Cabelo duro, assim. Agora me chamam de Polda, mas quando a gente chegou aqui, a nossa fala era muito diferente, ba... outro lugar. E era bem grossa a fala da gente, ih... (Eleopoldina – Outubro de 2017)

As imagens que remetem a noções de perigo e monstruosidade devido a grandeza do urbano surgem no imaginário de Poldina quando relembra seus anseios antes de migrar à capital do Rio Grande do Sul – cidade desconhecida até o momento de sua migração por causa da promoção de seu marido Abel. Mesmo quando fez passeios pelo centro da cidade, conheceu a urbe “de cabeça baixa” como seu “velho mandava” em uma relação de subordinação feminina ao gênero masculino em um contexto encarado como perigoso em um primeiro momento. Apesar das aflições sobre Porto Alegre, seu destino era o bairro Guarujá em uma localização em que era “puro mato” com menos habitação do que Santo Ângelo na década 1950: um fenômeno desfigurador das imagens oriundas da tradição da migração (Durham, 1984) relacionadas à ascensão social material. Interpreto essa frustração pelas múltiplas vezes que ouvi da moradora que sua “vida era assim” – uma vida boa, mas onde faltavam muitas coisas.

As interações face a face de Eleopoldina em âmbito bairrial eram marcadas em um primeiro contato pelo estigma devido seu porte (Goffman, 2011) atravessado pela “fala grossa”, pelo “cabelo duro” e pelo desconhecimento dos códigos de representação em relação ao uso das águas. Saliento a peculiaridade da relação entre os estabelecidos no bairro e quem escolhiam para categorização de quem eram os *outsiders* (Elias; Scotson, 2000), já que a maioria dos moradores que migraram ao balneário não relataram essa dificuldade de pertença após a fixação de morada quando negociada em termos legais de propriedade privada. Assim sendo, percebo como a corporeidade e a performance são marcas de um processo de distinção nas relações de vizinhança em um bairro “em desenvolvimento” como o Guarujá. Essa corporeidade, apesar de não marcada pela diferença de etnia e sim pelo tempo de ocupação como é o caso dos *outsiders* de Elias e Scotson, está inserida em um grande processo migratório em que o *ser mulher imigrante* de Eleopoldina no bairro pode ser contextualizado.

Diferente de um contexto de exclusão de longa duração, a proximidade da vizinhança com os novos moradores vindos da colônia de Santo Ângelo foram, pouco a pouco, diminuindo o estranhamento e incluindo-os no que viria a ser uma comunidade bairrial – o *status* conferido à família pela posição hierárquica de Abel no quartel da Serraria é um elemento fundamental da análise. Mesmo que tenham sido evocados alguns instantes da memória sobre o processo de diferenciação no bairro, com o decorrer da conversa Eleopoldina diz: “Sabe como é vizinho... eu nunca tive inimizade com ninguém, nem meu marido”. Essa afirmação me permite induzir que aos poucos o contato entre alteridades – que não são tão radicais entre si devido seu

processo de acomodação e assimilação (Eckert; Rocha, 2013b, p. 83) semelhante – é diluído na formação da pertença à identidade bairrial.

Depois de explicitar um pouco de sua trajetória social até o bairro Guarujá, o que acho interessante de salientar antes de prosseguir é que existe uma estética muito específica da memória egológica (Halbwachs, 2006) de *Polda* na forma como narra a identificação de “si” frente ao “diverso” nesse processo intersubjetivo do ser “dona de casa” e “mãe de família” em um bairro suburbano. Voltamos à problemática de gênero antes exposta para compreender como esse “eu empírico” se entrelaça nas redes com funções solidárias ancoradas na tradição (Eckert; Rocha; 2013b, p. 33-34) onde a doação de si aos filhos e ao marido durante toda a sua vida é refletida nas narrativas aos seus 93 anos: sua identidade, em termos de uma personalidade individual, é sempre alcançada através das entrelinhas das estórias de vida dos outros. Quando pergunto “como era a vida no Guarujá”, logo emergem muitas imagens de Abel e de seus filhos e poucas imagens de si própria. Observo o mesmo aspecto na angústia existencial constitutiva do processo de envelhecimento expresso na forma de narrar o seu passado: vários instantes descontínuos – como a saudade “do seu velho”, da morte precoce de seu filho, dos problemas de saúde de Neida – se entrelaçam em uma rítmica (Bachelard, 1988) narrativa própria para além dos processos de esquecimento. Com isso dito, sigo para um exemplo desta forma narrativa quando Eleopoldina conversa com Laerte sobre o processo de ascensão social no bairro:

Eleopoldina: Escuta, há quantos anos eu to aqui, Laerte? Eu não me lembro mais...

Laerte: Bom, só eu morei aqui, agora eu moro na hípica, né? Só aqui eu morei 40 anos, mas olha... faz um bom tempo, tu mora há mais de 60 anos. Aqui vamos dizer uns 60, mais ali em cima na Tapuias. Aquela subidinha ali chama Tapuias. Dali nós viemos pra cá. E a casa existe lá ainda!

Eleopoldina: Existe?

Laerte: Existe porque eu passo lá pra olhar ela. Dá uma lembrança, né?

Matheus: Ba, era casa de madeira?

Laerte: Madeira! Não, embaixo material, madeira em cima.

Matheus: Uhm.... e moravam de aluguel ali?

Laerte: Não.

Eleopoldina: Claro que nós morava de aluguel, Laerte!

Laerte: Não! Não era alugada.

Eleopoldina: Claro que sim, era do seu Paulo a casa! É, quando ele veio antes de mim de Santo Ângelo, ele tinha alugado a casa pra vir me buscar.

Laerte: Ah! Era do seu Paulo! Mas um casarão!

Eleopoldina: Nós compramos esse terreno na av. Guaíba, morava há três quadras daqui na Tapuias, né? E aí tinha muita amizade com as pessoas de idade, mais novo e mais velho e tinha os carpinteiros, né? E ele contratou com seu Zé, tu lembra do seu Zé, Laerte? Ele diz: “Zé, eu comprei assim e assim um terreno” – cinco pila naquela época, cinco pila era dinheiro naquela época. – “eu comprei o terreno e tu vai tirar as medidas e vou contrarar você e eu”. Ele também porque meu marido é filho de colono, os pais ensinam, né? Ensinou ele a trabalhar na colônia e ele saia do quartel às cinco

horas, tirava a farda, pegava pra trabalhar e o carpinteiro dele já tava trabalhando que era o seu Zé. Nem tinha nenhum peão, era só os dois e ficavam até a noite. E aí fizeram a armação da casa e tudo e começaram, né? Depois até chegou um outro peão, eu não to muito lembrada, mas eu acho que propriamente foi ele e o seu Zé que fizeram.

Neida: De noite, desenhavam.

Eleopoldina: Foi ele que fez de noite! Não era assim, era puro mato, só tinha uma estradinha assim que ia pro quartel e muita pouca casa. Agora é minado de casa, né? E aí saímos de lá (da rua Tapuias) pra vir pra cá (para a av. Guaíba), demorou uns 4 anos pra fazer a casa, mas ficou pronta. Só que até vir e ficar em uma casa assim, vamos dizer assim, bem feita, foi tudo porque meu velho fez pra não pagar aluguel porque chegar de uma cidade pra outra é horrível, sabe? Não é qualquer coisa porque a pessoa chega com os filhos, os vestimento não é – é vestimento bom, mas é diferente. Já veio como segundo sargento, primeiro sargento, depois como subtenente e os vestimentos vão subindo aos pouquinhos, né? E as bocas são bastante pra comer, tem colégio porque as cria estudava! Mesmo quando pequeno, o Milton já estudava, esse aqui também, mas primeiro ano, né? Mas tinha que ir pro colégio, tinha que ter a roupa limpa, tinha que tudo, passamos um pouquinho de trabalho, depois que a vida foi mudando, foi mudando, foi mudando e a gente se equilibrou. (Eleopoldina, Neida e Laerte – Junho de 2018)

Em outro momento de conversa com Eleopoldina, essa senhora me contou como sua trajetória de ascensão social começou antes do aluguel da casa no Guarujá: “Abel, isso tudo aqui em cima é do exército, se quiser fazer casa, pode fazer” – narra *Polda* ao incorporar o comandante do batalhão na década de 1950. Foi nesse momento que percebi que a atual vila dos Sargentos iniciou seu processo de ocupação e desmatamento após a chegada do quartel através do dueto trabalho-moradia (Soares, 2014, p. 43) e que o nome da atual vila no bairro Serraria faz parte da duração do passado bairrial no presente. Apesar desse campo de possibilidades aberto para resolver a situação de moradia – uma das tantas fragilidades das condições de migração do interior do Estado ao meio urbano (Durham, 2004) –, Eleopoldina teve agência ao afirmar, junto com outras mães, que não moraria naquele local: “Mas eu não quis também, deus me livre se eu fosse pra lá. (...) Aí quando começou, as mulheres já: ‘Ah, eu não vou criar meu filho aqui, não vou’ – lógico, né? ‘Eu quero me mudar’ e aí foram... foram deixando, deixaram até as casas. Os paisanos pegavam as casas, né? Compravam as vezes baratinho. Era barro, né?”. Assim, percebo também como “os paisanos” criavam a imagem de um novo personagem na vizinhança através de diferentes fluxos migratórios sem a garantia do emprego formal no quartel e a simbólica conferida aos militares empregados. Outro grupo que forma uma rede pelo seu papel familiar são as mães – local de inserção de Eleopoldina nesse processo – que reivindicavam demandas por melhorias de condições de vida por meio da urbanização (Durham, 1986) do Guarujá após o processo de ascensão social pelo emprego do marido.

Sobre sua casa atual, a narrativa começa com uma rítmica específica que se revela entre o esquecimento de Polda que questiona o filho para lembrar do que já não consegue ser acessado com facilidade no imaginário. Logo após esse processo, a mãe também auxilia Laerte a relembrar do tempo vivido que ele já não lembrava com detalhes sobre a vida no bairro, constituindo um momento dialético da duração (Bachelard, 1989) entre duas pessoas com experiências íntimas em comum. Através destes instantes acessados aos poucos, lembram de Seu Paulo, um morador da região que alugava parte de suas terras e, assim, participava de um processo de fragmentação das chácaras mais avançado, já que não houve negociação diretamente com os grandes chacareiros. Após as moradas de aluguel na rua Tapuias e também na rua Guenoas – o que foi lembrado depois por Neida – pagos com o trabalho de Abel, uma nova luta é travada pela família por quatro anos até a concretização do “sonho da casa própria” em território pertencente à Porto Alegre.

Esses anos de luta são narrados não só pelas lembranças de como ocorreu esse processo, mas também através das imagens que Eleopoldina tem de seu marido por ser colono de origem alemã: “(...) o alemão quando é caprichoso e gosta...”. Essas imagens associadas ao mundo do trabalho que remetem ao esforço masculino do colono alemão emergem devido as experiências que Polda teve durante sua infância e adolescência em Santo Ângelo onde aprendeu sobre o trabalho na infância do colono alemão “na lavoura e na construção de casas”. Apesar de nunca ter anotado essa frase de Polda, nunca esqueço quando em uma breve passagem ela se refere ao brasileiro como um sujeito sempre apoiado no trabalho duro dos imigrantes alemães. Observo que se há, com a instalação do quartel, uma migração de homens ou mulheres, de militares ou paisanos, de “alemães” ou “brasileiros”, esses fluxos migratórios são acompanhados pela ordem do simbólico conectado com outras corporeidades como o ser colono alemão em relação aos outros colonos de outras origens múltiplas.

Essas narrativas do esforço são observadas por mim quando Abel contrata seu Zé e ele próprio para confecção da casa desde o desenho da planta arquitetônica em uma postura heroica para salvar a família da dependência do aluguel. Além das redes de indivíduos que já mencionei acima, outra rede que observo na narrativa é dos trabalhadores informais que ganham seu sustento na própria vizinhança como seu Zé, o carpinteiro – relembro também de seu Marciano, o calceteiro e amigo de Jacira que fez muitas das calçadas do Guarujá junto dos grandes chacareiros com as pedras que eram extraídas por outros trabalhadores informais. Esse grupo de homens que trabalhavam no seu próprio bairro são grandes agentes da urbanização do

subúrbio porto-alegrense e oferecem pistas de como ocorreu os diferentes processos de urbanização no balneário. O processo específico que ocorreu na orla do Guarujá é narrado com ainda mais detalhes sob a ótica de Eleopoldina e a história da vaquinha holandesa:

Eleopoldina: Ah! Compramos o terreno sabe por quanto? Por 10 cruzeiros. Isso dado, nós tínhamos uma vaquinha holandesa... isso tudo aconteceu na vida nossa. Ele contava pro capitão que tinha trazido um terneirinho pequenininho que ganhou lá, gostou e as crianças gostavam. E disse “Capitão, não dá pra mim trazer de trem?”, “Dá! Pode trazer, Abel!” – porque milico sempre tem que pedir autorização. Aí “Pode trazer, Abel” – o nome dele era Rodolfo, mas o sobrenome era Abel – aí disse “Pode trazer”, “Então tá, o resto pode deixar comigo” – o resto é o trem que tem que pagar, né? Isso era com o Abel, aí ele botou no trem e trouxe. E aí ficou o bichinho aí anos e anos. (...) Aí a vaca veio e os guris não cuidavam direito, tinham que ir pro colégio, o outro ia pro quartel, sabe como é. Ah! Eu xingava, não sei, eu era mulher nova, cuidava da minha obrigação em casa e pros meus filhos, né? Cuidava quando ia pro colégio e tudo, né? E daí o homem ficou encantado pela vaquinha, o dono desse terreno. A minha vida foi assim. Aí eu disse pro Abel: “Abel, não quer vender essa vaquinha? Os guris não tratam direito, não levam pra dar água aqui...” – porque a rua Guenoas é bem pertinho daqui da água. Aí eu disse pra levar e o seu Osvaldo disse “Eu te compro, vamos fazer um negócio. Eu te dou terreno” – tu vê! – “e eu te dou...” acho que dois mil reis naquela época, acho que era isso, tu sabe? Era 10 cruzeiros, né? Ele disse “tu me dá três mil reis” – não estou lembrada do valor, acho que era isso – “e volta que eu fico com a vaquinha”. Aí ele chegou lá em casa e disse “Nega, eu vou vender” – a gente sempre se tratava de nega, minha negrinha. Diz “Nega, eu vou vender a vaquinha” (risada) “porque os guris judiam, não dão água direito!”. Eu, Ah! Por mim eu podia ter dado porque quando os guris vão pra praia, os guris com a... com o bichinho eu fico nervosa porque se juntam com outros guris, né? Aí tá, fomos e ficamos lá na Guenoas até que arrumamos esse terreno aqui na av. Guaíba. Meu marido me trouxe aqui e disse “Vamos comprar”, eu disse “Pura água! Onde que vamos fazer casa?”. Aí ele disse “Não! Nós vamos fazer uma casa. Eu pego o caminhão do quartel” - ele era alemão, né? Alemão é um trabalhador (risos), aí diz ele assim “Nega!” – nós nos tratávamos de nego – “Eu tenho” – os dois filhos estudavam, mas ele botava pra trabalhar também, né? Diz ele “Eu pego o caminhão do quartel” - tirou licença e tudo porque o caminhão não era dele, né? Era do exército - “Então eu pego caminhão e eles vão buscar terra e *aterremo* aqui”. E dito e feito! Ele fez e botou não sei quantos mil caminhão porque aqui era água! Só existia a estradinha. E casas – quer saber das casas? Tinha três casas. (Eleopoldina – Outubro de 2017)

Essa estória possui múltiplas dimensões sobre a memória dos aterros das zonas de banhados existentes na orla do balneário Guarujá e algumas pistas do complexo processo de antropização de uma ecossistêmica da década de 1950. Percebo, primeiramente, que a “história da vaquinha holandesa” explicita nas primeiras frases a hierarquia militar no pedido de Abel mesmo que a vaca fosse sua propriedade, que o pagamento do transporte fosse feito por ele e que o animal fosse morar na propriedade alugada pela família de Eleopoldina. Além das relações hierárquicas do *ethos* militar que compõe essa trama, percebo que os fluxos (Hannerz, 1997) possibilitados pelos trens não ocorriam somente nas migrações intermunicipais em busca de trabalho: também foram realizados longos deslocamentos de não-humanos sem fins imediatos para produção alimentícia.

Fica explícito que esse grande esforço de migração está atrelado a cosmologia da formação dos gaúchos nos pampas em que a forte relação com o gado é um elemento simbólico importante na constituição da identidade regional. Seria uma redução da topologia fantástica (Durand, 1980, p. 413) do Guarujá afirmar que Abel só migrou o animal para fins aquisitivos almejando a negociação através de princípios pecuniários. Mesmo assim essa “vaquinha” holandesa que foi transferida com fins afetivos teve um papel importante como forma de negociação entre vizinhos após o desgosto do pai pela forma como estava sendo cuidado o animal pelos filhos. Observo que, apesar da existência de documentos urbanos (Peirano, 2006) que regulamentam as relações perante o Estado nesta época, as formas de negociação por terras podiam ser tão banais e solidárias quanto o pagamento de uma quantia pequena de cruzeiros somados a uma vaca nascida em Santo Ângelo.

Este fenômeno também pode ser interpretado pela abundância de terras da região, sendo muitas delas consideradas pelos narradores como “puro mato”, “puro barro” ou “pura água – o que demonstra como os espaços de banhado na beira do Guaíba eram zonas perigosas para moradia devido a agência das águas. Mesmo após um longo processo de antropização civilizatório da orla do Guaíba nessa região, Laerte, sentado nos degraus que foram feitos para acessar a casa que é mais alta do que o nível do Guaíba, bateu forte com as mãos no degrau e disse: “Tem que ver quando a água chega até aqui!”. Com a vinda do quartel e com as condições precárias de moradia dos migrantes, essas terras próximas da “estradinha” que viria a se tornar a av. Guaíba entram como “moeda de troca” da territorialidade sobre os lugares (para além das três casas que já existiam na aventura de morar próximo das águas). Foi a tecnologia obtida no quartel pelo acesso de Abel que permitiu que fosse aterrado a localidade pelo trabalho informal do pai com ajuda dos dois filhos pequenos, o que demonstra como os aterros de Porto Alegre não foram somente realizados por processos estatais. Outro instante da memória de Eleopoldina que é evocado remete a tempos de maturação da família nuclear e dos processos de profissionalização da sua geração de filhos:

Eleopoldina: Mas foi bem... graças a deus eu vivi muitos anos com o meu marido, meus filhos, a pena que eu perdi o meu filho novo ainda, ba... meu filho mais velho era uma relíquia pra mim, era um filho muito bom. O outro ficou no exército, meu velho disse pro mais velho: “Milton, vou te mandar pra São Francisco de Paula” – e eles obedeciam ao pai, né? Ele era do exército, já era cabo – “Vou te levar pra São Francisco de Paula” e aí ele não disse nada, servia aqui junto com o pai e arrumou transferência e mandou. Meu marido era muito bom, mas quando ele dizia as coisas, ele... ele cumpria com o que dizia. Chegou um boletim: “Milton Batista Abel transferido pra São Francisco de Paula em tal dia” ... e agora? Como é que ia desobedecer às ordens? Claro, chegou o dia, né? Pegou a mala dele, se apresentou pro comandante, deu a ficha, pegou o trem e se foi. São Francisco de Paula, né? Ele ficou,

ficou, mas depois ele pediu, telefonou pro pai dele e disse assim: “Pai, eu não gosto do exército, eu já servi ali, saí cabo” – ele queria que os filhos ficassem no exército, o exército é bom mesmo! É só saber, esse aqui também não quis ficar, eu briguei pra ele ficar, ele não quis ficar. Querem se governar, isso é ruim! A pessoa é governada, mas também tem as horas boas pra passar e pra ganhar mais dinheiro, ser promovido, né? O meu marido começou como soldado e foi até capitão do exército, né? Ganhava bem e tudo, né? E aí ele disse pro pai: “Pai, eu vou me embora pro rio, eu não vou pra casa, eu vou me embora pro rio, eu quero que o senhor me dê licença porque eu vou dar baixa, eu não gosto do exército”. E aí ele disse: “Não, meu filho” – pai é pai, né? – “Vem embora pra casa, não vai pro rio. Tu vai lá pegar emprego” – o Rio de Janeiro naquela época era ruim, né? Era pequena a cidade – “Vem embora pra casa” e aí ele veio. E aí o emprego não era bom, mas não era ruim, veio trabalhar lidando com galo de briga, né Laerte? Lidando com galo de briga! Lá tu vê, né? Vendendo galo de briga e mandando até pros Estados Unidos, naquela época tinha muito valor, né? Ele comprava os pintos, sei lá o que fazia, a galinha chocava, tirava a cria dos bichos e vinha gente dos Estados Unidos, vinha de avião buscar! Do meu filho, era o serviço dele, que engraçado, né? Deixar da farda pra fazer isso. (Eleopoldina, Laerte e Neida – Junho de 2018)

Depois de vários instantes descontínuos e sofridos lembrados subitamente por Poldá sobre a morte precoce de Milton, permitiu-se falar mais sobre a trajetória profissional de seu filho mais velho e a sua relação com Abel e com o quartel da Serraria. Percebo que as relações intergeracionais familiares no universo cosmológico de Poldá pressionavam os filhos homens a continuar seguindo um projeto de carreira (Velho, 2003) na manutenção de um estilo de vida e de uma visão de mundo do *ser militar*. Essa manutenção de uma linhagem familiar que segue um princípio identitário através do trabalho ocorria através do serviço obrigatório no quartel da Serraria e, mais bruscamente, das estratégias feitas pelo pai na transferência para São Francisco de Paula através da legitimidade autoritária do “homem da casa”: “pai é pai, né?”

Eleopoldina, como mãe, também pressionava seu filho apesar de ter consciência que este trabalho abraça um estilo de vida profissional em que se é governado em uma estrutura altamente hierarquizante: “Querem se governar, isso é ruim!”. Saliento que mesmo com uma estrutura familiar rígida e uma vida bairrial perpassada pelo *ethos* militar, um projeto coletivo familiar é passível de um potencial de metamorfose devido às diferentes interpretações pelas particularidades individuais de status, trajetória ou, como neste caso, de geração (Velho, 2003, p. 41). Acredito que a surpresa de Eleopoldina ao lembrar do passado sobre o filho no presente revela o inesperado trajeto do filho que, após anos forçado no quartel, trabalhou com a criação de galos de briga em uma economia que, mesmo no Guarujá, já era caracterizada por fluxos de mercantilização de não-humanos no sistema mundo (Marcus, 1986). O desvio de carreira também foi trilhado por Laerte, porém a história de seu nascimento revela mais do que as diferenças de escolhas profissionais:

Eleopoldina: Matheus... a vida é assim Matheus. Agora, outra coisa. Já fui mãe dos meus filhos, já criei três filhos, três filhos graças a deus aí pegamos uma empregada de fora – te contar essa – fui pra Santo Ângelo, ia sempre visitar minha mãe, né? Aí estava a empregada lá numa casa passando trabalho, mulher dava nela, ela grávida! Eu olhei e disse "Essa mulher tá grávida". Guria nova! Ela me pediu um vestido era um vestido da moda daqui, né? Aí dei, sou muito boa de coração – acho que sou né, não sei... me acho! Eu trouxe ele mais ou menos com quatro cinco anos, mais ou menos isso. Eu trouxe a mãezinha dele junto comigo e ela me trouxe ele de presente. Eu trouxe ela, ela ganhou o nenezinho aqui. Ela era a minha empregada! E aí... eu pagava ela e o guri... ficou uma amizade assim, né? Aí eu trouxe ela e criei o filho – o Laerte é meu filho, eu apresento pra todo mundo. Morreu a riquinha, morreu nova a mãe dele. Ele apresenta pra todo mundo "é minha mãe, é minha mãe" e eu fico faceira, né? (Eleopoldina – Outubro de 2017)

Laerte representa um outro movimento de migração para Porto Alegre ancorado nas trajetórias migratórias relacionadas com o quartel da Serraria. Mesmo pertencendo a ordem tradicional familiar (Velho, 2006) e ao processo de individuação da família elementar no meio urbano (Bott, 1957), a relação de solidariedade de Eleopoldina com a empregada e vítima de sua mãe permitiu o certo processo de emancipação desta mulher e do crescimento de Laerte em Porto Alegre. Esse quadro social da memória (Halbwachs, 2006) em que esses três personagens se relacionam com relações mistas entre laços afetivos e relações de trabalho em âmbito doméstico me permitiu compreender que a complexificação do bairro Guarujá ocorreu também pelas agências das mães de filhos adotivos. Essa narrativa é apenas mais uma pista para aproximação de uma realidade bairrial que, apesar dos grandes fluxos que podem ser traçados pela historiografia, múltiplas relações compõem as mudanças através dos ritmos temporais de uma cidade.

2.4. Entrando em campo com seu Chuchu

Como morador do Guarujá, frequentei diversos espaços em busca de moradores antigos que pudessem me contar histórias com outro ponto de vista sobre o bairro e aproveitei esse elã para participar nos grupos de trabalho de bairro que ocorrem no salão da Igreja Santa Rita com as pautas – principalmente, mas não só – saúde e segurança. Convidado através das redes sociais pela associação de moradores, descobri que alguns encontros do posto do SUS ocorriam no final do mês em que moradores dos bairros Espírito Santo, Guarujá e Serraria se juntavam com os agentes de saúde devido à estrutura precária do serviço público nos bairros vizinhos. Entre

os convites que recebi, foi um dos últimos espaços de sociabilidade formal e de negociação entre vizinhos que frequentei.

Foi onde conheci Seu Chuchu. Já havia ouvido de diferentes pessoas sobre esse personagem tão conhecido no bairro com um apelido tão caricato, mas sabia pouco sobre esse senhor além dos elogios que ouvia de outros interlocutores sobre o ex-motorista dos ônibus e lotações do bairro. A reunião em que nos conhecemos foi um momento de tensão entre os moradores da região com mediação dos funcionários públicos devido à superlotação do posto de saúde Guarujá após mais de um ano em que o posto da Vila dos Sargentos foi tomado por facções do crime organizado em julho de 2017¹⁶. Estávamos todos em cadeiras de praia branca em uma sala de aula da Igreja e vários atores das associações de bairros e líderes de comunidade estavam presentes. Sentei na primeira fileira com meu diário de campo em mãos sem saber que estava exatamente ao lado de Seu Chuchu.

A reunião durou cerca de duas horas em que a dinâmica do espaço ocorria entre falas de agentes de saúde e moradores da região: enquanto os primeiros explicitavam as resoluções à situação de calamidade e todos os trâmites que deveriam ser enfrentados perante o Estado, os segundos desconfiavam fortemente por causa das outras negociações que foram anteriormente discutidas em reunião e que não foram efetivadas com a urgência necessária. Apesar de não entrar nos pormenores dos fatos etnográficos que desencadeiam da complexidade dessa situação de crise e de profundidade das relações dadas, uma situação mudou o curso da minha etnografia: um dos moradores que se levantou para falar em frente ao quadro negro foi o senhor de camiseta vermelha que estava ao meu lado.

Apesar de ser conhecido, apresentou-se como Chuchu e como morador da vila Pica-Pau antes de fazer seu discurso. Foi uma das falas que me fez sentir vontade de apertar minhas mãos e respirar fundo por ter doído ouvir o que aquele senhor tinha de história sobre essa situação. Iniciou contando sobre sua saúde atual: “Eles estão nos deixando morrer”. Embora tenha falado abertamente de alguns problemas de saúde seus que não poderia sanar com os recursos que eram oferecidos no posto de forma enfática e política, terminou abraçando uma das agentes de saúde com lágrimas nos olhos e agradecendo pelo carinho e trabalho duro que era ofertado

¹⁶ Construção de posto de saúde em área conflagrada pelo tráfico na zona sul de Porto Alegre começa em 20 dias. Felipe Daroit. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/01/construcao-de-posto-de-saude-em-area-conflagrada-pelo-trafico-na-zona-sul-de-porto-alegre-comeca-em-20-dias-cjrjnbvxz01tn01q97wbj19bu.html>>. Acesso em: 30 jan, 2019.

pelos que ali estavam. Voltou à primeira fileira e apertou minha mão por ter percebido que fiquei atento até o final do seu discurso.

Esperei a reunião formal terminar para aproveitar o momento de conversas que ocorriam antes de todos irem embora das mediações da Igreja. Após alguns momentos que cumprimentei outros moradores que conhecia, aproximei-me dele e perguntei se era mesmo o famoso seu Chuchu enquanto apertava sua mão. Apresentei-me como morador do Guarujá falando onde morava e descobri que morávamos muito perto, o que nos permitiu conversar durante nosso trajeto em comum pela rua Jacundá até nossas moradas. Conteí sobre o projeto que estava realizando sobre a memória do bairro e Chuchu ficou muito interessado em contribuir. Antes de nos despedirmos, deu-me o número do celular de sua mulher por onde poderíamos nos comunicar por *whatsapp*.

Combinamos de conversar em uma sexta-feira pela manhã em sua casa na rua Jacundá, 688. Era uma casa pequena que sempre olhei nos meus percursos nessa rua porque estava escrito Brechó bem grande ao lado do portão cinza que era a entrada principal. Coberta por um muro verde com uma planta trepadeira de folhas grandes, sua casa era a primeira antes da continuação da Rua Araranguá de chão batido que dá acesso à vila. Bati palmas algumas vezes na frente da casa e demorou um pouco até que alguém notasse minha presença. Depois de uns três ou cinco minutos, apareceu seu Chuchu me cumprimentando de longe com um “E aí, tchê!” abrindo o portão de sua casa para mim. Perguntou um tanto hesitante se eu preferia fazer a pesquisa no pátio mesmo ou dentro de sua casa, e respondi que podíamos ficar onde ele se sentisse mais confortável. Decidimos conversar no pátio com cadeiras de praia coloridas em volta de suas três cachorras, um galpão onde guardava suas ferramentas e muitas folhagens que só permitiam que alguns raios de luz chegassem até nós.

Foi o momento que comecei a conhecer melhor seu Chuchu em uma entrevista não diretiva gravada em que explicitiei que só gostaria de conversar com o gravador ligado para não ficar escrevendo durante nosso *bate-papo*. Perguntei um pouco sobre sua trajetória de vida e deixei que me surpreendesse com as narrativas que ele queria contar sobre si mesmo: estávamos iniciando um longo percurso não-linear entre o turbulento *pathos* da memória e a *práxis* da pesquisa (Ricoeur, 2007) da etnografia da duração com seu aparato teórico e tecnológico. Conversamos a manhã inteira e, após sucessivos encontros nos meses de verão, Chuchu se tornou um dos moradores que mais encontrei no bairro em diferentes situações durante meu

percurso etnográfico: aos poucos tecemos uma relação não só de interlocutor-pesquisador, mas de companheirismo na escuta atenta às memórias que foram evocadas desses encontros.

Com essa contextualização do trabalho de campo, sigo às próximas trajetórias sociais e biográficas. As narrativas com seu Chuchu não se esgotam neste capítulo onde serão explorados, principalmente, os aspectos da migração intermunicipal de moradores como este senhor que não possuíam um vínculo empregatício definido antes da mudança de morada.

2.5. Carlos Elói e o êxodo rural ao Guarujá

Carlos Elói Riveira, ou seu Chuchu – um caricato apelido que ganhou durante seus anos vividos em Porto Alegre –, é um senhor que mora com sua esposa e seus dois filhos há mais de duas décadas na rua Jacundá na entrada da Vila Pica Pau ou Jardim das Oliveiras. Trabalhou na empresa Trevo como motorista dos ônibus das linhas do Guarujá até se aposentar: apesar de ganhar aposentadoria, atualmente trabalha informalmente no bairro para complementar sua renda familiar que não basta somente com o dinheiro proveniente da previdência. Para além dos aspectos socioeconômicos de sua trajetória social, é impossível falar de seu Chuchu e de sua personalidade sem salientar sua forte visão de mundo coletiva: é dos um dos líderes da comunidade que vive na vila Pica Pau e possui um acúmulo de experiências de luta com os trabalhadores de ônibus organizados.

Essa maneira de ver a vida contextualiza muitas de suas ações no bairro onde atua como agente comunitário no posto de saúde local e na escola Longendonck com diferentes tipos de envolvimento com os funcionários públicos. Como uma forma de utilizar o *saber-fazer* do plantio que possui desde sua infância e que pratica atualmente na sua casa e no pequeno sítio que conseguiu adquirir fora de Porto Alegre, seu Chuchu colabora com a manutenção de uma horta que foi construída pela empresa Claro dentro das mediações do colégio. Em um dia que o acompanhei até a escola para ajudar na colheita dos vegetais plantados por ele, contou um pedacinho de uma crônica dilemática vivida com sua esposa:

Chuchu: Às vezes minha mulher diz: “Ah, mas tu não para!”. Ah, eu não sei! Eu digo que estou fora e quando vê eu estou lá dentro lá de novo. Ela até disse de novo agora... eu disse “Olha, tem um rapaz que eu encontrei na reunião que quer fazer uma pesquisa

sobre o bairro”, e ela disse “Tu vai arranjar mais coisa, né?”, e eu “Não, é bom pra nós! Até tu vai entrar nessa história!” – porque ela é muito quieta, né? (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Tecendo nossa relação de pesquisador e pesquisado aos poucos, fui adentrando na memória dessa família e percebendo a complexidade da trajetória de moradia de seu Chuchu. Como de costume nessa pesquisa, guiei seu Chuchu no trabalho com memória perguntando se ele já era de Porto Alegre antes de morar no Guarujá, o que suscitou uma série de narrativas de migração:

Chuchu: Eu era de Redentora. Da Redentora eu vim com 12 anos para Horizontina, né? Com meu pai. Trabalhei na prefeitura lá com... não, vim com 10 anos e aí entrei na prefeitura com 10 anos e fiquei até a hora de ir para o quartel na prefeitura. Depois fui pro quartel, o presidente, o prefeito Afonso Henrique Maya foi lá e me tirou porque eu era, me trouxe pra auxiliar de cozinheiro no meu pai, na filial do meu pai na construção de obras e pontes na região de Horizontina, Maurício Cardoso, Três de Maio, Santa Rosa, aqueles lugar ali da região da costa do Uruguai, Porto Mauá, tudo ali a gente trabalhava. Aquela época, Matheus, ainda trabalhava com a prefeitura e não existia máquinas, era tudo na base da picareta, pás. Poste de luz a luz da picareta, cavar com escavadeira manual, colocar os postes. Tudo manual! Então era 100, 200 homens trabalhando nas ruas, nas estradas, nas pontes, colocando postes. E... uma das histórias que vem e que eu gosto de contar é que a filial do meu pai trabalhava com lavoura. Cheguei a comentar contigo, né? Trabalhava com lavoura e, naquela época, nós éramos meninos, sempre até os 10 anos trabalhando com ele lá na roça e a gente abandonou a roça por causa dessas coisas de um chamado atravessador. Tu trabalhava pra caramba, colhia bastante, quando ia vender? Eu disse para o meu pai: vamos embora pra cidade. Foi aí que a gente veio morar na cidade. Daí um dia eu fui trabalhar, saí da prefeitura e fui trabalhar nessa Schneider Logemann que tem em Horizontina. Nós viemos morar ali e... vim trabalhar, passei a trabalhar nessa empresa. Trabalhei até os anos 70, anos 70 eu saí e já parti para Porto Alegre porque não tinha emprego, a cidade era pequena, rodeada de colônias, né? Emprego para mim acabou. Eu disse para o meu pai: “pai, ó, eu vou me embora”. Até inclusive eu vim embora, né? Conto a história de que eu fiquei 30 anos sem ver meu pai, cara, 30 anos. (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Quando provoquei seu Chuchu a contar sobre sua trajetória do interior à Porto Alegre, o morador explicitou a importância das trajetórias de trabalho para decisões drásticas como a migração de Redentora a muitas outras cidades em busca de emprego para, posteriormente, se fixar na capital do Estado. Desde sua infância, o símbolo do trabalho duro e manual praticado na lavoura com seu pai fora parte integrante do desenvolvimento de sua identidade sempre acompanhada da tradição da migração (Durham, 1984) como forma de procurar por melhores condições de vida. Os ritmos temporais da região metropolitana em “desenvolvimento” e o aumento da urbanização das cidades médias em âmbito interiorano criou imperativos pela escassez de empregos inseridos no mercado de trabalho formal.

Para além das condições precárias de migração do interior do Estado aos diferentes meios urbanos em crescimento (Durham, 2004), o trabalho duro que, na época, não era auxiliado por equipamento tecnológico, nunca era compensado: observo que a narrativa de Chuchu possui um ritmo cíclico onde, após anos de trabalho, retorna-se a um processo migratório em busca de uma região ainda mais urbanizada. Para além das condições materiais precárias, a migração final à Porto Alegre representou uma ruptura brusca com o restante da rede de parentesco deste morador em um processo de individuação da família nuclear na cidade (Bott, 1957). Senti bem a dureza dessa estória para seu Chuchu quando conta sobre sua “falha” por nunca mais ter conseguido voltar para visitar seus pais: “Nunca faça isso com seu pai, abrace ele, abrace sua mãe porque ele morreu e eu fiquei com isso no coração”. Entre instantes descontínuos e ambíguos que relacionam eventos de tristeza a situações de fascínio, seu Chuchu evoca, em meio de risos, uma imagem que nunca esqueceu no momento em que pisou em Porto Alegre pela primeira vez:

Chuchu: Eu vim pra Porto Alegre em 1970. A história (riso breve) – que foi engraçada, né? Que eu cheguei em Porto Alegre, eu era do interior, era do interior, né? Eu peguei um Maria Fumaça lá em Santa Rosa, aquele *pápápápápá*, aquela fumaceira! Fazia a curva, o trem dava aquela rabada, aquela cortina de fumaça, né? Eu vim parar ali na estação férrea ali atrás da Rodoviária. Só que quando eu cheguei ali, eu e a minha ex-mulher chegamos na ferroviária e quando olhei para o lado direito, Matheus... eu olhei para o lado direito e fiquei tão surpreso e pensei para mim assim: “Puxa vida, o céu mudou para baixo aqui na cidade grande, é assim será?” – porque eu enxerguei no Guaíba um imenso espelho da água, né? Pô, via riozinho no Uruguai, riozinho de 100 metros, riozinho de 100 metros, mas eu dizia “esse céu tá pra baixo!” (risos). Mas eu pra mim, né? Ah, aí desci na ferroviária, ficamos um tempo parado olhando aqueles prédios enormes, aquelas coisas de louco ali, né? Aí olhei bem pro rio assim... E aí vim, peguei um taxi na rodoviária e vim para aqui nessa rua Joaçaba. (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Quando ouvi essa história, fiquei contente de estar compartilhando com seu Chuchu o reviver de uma afecção paisagística (Sansot, 1982) que exprime sinteticamente a exuberância sentida por esse migrante ao observar a dimensão dos prédios e do céu refletidos no Guaíba: a surpresa e a expectativa era tanta que, após uma longa viagem no Maria Fumaça rasgando o ar com sua cortina de vapor, o céu da grande metrópole parecia ser invertido. Observando e, aos poucos, fazendo parte da nova paisagem urbana, seu Chuchu percorreu um longo trajeto de táxi até a região mais periférica de Porto Alegre onde possuía uma rede de apoio em relação a moradia. Confuso após a surpresa que tive quando contou que veio direto ao Guarujá, questionei-o sobre essa trajetória do centro direto ao bairro:

Matheus: Mas tu já conhecia o Guarujá então...
 Chuchu: Não.
 Matheus: Por que tu veio logo pra cá?

Chuchu: Porque tinha uma senhora que eu trouxe junto que uns parentes dela moravam aqui. Um senhor chamado Irineu. Vim eu e minha ex-esposa com uma moça, com uma senhora chamada Cema, Iracema e ela tinha parentes aqui. A minha sorte porque quando eu desci aqui, tinha vindo um cara, o Joarez, na frente pra arrumar emprego, arrumar casa, tudo e disse pra mim que era barbada, quando eu cheguei aqui não tinha mais nada disso: não tinha casa, não tinha emprego. Mas esse rapaz chamado Irineu me acolheu e mais pra baixo na mesma rua Joaçaba um senhor chamado Albertino também – já é morto. Albertino foi o que mais me ajudou na história como gaúcho, né? Eu me senti adotado por ele, né? Ele viu minha situação, viu minhas mãos calejada da rocha, calejada da picareta lá, viu quem eu era e me sustentou com trabalho, capinando, fazendo coisas desse tipo... porque eu tinha uma profissão, né? Lá na minha empresa eu era mordador manual, eu fazia peças de máquina, né? Tudo manual. Quando eu cheguei em Porto Alegre e eu fui procurar serviço, precisava de um canudo, né? Canudo chama-se um... um papel que provasse que eu tinha essa profissão, estava na carteira e a carteira com salário elevado e eles não podiam assinar a carteira porque naquela época não podia rebaixar salário. E como eu não tinha esse canudo, eu não podia entrar nas empresas, eu tinha que fazer concurso. Aí não tinha como, não conhecia a cidade. (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Se observo esse processo de individuação dos casais e seus filhos em busca de trabalho nas cidades, percebo a existência das relações de solidariedade de parentes distantes como os de Iracema e a conseqüente intensificação dos laços na necessidade de migração ao meio urbano. Essas interações entre os moradores da região suburbana do balneário Guarujá com os novos migrantes – situação também observada no caso de Eleopoldina com Laerte –, extrapolam as relações de sangue aos que não poderiam continuar na zona rural devido a precariedade. Identifico como a tradição da migração fluía entre os possíveis aventureiros como um discurso sedutor persuadindo moradores rurais que, após os grandes esforços para migração, deparavam-se com a falsidade do “canto da sereia”. A “sorte” de seu Chuchu foi não ter se surpreendido com experiências próprias, já que possuía um companheiro que, após ser o primeiro migrante dessa rede, não conseguiu realizar o sonho de casa e emprego na capital – desaguando seu trajeto também no bairro Guarujá com Cema.

Logo a exuberância do céu invertido traduzia-se na precária vida material e mental do trabalhador na metrópole. Saliento que seu Chuchu tem consciência de que tinha um ofício manual de mordador que desempenhava há muitos anos em outras cidades e que seu infortúnio fora não haver informações suficientes para prever que deveria possuir um “canudo” após tornar-se morador de Porto Alegre. Junto com as políticas desenvolvimentistas e a crescente divisão social do trabalho, os sujeitos se viam obrigados a profissionalizarem-se formalmente ao extremo em busca de diferenciação na competição do mercado (Simmel, 1973): obviamente nem todos sujeitos, mesmo almejando esse projeto de vida, possuem “capital social” e uma rede que permitam incorporar o *ethos* da produtividade (Velho, 1981, p. 108). Assim sendo, seu

Chuchu necessitou da proximidade por muitos anos, se não décadas, até conseguir fixar sua moradia definitivamente.

Por isso que percebo a imagem de seu Albertino como um sujeito que capta algumas relações peculiares de solidariedade entre vizinhos e migrantes em uma região suburbana: diferente de outras regiões mais centrais da cidade em que há um grau maior do anonimato relativo (Velho; Silva, 1976, p. 80), as relações de intimidade da vizinhança permitiam um campo de possibilidades (Velho, 1981) maior para sanar as drásticas condições de moradia. Diferente da interpretação entre estabelecidos e *outsiders* (Elias; Scotson, 2000), as formas de solidariedade dependiam, além das peripécias de encontros inesperados da vida, das imagens de uma comunidade com um trajeto antropológico semelhante. Não é trivial a interpretação de seu Chuchu no momento de nossa conversa sobre o quadro social da memória em que encontra seu Albertino olhando suas mãos calejadas antes de oferecer ajuda: o reconhecimento visual de um trabalhador foi condição necessária para identificação do si mesmo como um outro. Observo essas diferentes relações quando Carlos conta mais sobre Irineu e Albertino:

Chuchu: Irineu era o morador que morava nessa casa aqui da Joaçaba, de frente da Joaçaba, a segunda casa depois de vocês ali. Fiquei morando na casa do Irineu até eu conseguir uma casa. Ele... eu saí porque eu me sentia, né? Puxa, o cara ficava sem privacidade, eu com a minha mulher, com filhos, com mais a mulher que veio, a dona Iracema que veio comigo e mais o cara, o Joarez que veio na frente pra arrumar essas casas, arrumar emprego. Chegamos aqui e já fazia um mês e não tínhamos arranjado nada... também ele era meio desleixado, não se importava muito com a vida, né? E eu tinha família, né? Então foi onde o seu Albertino entrou na jogada, né? (...) Eu caí e levantei por três quatro vezes, e aí acreditei, e aí acreditei em Deus, né? Eu levantei do nada, né, do nada. Eu caí na minha separação primeira, caí e fui a estaca zero, fiquei a zero, mas com esse gaúcho de Porto Alegre, esse gaúcho Irineu e o Albertino, eles foram os dois anjos da minha vida, né? Eu acho que eles eram anjo porque quando eu caía, eles metiam a mão e me levantavam. Quando eu cheguei sem rumo, e fiquei sem rumo, sem emprego, esse Irineu me deu casa, me deu conforto, me deu achego pra mim ficar com a minha família ali. O seu Albertino que já tá morto, né? Esse Irineu mora em Santa Maria, esse Albertino era tão querido que ele me acolheu com emprego, me dando emprego mesmo não tendo, eu fazendo serviço pra ele me sustentar com comida, me arrumou uma casa pra morar com talher, com prato, com fogão. E essa foi a segunda vez que eu caí, né? Foi uma situação que de repente fiquei mal! E fui levantando devagarinho, sempre tentando fazer as coisas pelo correto, né? (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Essa foi a primeira narrativa que seu Chuchu contou a mim sobre suas trajetórias de moradia no Guarujá. Sempre que eu voltava a sua casa e perguntava, por curiosidade, mais uma vez sobre a relação desse senhor com os vizinhos que o acolheram, mais alguns personagens que o ajudaram com estadia ressurgiam das profundezas da sua memória. Sem explicitar todas as numerosas trajetórias complexas que envolvem a questão de moradia de Carlos no Guarujá ou nas redondezas, saliento a forte experiência existencial do migrante que não consegue se

estabelecer facilmente: ao mesmo tempo que sentia-se como um “filho adotado” ou como alguém que havia sido “resgatado por anjos”, sentia a constante angústia de estar em busca de trabalho para emancipar-se dos que o auxiliavam no tempo de adequação ao meio urbano. Mesmo com a solidariedade de alguns vizinhos, nem todas as ajudas foram confortáveis à família de Chuchu devido o conflito gerado no compartilhar o espaço sem uma relação de intimidade anterior. Em um dia nos verdes e folhados fundos de sua casa em que o visitei, contou-me que um dos piores momentos de sua vida em Porto Alegre foi justamente em uma das casas de um morador que o acolheu e que não lembra o nome – o que percebo como mais um indicativo da ambiguidade dessa relação.

Essa situação de conflito e crise inevitavelmente afetou os vínculos de seu primeiro casamento que havia se concretizado antes do processo migratório: através da memória meditante (Ricoeur, 2007) de Chuchu, interpretou com um olhar amadurecido pelo tempo que o casal de migrantes não conseguiu associar as brigas com a crise social que enfrentavam no seio da cidade. Para além da intensificação das famílias nucleares já explicitados nos trabalhos de Elizabeth Bott, há igualmente momentos de rompimentos bruscos que resultam na individuação total do sujeito em relação aos laços de parentesco (pelo menos por algum período de tempo indeterminado). Antes de “cair” e “ir à estaca zero” – o que interpreto como períodos de depressão que Chuchu teve na sua trajetória pela dificuldade das situações –, o morador me conta que, mesmo com três filhos para cuidar, viveu momentos em que não havia recursos financeiros para comprar comida a sua família. Após esse processo de individuação, os únicos laços de confiança que possuía eram dos seus vizinhos. Esse forte processo de formação de um jovem adulto nas malhas urbanas caracteriza seu Chuchu de uma forma muito particular:

Chuchu: Continuei a vida sempre me dando bem com as pessoas, nunca dizendo não pra elas quando pediam pra ir fazer um serviço, mesmo não podendo eu me sacrificava pra fazer. E quando me pediam pra ficar nas casas, como até hoje aqui no bairro me pedem pra ficar nas casas e cuidar, eles podem viajar e voltar que tá tudo em dia. Pode ficar dinheiro em cima, afinal meu pai me ensinou, né Matheus? Mesmo tu estando com fome, não pegue, pode vir um problema sério e se eu não pegar pode aflorar uma situação maravilhosa que é a confiança. E eu conquistei isso, hoje eu vivo assim. Meu salário de aposentado, hoje pra mim sustentar meus quatro filhos, minha família, os quatro comigo, já não dá mais, né? Eu tenho que fazer descarte, né? (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Em primeiro momento, aos poucos minhas hipóteses ingênuas de pesquisa foram sendo desmascaradas durante o adentrar nos jogos da memória de seu Chuchu. Considerar que há enclaves simbólicos bem delimitados pelas relações marcadas pelo estigma devido o tempo de ocupação ou a posição de classe social baixa tornou-se cada vez mais uma análise insipiente

perante os fatos etnográficos. Não que não houve e não há estigma – inclusive ouvi algumas narrativas de Chuchu acerca do viver marcado como um morador “irregular” –, porém essa análise não considera as camadas de tempo específicas do Guarujá e as ambiguidades inerentes aos processos de construção das identidades bairriais e individuais. Notei de forma curiosa durante o trabalho de campo que muitos moradores de diferentes estratos que eram amigos próximos de seu Chuchu emitiam sua opinião negativa em algum momento das nossas conversas em grupo sobre as ocupações “irregulares”: “Tu sabe que eu sempre fui contra as invasões”. Mais uma vez os paradoxos que constituem várias de nossas formas de sociação e visões de mundo nas cidades se tornavam explícitas a mim em campo.

Em segundo lugar, acredito que esses encontros foram decisivos para construção de quem é Carlos e de como ele se vê enquanto narra a si mesmo. Percebo sua identidade narrativa (Ricoeur, 1991) quando fala sobre como aprendeu com a solidariedade das relações vicinais a “sempre fazer as coisas pelo correto” e ir conquistando aos poucos a confiança dos moradores mesmo sendo de outra camada social. Para além do elemento moradia, compreendo que as redes de trabalho em âmbito bairrial, quando privilegiam a dimensão holística (Dumont, 1970) em relação as partes individuais, também são dotadas de formas de sociabilidade em que ocorre a expressão de determinadas visões de mundo nas ações cotidianas. Essa reflexão é fruto do que observo nas narrativas de seu Chuchu sobre si mesmo quando consegue se estabilizar em um emprego como motorista e cobrador na empresa Trevo nos ônibus do bairro Guarujá:

Chuchu: Nesse meio tempo, ali por 1972 mais ou menos eu peguei na empresa Guarujá como motorista, motorista. Aí fiquei ali até agora 2008 com 38 anos dentro dela trabalhando. Aí então foi onde eu conheci o Guarujá, o bairro Guarujá todo, as pessoas. Se eu sair contigo no bairro Guarujá, eu não me lembro das pessoas, mas as pessoas quase todas me conhecem porque carreguei os filhos, carreguei três gerações, né? Carreguei três gerações e fiz um trabalho como profissional, me doando àquelas pessoas que vinham pegar ônibus que eu sempre considerei os meus patrões. Cada passageiro que subia no ônibus era meu patrão, ele pagava a passagem e o dinheiro daquela passagem era o meu salário. Se eu deixasse ele, né, o patrão lá... nem conhecia! Eu pegava o ônibus de manhã lá na garagem, vinha pro serviço, largava de noite e nunca via ele, mas o meu patrão era o meu passageiro. Então, hoje eu tenho orgulho de ter meninos formados: médicos, advogados, professores, juízes que muitas vezes estavam na parada esperando ônibus e não podiam, queriam subir no ônibus as vezes porque o pai não tinha dinheiro, essa situação e eu parava pra eles, abria a porta da frente e dizia “vem”. Então eles começaram a me esperar! Tinha dias que eu vinha com 30, 40 criança num espaço de 2 metro ali na frente que tinha pra levar essa criançada pro colégio. Então essa é a história do Carlos Elói, o Chuchu! (...) Trabalhei desde quando era chão batido, aqueles ônibus velho, aqueles ônibus que vinha da Bahia, aquelas coisas que as vezes tu ia descer um passageiro e pra descer eu tinha que me meter num barranco pra poder parar pra ele descer, mas nunca deixei ele sem ir pro trabalho, nunca parei um ônibus por causa de freio, acredita nisso? Eu mexia no cordão, azar! Parava devagarinho, reduzia, fazia com que ele fosse pro trabalho dele. Então foi isso que me garantiu até hoje o Carlos Elói, o Chuchu, tá aí e continuo fazendo a minha parte. Faça a minha parte como meu pai sempre dizia: “Meu filho,

faça alguma coisa além do umbigo, não se fica parado sem fazer alguma coisa por alguém”. Mesmo que seja um pouquinho, mesmo que seja o mínimo, faça! (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Apesar do transporte público ser um serviço necessário, em termos utilitaristas, de desconexão do espaço-tempo na modernidade (Giddens, 1991), percebo como o ônibus tornava-se um lugar praticado (De Certeau, 1994) na região suburbana de Porto Alegre. O motorista como um personagem bairrial fica evidente quando Chuchu conta sobre sua popularidade no bairro mesmo desconhecendo parte dos moradores que o conhecem: com o aumento populacional em relação às décadas anteriores, o jogar o social se transforma nos espaços desse bairro em que há uma proximidade afetiva de algumas pessoas mesmo com certo grau de anonimato unidirecional.

Apesar do grau de concentração humana explicar algumas relações psicossociais – fenômeno bem explicitado no trabalho de Simmel (1973) –, acredito que a trajetória social de Chuchu nas redes de apoio vicinais são camadas que sedimentaram um tipo específico de ação no mundo em relação ao todo. Não necessariamente um motorista de ônibus em uma região rurubana iria relacionar-se com seu “passageiro como um patrão”, mas a visão de mundo de Carlos guiava suas táticas (De Certeau, 1994) enquanto motorista para beneficiar a comunidade de camadas baixas do bairro. Chuchu relaciona durante sua narrativa relatos de infância que relembra de seu pai com seus ensinamentos sobre a vida coletiva aos momentos de periculosidade na direção dos ônibus antigos com pouca manutenção: essa trama de instantes descontínuos de sua memória é sintetizada na afetividade vitoriosa de ver os “seus meninos” formados.

Cabe aqui ressaltar a advertência de Sherry Ortner (2016) para não selecionar somente as memórias dos interlocutores em uma “Dark Anthropology” onde a ênfase recai somente sobre as “severas e brutais experiências humanas e as condições estruturais que as produziram” (Ortner, 2016, p. 49). As pessoas que nos relacionamos durante a pesquisa não se reduzem a essa perspectiva quando falam sobre si mesmas. Observo essa constatação em campo ao olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 2000) sobre as memórias de Chuchu: apesar da dura trajetória que enfrentou e da consciência de calamidade de alguns aspectos do bairro no contemporâneo, esse senhor sempre narrou a si mesmo através da luta acompanhada da alegria de viver como nessa narrativa sobre o trabalho na Trevo. Com esse detalhe colocado em ação na escrita etnográfica, sigo às próximas narrativas de Carlos Elói sobre as lutas para fixar morada:

Chuchu: E aí eu morei na do seu Albertino até eu comprar uma casa na Vila dos Sargentos, comprar uma casa ali, aí isso em na década de 1970. (...) Fui pra Vila dos Sargentos era mais ou menos década de 77, 78, por aí, 78. Também era pura mata, né? Hoje tem em torno de 15 mil moradores, mas era mata. Eu comprei a casa de um homem chamado Roger, comprei dele a casa. Depois aquela casa foi vendida e eu peguei outro terreno que estava lá porque ali é tudo assim, né? São 15 mil terrenos de casas assim, né? Era verde o nosso bairro, o nosso bairro era uma maravilha, podia sentar e deitar e dormir na calçada com teu celular – naquela época não era celular, era aqueles cebolão desse tamanho, né? Era uns troços pesados, uns Erikson! Te lembra do Erikson? (risada) Chegava a pesar quase um quilo! (...) Mas esse bairro, a Vila dos Sargentos ele nasceu assim, só de pessoas que foram fazendo casas, derrubando a mata, né? Que era uma coisa muito triste, né? Derrubando a mata, fazendo suas casinhas, e é o que é hoje com mais de 20 mil casas, imagino. Tinha a morada dos sargentos, as casas começaram a sair, mas aí começou a sair as ruas a moda... “Ah, a rua vai ser por aqui, vai sair na casa do Matheus, a casa do Matheus vai sair na casa do Chuchu” e foi saindo. (...) Eu fiquei ali até 70 e... eu fui 70 e fiquei pouco ali porque aí a minha ex mulher foi morar lá, a minha ex mulher ficou morando lá e eu vim morar de pensão, eu morei de pensão, né? Morei de pensão no morro lá com o seu... chamava de Baixinho, não lembro o nome dele... Ademir! Seu Ademir, morei de pensão na casa dele, tinha o filho Ari, tinha a filha Iara. Isso foi lá em cima no morro, morro do Espírito Santo no final da linha do ônibus Guarujá, que é o bairro vizinho lá em cima, né? Lá em frente à Igreja dos Mórmons entra pra cima lá. (Seu Chuchu – Outubro de 2018)

Percebo essa narrativa de Chuchu como um bom indicador de como a Vila dos Sargentos, apesar de toda ocupação próxima dos militares nessa região, começou a ser ocupada por “paisanos” em um movimento mais intenso na década de 1970. Após conseguir a estabilidade no emprego como motorista de ônibus, seu Chuchu relembra do início da sua trajetória social de moradia “irregular”: se em primeiro momento a sua ocupação na Vila dos Sargentos ocorreu com a compra de uma casa de outro morador da ponta da Serraria, logo foi vendida e um outro terreno foi ocupado por ele. O estigma aparece muito mais claramente nas suas lembranças quando relaciona principalmente o que dizem no presente sobre essa vila ao passado em que criou seus filhos nessa ambiência: “Criei na vila mais terrível, não vou dizer terrível, mas uma vila que todo mundo fala que é isso, que é aquilo. Eu criei meus filhos lá, nunca tive problema”.

Após a concessão da casa no bairro Serraria à sua ex-mulher e seus filhos, seu Chuchu passou algum tempo morando em pousadas no bairro vizinho, Espírito Santo, na subida do morro – outra região com moradias de camadas médias baixas ou baixas. A narrativa do estigma aparece nas duas localizações quando relembra das suas experiências de vida e das preocupações com seus filhos numa relação de conflito com alguns moradores que representavam perigo na região. Percebo essa relação quando Chuchu conta sobre o que sentia nessa época quando seus filhos estavam na sua casa: “Aquele que caminhava, eu conhecia, mas o problema era deles. Eles sabiam o que queriam da vida. Eu nunca disse “Ah, tu não pode fazer

isso, não pode fazer aquilo”, se davam com meus filhos, mas nunca, né?”. Saliento a importância – já ressaltada em outras situações anteriores – da evitação dos desvios ou da ascensão através das carreiras desviantes (Becker, 2008) para a manutenção dos laços de proximidade entre regiões de camadas sociais diferentes em um conjunto de bairros relativamente pequenos.

É necessário observar, porém, que fazer uma interpretação pautada nas características das vilas urbanas atuais causa um achatamento dos tipos de relação que existiam especificamente no Guarujá antes da proliferação de moradias não reguladas pelos documentos estatais. As chácaras remanescentes no bairro existiam em grande quantidade na década de 1970 apesar da fragmentação das terras em lotes menores e isso contextualizava as novas formas de sociação referentes a busca constante de moradia das camadas baixas. Considerando que não tenho extensão do campo etnográfico para fazer interpretações antropológicas sobre os bairros vizinhos, gostaria de concluir brevemente este trabalho.

CONCLUSÃO

Uma das tarefas mais difícil que tive neste trabalho foi sua conclusão em uma narrativa fechada que não sufocasse a proposta de trabalho etnográfico para compreensão de um fenômeno bairrial a partir de suas múltiplas camadas de tempo superpostas. Além da preocupação em não criar uma narrativa única através do banco de dados qualitativos que criei, havia a dificuldade em conciliar a estrutura de um trabalho sobre um bairro com a riqueza etnográfica que me afetava através de múltiplos pontos de vista e instantes descontínuos das narrativas sobre uma mesma região.

Ao mesmo tempo que me preocupava em não criar a típica ilusão que opõem tempos idos e tempos presentes sobre o Guarujá e sua vicinidade, acompanhei minha escrita com a cautela de preservar a ambiguidade hermenêutica do trabalho com duração. Essa ambivalência rica de sentido se apresentava a mim através de meus interlocutores que narravam não só os ritmos temporais do bairro, mas suas subjetividades e transformações identitárias em uma gênese recíproca com o tempo vivido e pensado nos espaços do antigo balneário. Além disso, tive o cuidado de sempre me situar enquanto sujeito que interpreta a interpretação destes guardiões da memória. Assim sendo, o conhecimento positivo sobre o Guarujá nunca fora almejado por mim a fim de priorizar o conceito de relação com o trabalho de memória na cidade junto dos meus companheiros de pesquisa.

Devido o foco na relação, permiti que os interlocutores encontrados em campo me guiassem sobre o que achavam importante acerca da “memória do bairro” ou de suas estórias de vida. Para minha surpresa e decepção inocente em um primeiro momento, a “praia do Guarujá” esteve muitas vezes como pano de fundo e não como foco central para as trajetórias destes interlocutores que vinham de múltiplos lugares com motivações e condições de vida diversas. Isso não me permitiu concluir que havia um distanciamento dos moradores em relação às águas, já que coletei muitas estórias que relacionam a orla do Guaíba com estilos de vida específicos que eram praticados nessa região antes da poluição da bacia hidrográfica na década de 1970. Ao contrário de uma afirmação apressada, concluí com os meses de etnografia e escrita que a delimitação de uma pesquisa de bairro deveria criar uma bricolagem criativa em que múltiplos elementos socio antropológicos deveriam ser abordados de forma sistêmica e que eram muito mais ricos do que a relação com as águas.

Logo percebi que uma região litorânea tão próxima da Porto Alegre do meio do século XX possuía práticas de trabalho – e, conseqüentemente, relações entre humanos e não humanos – muito diferente de outras praias fora da capital. Aos poucos compreendi que o balneário não era apenas composto de uma paisagem praieira, como também era de uma região rural ou suburbana (caracterizações sempre insuficientes) acompanhada da paisagem criada pela exploração extensiva dos graniteiros, da cosmologia católica, dos trilhos do trem, da criação de gado, do matadouro Modelo, dos loteamentos não homogêneos, da divisão de terras entre os primogênitos, da compra das casas por veranistas, da explosão de migração devido a implementação do quartel e das “invasões” dos que não possuíam moradia.

Todas essas dimensões que se relacionam entre si possuem a praia como fundo, mas não poderiam ser reduzidas somente ao balneário enquanto localização específica e fechada em si mesma. Desta forma, compreendi, como resposta a uma das perguntas que realizei na introdução, que não seria desejável etnografar pela duração um bairro e considerá-lo uma realidade autocontida e, menos ainda, entendê-lo apenas como uma extensão de um fenômeno maior cidadão. Por estes motivos, minha monografia abraçou várias facetas do fenômeno bairrial que excediam o espaço próximo das águas no balneário Guarujá e privilegiei capítulos que narrassem acerca dos gestos de fundação destes espaços principalmente pela via do trabalho e dos itinerários urbanos.

Além disso, quanto mais ouvinte me tornava em campo, mais percebia a complexidade da relação com as águas para estes porto-alegrenses. Outros desafios surgiam à medida que alcançava reflexões mais profundas suscitadas pelo adentrar nos jogos da memória de outros interlocutores que definitivamente rompiam com algumas das certezas que eu possuía através da escuta de outros moradores. Desta forma, optei por guardar estes dados e manter o trabalho de campo ativo durante a escrita do trabalho de conclusão no primeiro semestre de 2019 a fim de dar continuidade à etnografia em outra possibilidade de escrita sobre este material. A partir das reflexões sobre o bairro Guarujá ser uma espécie de zona de transição, dou continuidade ao projeto que se metamorfoseia em busca de uma etnografia de bairros e entre bairros vizinhos como Serraria e Espírito Santo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, Héctor. Una herencia en Manaos: Anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología em una perspectiva latino-americana. In: Canuto, João Carlos; Costabeber, José Antonio (orgs.). Agroecología – Conquistando a soberania alimentar. Pelotas: Emater, 2004.
- BACHELARD, Gaston. A Dialética da Duração. São Paulo: Ática, 1988.
- BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. Lisboa: Edições 70, 1996a.
- BACHELARD, Gastón. L'intuition de l'instant. Paris: Editions Gonthier, 1932
- BAKOS, Margareth Marchiori. Porto Alegre e seus eternos intendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BATESON, Gregory. Ecology and Flexibility in Urban Civilization. In: Steps to an Ecology of Mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Chicago: University of Chicago Press, 1987[1972], pp. 347-354.
- BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOTT, Elizabeth. Família e Rede Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Rev Antropologia USP. p. 13-37, 1996.
- CASTELLS, M. Problemas de investigación en sociología urbana. México, 1983.
- CORBIN, A. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DAROIT, Felipe. Construção de posto de saúde em área conflagrada pelo tráfico na zona sul de Porto Alegre começa em 20 dias. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/01/construcao-de-posto-de-saude-em-area-conflagrada-pelo-trafico-na-zona-sul-de-porto-alegre-comeca-em-20-dias-cjrjnbvxz01tn01q97wbj19bu.html>>. Acesso em: 30 jan, 2019.
- DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer (vol. 1). Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DUMONT, Louis. Homo hiarchicus – ensayo sobre el sistema de castas. Barcelona: Aguilar, 1970.
- DURHAM, E. A caminho da cidade e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DURHAM, E. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Lisboa: Presença, 1980
- DURAND, Gilbert. Les structures anthropologiques de l’imaginaire. Paris: Dunod, 1984.
- DURAND, Gilbert. Science de l’homme et Tradition. Paris: Berg. International, 1979b.
- DURAND, Gilbert. Champs de l’Imaginaire. Grenoble: Ellug, 1996
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia da duração. Porto Alegre: Marcavizual, 2013b.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Antropologia da e na cidade. Porto Alegre, Marcavizual, 2013c.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A. preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas. 1. ed. Brasília: ABA, 2015a.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. Revista Iluminuras, v. 2, n. 4, 2001.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: História dos costumes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- GRAVANO, Ariel. El barrio em la teoria social. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Félix Alcan, 1925.
- HALL, Edward T. A dimensão oculta. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- HALL, P. Las grande ciudades y sus problemas. Madrid: Guadarrama, 1984.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras e Híbridos: palavras chave da antropologia transnacional. Mana, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- HARAWAY, Donna. Manifeste des espèces de compagnie. Chiens, humains et autres partenaires. Paris: Éditions de l’Éclat, 2010.

- História da 3ª Região Militar. Comando Militar do Sul: 3ª Região Militar. Disponível em: <<http://www.3rm.eb.mil.br/index.php/historia>>. Acesso em: 08 mar, 2018.
- HUYER, André. A Ferrovia do Riacho: um caminho para a urbanização da Zona Sul de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17, nº49, p. 115-134, 2002.
- LEROI-GOURHAN, André. Le geste et la parole, vol. 1. Paris: Albin Michel, 1964.
- LOPES, L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre os dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.
- LOPES, J. S. L.; SILVA, L. A. M. Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de dominação e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LOPES, J. S.L. et. al. (Orgs.). A reprodução da subordinação. Mudança social no nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MACHADO, Janete da Rocha. Ipanema: memórias de um bairro da zona sul de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- MALINOWSKI, Bronislaw. The Argonauts of Western Pacific. New York: Dutton, 1942.
- MALLMANN, Ana Maria Monteggia. Vila Nova. 2 ed. Porto Alegre, 1996.
- MARCUS, George. Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org). Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 165-193.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980.
- ORTNER, Sherry B. Dark anthropology and its others theory since the eighties. Hau - Journal of Ethnographic Theory. Vol 6, nº 1, 2016.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 29-72.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PEIRANO, Mariza. A Teoria Viva e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

- PÉTONNET, Colette. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Traduzido por Soraya Silveira Simões. *Antropolítica*, n. 25, p. 99-111, 2008.
- PIAGET, J. A formação no símbolo na criança. A construção do real na criança. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura. Memória dos Bairros: Belém Velho. UE: Porto Alegre, 1994, p. 14.
- RANCIÈRE, Jacques. Políticas da Escrita. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- REDFIELD, R. The folk society. *American Journal of Sociology*, vol. 52, n. 4, 1947.
- RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas/SP: Papirus, 1991.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. v. I. São Paulo: Papirus. 1994.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard Folio, 1990.
- ROCHA, Ana L. C. da. Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração dos símbolos. *Horizontes Antropológicos*. UFRGS, Porto Alegre, (2):107-117, 1995.
- ROCHA, A. L. C. . A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas. *Illuminuras (Porto Alegre)* , v. 20, p. 1, 2008.
- SANSOT, Pierre. L'affection paysagère. In : Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage. (org) François DAGOGNET, Seyssel, Champ Vallon, 1982.
- SCHUTZ, Alfred. In. WAGNER, Helmut R. (Org. e Introdução). Fenomenologia e relações sociais. Textos (escolhidos de Alfred Schutz). RJ, Zahar, 1979.
- SILVEIRA, F. L. A. da. As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não-humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 42, n. 17, p. 288-315, 2016.
- SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida Mental". In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SIMMEL, George. Sociologie et épistémologie. Paris: PUF, 1981.
- SIMMEL, Georg. "O Indivíduo e a Liberdade". In: J. Souza e B. Oelze (Orgs.) Simmel e a Modernidade. Brasília: Ed. UnB. 2005
- SIMMEL, Georg. Conflito e Estrutura de Grupo. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). São Paulo: Ática, 1983, p. 150-164.
- SOARES, Ana Paula Marcante. O território mito da orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. 2014. 284 f. Tese (Doutorado).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2014.

THIOLLENT, Michel J. M. (org). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 4 ed. São Paulo: Polis, 1985.

VEDANA, Viviane. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. *Revista Iluminuras*, v. 11, n. 25, 2010.

VELHO, O. G. (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto; SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Organização Social do meio urbano*. *Anuário Antropológico*, v. 1, n. 1, p. 71-82, 1976.